



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 086 - TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21		BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp		LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella		LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE			
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE

DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2006

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 289, de 7 de abril de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$738.000.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de junho de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 29 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 69ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE MAIO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a crise que afeta a Varig. 18342

SENADORA IDELI SALVATTI – Comentários sobre um estudo do Banco Mundial, comparativo entre os programas de inclusão social de distribuição de renda implementados na América Latina. Registro da participação de S. Ex^a em ato patrocinado por entidades que trabalham em favor da segurança alimentar, realizado no Auditório Petrônio 18345

SENADOR ALVARO DIAS – Saudação ao povo colombiano pela reeleição de Álvaro Uribe, para Presidente da Colômbia. Dados divulgados pelo Fórum Econômico Mundial sobre a capacidade de os países usarem a tecnologia da informação. Defesa de um projeto de política nacional para nossa economia digital. 18347

SENADORA HELOÍSA HELENA – Protesto pelo tratamento dispensado pelo governo federal ao setor agrícola. Apelo no sentido de que se garantam a correção das distorções do saldo devedor dos produtores, a viabilização do zoneamento agrícola e a repactuação das dívidas. 18349

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Relatório de conversa com agricultores do Paraná, neste fim de semana, sobre o descaso governamental com a agricultura. Solicitação da transcrição de um estudo sobre a carga tributária recorde em 2005.. 18350

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Protesto contra matéria dos jornalistas Policarpo Júnior e Otávio Cabral, publicada na revista **Veja**, com declarações desrespeitosas à pessoa de S. Exa. Comentários sobre matéria intitulada “Denúncia causa comoção em Brasília”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 23 de julho de 2004. 18362

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Atuação do Exército Brasileiro na Amazônia. Justificação de requerimentos que encaminhará à Mesa sobre a importância da rede de pesquisas na Amazônia. Registro do falecimento do Sr. Ter-

tulino de Araújo Pereira, em Manaus/AM. Voto de aplauso ao empresário Pauloney Tomaz Avelino, que recebeu o diploma de Industrial do Ano de 2006. Registro do artigo “Amar a vida”, do professor Róbério Braga. 18369

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Reiteração de alguns aspectos relativos aos procedimentos empresariais adotados pelo Sr. Daniel Dantas. 18377

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Reeleição do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe. Comentários a Projeto do Instituto Cidadania sobre segurança pública. 18379

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Considerações sobre o papel do Senado Federal. Comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito da liberação de recursos pelo governo federal. O desgoverno existente no País. 18382

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que dispõe sobre o Sistema de Consórcios, tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos 18382

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira. ... 18382

1.2.3 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 350, de 2006, de 24 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 4.703, de 2004, do Senado Federal (PLS nº 149/04), que institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa. A matéria foi anexada ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2004. 18382

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Preocupação com as agruras vividas pelo setor têxtil e de confecção do País. Comentários sobre a matéria intitulada “5 lições para derrubar o juro e crescer mais”, de

autoria do jornalista Giuliano Guandalini, publicada na revista **Veja**, edição de 24 do corrente. 18383

SENADOR LUIZ PONTES – Transcrição nos Anais do Senado da matéria intitulada “*A guerra nos porões*”, do jornalista Márcio Aith, publicada na revista **Veja**, edição de 17 do corrente. 18385

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “*Banditismo e Podridão*”, publicada na revista **Veja**, edição de 24 do corrente. .. 18390

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Ele voltou – e com estrondo*”, de autoria do jornalista Matheus Leitão, publicada na revista **Época**, edição de 15 do corrente..... 18392

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Delúbio pediu dinheiro ao Opportunity, diz ex-sócio*”, da lavra da jornalista Janaína Leite, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 16 do corrente..... 18393

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro do editorial intitulado “*Fronteiras confusas*”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 do corrente. 18396

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre o artigo intitulado “*Opportunity denuncia tentativa de extorsão*”, dos jornalistas João Domingos e Luciana Nunes Leal, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 11 do corrente. Comentários sobre a matéria intitulada “*STF nega pedido para não comparecer à CPI*”, de autoria da jornalista Mariângela Gallucci, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 do corrente. 18397

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre o estudo intitulado “*Segurança Alimentar*”, realizado pelo IBGE, e registro da matéria intitulada “*IBGE diz que 14 milhões de brasileiros passam fome*”, de Robson Pereira, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 18 do corrente. ... 18398

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo “*Até quando, sabemos; mas até onde?*”, de autoria do presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 16 de maio do corrente. 18401

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “*Amorim: ‘Estranhemos muito’*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 12 do corrente. 18402

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “*Delegado quer Waldomiro na cadeia*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 16 do corrente. 18403

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 30, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 18404

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52^a LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 69ª Sessão não Deliberativa, em 29 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Alvaro Dias e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Alvaro Dias, Senadora Ideli Salvatti, venho à tribuna, mais uma vez, para falar de um tema que apaixonou todos nós, que envolve, tenho certeza, a razão e também a emoção de todo o País.

Refiro-me à Varig, Sr. Presidente. A Varig, sem sombra de dúvida, é uma empresa que leva, nas asas de cada avião, o orgulho e a esperança de todo o povo brasileiro, pela sua história, por tudo aquilo que a empresa representa não só para o Rio Grande do Sul ou para o nosso País, mas o que ela representa perante o mundo.

Esta, Sr. Presidente, é uma semana decisiva para a empresa e para a família Varig, que, de forma direta e indireta, eu diria, envolve, mais de 20 mil trabalhadores.

Amanhã, terça-feira, teremos, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a quarta reunião, para que, num esforço coletivo, nós consigamos construir uma solução, juntamente com o Governo Federal, o Governo Estadual, o juiz que trata da questão, a direção da Varig e a Empresa Alvarez & Marsal, que está administrando as propostas apresentadas. Quero destacar aqui a figura do Sr. Milton Zuanazzi, que cumpre um papel fundamental nessa mediação.

Lembro, Sr. Presidente, que seria fundamental encontrarmos, amanhã, a exemplo do que foi feito no Rio de Janeiro, uma solução para a questão do ICMS. O Governo do Rio de Janeiro, na oportunidade, em 2004, baixou um decreto que fez com que a Varig recebesse 75% do que tinha de direito quanto ao ICMS.

Quero também lembrar que está agendada para a próxima quarta-feira, dia 31 de maio, uma audiência na Corte de Nova Iorque, requerida pelas empresas de *leasing*, para julgar o pedido de arresto de aviões da companhia aérea.

Sr. Presidente, fico, neste momento, com as palavras do Presidente da companhia, que diz: “Esta é uma semana de agir, de fazer. Precisamos largar mão somente de idéias e pô-las em prática, arregaçar as mangas e pôr mãos à obra”.

Sr. Presidente, os Deputados, os Senadores, o próprio Governo, todos temos, de forma incansável, buscado alternativas capazes de solucionar a dívida da companhia, um problema de máxima urgência, porque a praia está perto, o leilão está à vista.

Participamos, Sr. Presidente, confesso que com certo entusiasmo, das audiências públicas e das reuniões de trabalho e acreditamos que existem, sim, soluções viáveis que podem ser implantadas imediatamente.

Uma medida discutida e que está com andamento positivo foi a antecipação do leilão da venda da Varig, previsto para acontecer somente em 9 de julho. As negociações estão sendo conduzidas pela direção da Varig com o juiz da 8ª Vara Empresarial. A antecipação colocaria fim a essa delonga, iniciando, aí sim, uma nova fase para a companhia.

Quando falamos em leilão, é bom que se entenda que teremos novos investimentos. Os investidores farão aquisição de parte da companhia, e, com isso, ela será viabilizada.

Destaco a participação do BNDES, disposto a construir – como disse a Ministra Dilma Rousseff – um empréstimo-ponte. Mas quero também dizer, Sr. Presidente, com base na planilha de cálculos que foi entregue a todos os Senadores, que a Varig tem a receber dos Estados algo em torno de R\$1,386 bilhão.

Os três maiores devedores são – sei que há um movimento para que se construa um entendimento, até com deságio – São Paulo, Amazonas e o meu Rio Grande do Sul. Mas percebo que há um movimento forte lá no meu Estado, por parte da Assembléia Legislativa, do próprio Governador, do Secretário Luiz Roberto Ponte e do coordenador da Bancada gaúcha, para que o Rio Grande do Sul possa participar ativamente desse entendimento.

Por isso, espero ansioso o dia de amanhã, quando, provavelmente, alguns Estados apresentarão uma

proposta de encaminhamento quanto àquilo que a Varig tem a receber. Como foi explicado pela direção da Varig e seu departamento jurídico, Sr. Presidente, são matérias transitadas em julgado. Alguns dizem que há recurso, mas há recurso porque o Supremo Tribunal Federal já mandou pagar, e, naturalmente, a Varig teve que acionar aqueles Estados que não pagaram para que o efetivo pagamento fosse feito. Então, não há dúvida: é líquido e certo que a Varig receberá o correspondente àquilo a que ela tem direito do chamado ICMS, que não lhe foi restituído ainda.

Sr. Presidente, essa empresa, que decolou, pela primeira vez, do solo gaúcho há 79 anos, voa alto e não pode aterrissar sem que continue o sonho, sonho dos milhares de aposentados e pensionistas que estão acreditando que ele continua vivo e que a Varig há de continuar voando; sonho de famílias inteiras, de pais, de filhos, de avós, de bisavós, que acreditaram e continuam acreditando na companhia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é justo que essas pessoas que contribuíram durante anos na esperança de terem não apenas trabalho, mas de terem uma aposentadoria digna e que não tiveram nenhuma responsabilidade sobre a situação atual do fundo de pensão Aerus sejam agora prejudicadas.

Li uma matéria do jornal **Valor** que diz que, se o quadro não for resolvido, se soluções urgentes não forem apontadas, esses aposentados, provavelmente, só receberão seus vencimentos até outubro.

Senadora Ideli, participei da 1ª Conferência Nacional dos Idosos e fiz uma palestra. Depois da conferência, eles vieram me visitar. Posso dizer a V. Ex^a, que é Líder do Governo, que o Presidente Lula, junto com sua esposa, D. Marisa, esteve lá um dia depois e foi aplaudido de pé durante longo período, mostrando que os idosos estão sensíveis aos argumentos. O relato que tive da presença do Presidente na Conferência foi muito bonito. Foi muito importante o Presidente ter ido lá fazer uma palestra para os idosos, contando como ele está vendo o presente e o futuro da nossa terceira idade.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Paulo Paim, se V. Ex^a me permite fazer um aparte, quero dizer que acompanhei o fato pela imprensa. As fotos demonstravam essa alegria, esse reconhecimento que o pessoal da melhor idade está tendo das políticas adotadas pelo Governo Lula. Quero deixar registrado que boa parcela dessa política se deve à aprovação do Estatuto do Idoso. Apenas aquela modificação da idade para o recebimento do benefício que os idosos têm quando não há nenhuma outra fonte de renda para a sua manutenção, aquela pequena alteração incluiu como beneficiários do salário mínimo mais de

meio milhão de pessoas. Portanto, foi uma inclusão social das mais importantes, implementada a partir da aprovação do Estatuto do Idoso, dando a essas pessoas alguma fonte de renda para poderem ter como suprir suas necessidades mais elementares. Por isso, acredito que foi um evento que teve uma repercussão muito positiva, como não poderia deixar de ser, tendo em vista que essa é uma parcela da população que cresce. Eu estava analisando na imprensa a mudança significativa do perfil do eleitorado de 1989 para o de hoje. Uma das principais mudanças é o aumento significativo do número de idosos que irá votar. Em 1989, a maior parcela de eleitores estava na faixa de até 25 anos; hoje, o maior número de eleitores está na terceira idade ou próximo a ela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Percebi lá uma vontade muito grande de, efetivamente, votarem, embora eles não sejam obrigados a votar. Foi um momento muito bonito a primeira conferência da terceira idade no País. Senti-me gratificado por estar lá conversando com homens e mulheres com história tão bonita.

Volto a falar dos idosos, aposentados e pensionistas da Varig.

Sr. Presidente, penso na centena de idosos que escrevem muito para todos nós, na esperança de que possamos contribuir com uma solução para o Aerus, o fundo dos aposentados e pensionistas da Varig. A eles, Sr. Presidente, dedico este pronunciamento, pois entendo perfeitamente a agonia e o desespero de se verem na iminência de não poderem mais sequer sonhar em envelhecer com dignidade. Essa força e essa vontade de lutar frente às dificuldades ora impostas é um exemplo que tem de ser seguido, inclusive, por todos nós e, por que não dizer, pela nossa juventude.

A Varig tem uma trajetória de lutas, de pioneirismo e de muita tenacidade, impregnada até hoje no espírito de cada um de seus funcionários, de cada um de seus aposentados, de cada um de seus pensionistas e de suas pensionistas, de cada coração brasileiro.

Adianto que os Senadores e Deputados têm avaliado a possibilidade até de termos um grande entendimento com o Executivo para autorizar as estatais – Infraero, BR Distribuidora e Banco do Brasil – a serem tolerantes e converterem os créditos que têm com a Varig em ações do Fundo de Investimento e Participação da companhia aérea.

O Senador Heráclito Fortes está cumprindo um papel importante nessa negociação, já que preside quase que uma comissão mista envolvendo quatro ou cinco comissões para tratar o tema.

Fui encarregado – e o fiz com muita satisfação – de conversar com os 27 coordenadores das Bancadas estaduais no Congresso Nacional, por telefone e *e-mail*, para que todos participem da reunião de trabalho de amanhã.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, recebemos um sinal positivo de todos os Estados. Os coordenadores de todas as Bancadas estaduais disseram que lá estarão para discutir, para debater, para dar a sua contribuição, para que efetivamente, na reunião de manhã, saíamos com uma decisão que venha a contribuir efetivamente para que a Varig volte a funcionar em condição de normalidade.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, está disposto a socorrer a empresa com o chamado empréstimo-ponte no leilão. O arrematador passará a assumir uma posição de controlador da empresa. Acreditamos que a antecipação do leilão vá ajudar a Varig a obter o retorno normal de suas atividades.

A receita do sucesso, entendo, Sr. Presidente, passará por unir o calor humano do povo brasileiro à tecnologia e aos padrões internacionais de qualidade que mantiveram e mantêm a empresa no ar e a fizeram conquistar o mundo e continuar cada vez mais viva. Enfrenta, ora sim, um mar revolto, mas, depois da tempestade, vem a bonança – e estou acreditando muito nisso.

Tenho certeza de que todo o povo gaúcho e brasileiro não de encampar essa peleia e não abandonarão a embarcação enquanto não encontrarmos um mar de calma, pois existe, nas asas dessa grande empresa, uma enorme carga simbólica, e ela não pode deixar de voar.

A Varig é ainda um gigante do setor. Suas aeronaves rasgam os céus levando em sua cauda o símbolo da primeira companhia aérea do País, orgulho de todo brasileiro e, claro, com muita força, orgulho do nosso povo gaúcho.

Volto a renovar meu apelo para que, nesta semana decisiva, tenhamos todos a necessária sensibilidade para agir de forma coerente e eficaz no sentido de trilharmos um caminho de soluções favoráveis.

Sr. Presidente, tenho participado ativamente dessa comissão mista que envolve Senadores e Deputados de todos os partidos. Para mim, é importante ver que, neste momento, a disputa político-partidária ou mesmo o horizonte eleitoral foram deixados de lado em relação à questão da Varig.

Por exemplo, o Senador Heráclito Fortes, do PFL, os Senadores Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi estão lá conosco, bem como Senadores e Deputados de todos os Partidos, cada um

dando a sua colaboração para um debate qualificado que aponte uma solução viável e rápida.

Se não tivermos uma solução viável e rápida nos próximos dez dias, o quadro vai se complicar. Porém, quero transmitir otimismo e segurança. Alguns podem estar pensando, ao ver e ouvir este meu pronunciamento pela TV Senado, que o número de vôos da Varig diminuiu. O número de vôos diminuiu, sim, mas aqueles que se encontram em andamento – mais de 50% estão normais – estão com total segurança. É preferível que se diminuam alguns vôos, com a segurança devida e com o nome da companhia preservado, a que se transmita uma certa insegurança.

Então, quero tranquilizar todos. A Varig está, sim, num momento difícil, mas é normal para quem atravessa, como eu dizia, uma tempestade. Estamos caminhando bem. Acho que os Estados haverão de cumprir a sua parte.

O Governo Federal e o Congresso não de cumprir sua parte. Estão também nessa grande mobilização os trabalhadores da Varig, dos mais simples aos comandantes, dos mais simples ao Presidente da companhia. Observei na última reunião a forma firme, porém tranqüila, com que o Presidente da Varig falava. Ele dizia: “Senadores e Deputados, o momento é de ação. Precisamos agir. Precisamos voar. Não podemos ficar somente a refletir”.

Por isso, entendo que a reunião de amanhã será positiva. Elogio a postura do Juiz da Vara Empresarial que antecipou o leilão mediante acordo com os maiores credores, que são, na verdade, estatais do Governo. Com isso, os acionistas poderão investir rapidamente a quantia necessária para que se volte à normalidade.

Sr. Presidente, meu pronunciamento é, de certa forma, uma homenagem aos 79 anos da Varig. Confesso, Senador Alvaro Dias, que pedi uma sessão de homenagem à Varig, mas ainda não recolhi o número necessário de assinaturas dos Srs. Senadores. Na verdade, até o fiz. Todos os Líderes assinaram o requerimento, mas guardei o documento, pois a sessão de homenagem deve ser feita depois que estivermos voando em céu de brigadeiro, para não falar só em calma, e depois que a Varig estiver voando com a maior tranqüilidade.

Gostaria de dar um depoimento. Alguns dizem que só viajam pela Varig. Não o digo. Viajo pela Gol, pela Tam, pela Varig e quero continuar viajando pelas três companhias, ou outras que vierem. No dia em que houver somente uma companhia, a situação será grave. Quem perde é o consumidor; quem perde é o transporte aéreo.

Viajo pelas companhias de acordo com a agenda que me move, mesmo quando estou a serviço do

Senado Federal. Por exemplo, em razão da Comissão Mista, estamos viajando por todo o País, e quero continuar viajando por todas as companhias.

Claro que não dá para negar que, por ser uma companhia gaúcha, tenho um carinho muito grande pela Varig. Mas não farei aqui a demagogia de dizer que só viajo pela Varig e que somente ela é importante. Todas são importantes. São tão importantes que quero que as três continuem voando.

Por isso, tenho certeza de que a Varig continuará voando e disputando mercado com outras companhias, por tudo aquilo que foi e pelo que é.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Convido V. Ex^a para assumir a Presidência, porque desejo usar da palavra depois da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Agradeço, Sr. Presidente.

Senador Paulo Paim, hoje viajei pela Varig e fui muito bem atendida. Como V. Ex^a mesmo colocou, queremos que a Varig continue atendendo à população e contribuindo com o desenvolvimento e o progresso do País.

Mas o que me traz à tribuna, no dia de hoje, é um estudo que o Banco Mundial apresentou e que está no noticiário desse final de semana. Trata-se de um estudo comparativo entre os programas de inclusão social, de distribuição de renda, que vêm sendo realizados na América Latina.

O estudo realizado pelo Banco Mundial se baseou em dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, além de dois relatórios produzidos pelo Banco Mundial, que colocaram o programa Bolsa Família como sendo o mais amplo e o que mais atende famílias entre os que visam a distribuição de renda em nosso Continente. A comparação foi feita entre programas desenvolvidos, além do Brasil, no Chile, na Nicarágua, em Honduras, na República Dominicana, no México e na Argentina.

Todos os programas desenvolvidos por esses países foram analisados. Os dados são de 2004, portanto, ainda anteriores a uma série de medidas adotadas em 2005 e ao longo deste ano. Inclusive temos a convicção de que os dados relativos a 2005, que deverão ser

divulgados no segundo semestre de 2006, nos trarão notícias mais alentadoras ainda do resultado do programa Bolsa Família.

O estudo mostra, de forma muito clara, que, no programa Bolsa Família – fato detectado pelo estudo do Banco Mundial e utilizando dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –, 73% dos recursos chegam efetivamente aos mais pobres. Portanto, trata-se de um exemplo bastante significativo de política focada de tal forma que os recursos sejam aplicados prioritariamente no fim, a quem o programa é destinado.

Para se ter uma idéia de quanto esse dado é relevante, no Brasil, o Bolsa Família fica com 73% dos recursos, chegando aos 20% mais pobres. No caso do Chile, apenas 58%. Observem a diferença: Brasil, com 73%; Chile, com 58%; Nicarágua, com 55%; Honduras, com 43%; República Dominicana, com 35%; México, com 32% apenas dos mais pobres recebendo os recursos do programa desenvolvido por aquele país; e Argentina, também com 32%.

Seria interessante ressaltar, além da matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, que divulga os percentuais de recursos que chegam aos mais pobres, alguns outros dados. Por exemplo, no Brasil, 73% dos recursos do Bolsa Família, Senador Paulo Paim, chegam aos 20% mais pobres da população. Só que isso significa chegar a oito milhões e setecentas mil famílias. Enquanto, no Chile, chega a 58% aos mais pobres, mas o programa Chile Solidário atende apenas 230 mil famílias. O da Nicarágua, em que 55% dos recursos chegam aos mais pobres, atende 30 mil famílias. O de Honduras, em que apenas 43% chegam aos mais pobres, atende 56 mil famílias. O da República Dominicana, em que 35% chegam aos mais pobres, atende 200 mil famílias. E o do México, que é o programa de distribuição de renda e de inclusão social mais antigo da América Latina – dez anos –, atende cinco milhões de famílias. Digamos que é um número comparativamente próximo ao de 8,7 milhões famílias que o Brasil atende. Mas, de modo diferente, um programa com 10 anos não conseguiu se aperfeiçoar a ponto de chegar a atender mais do que apenas 35% dos mais pobres.

Esse estudo nos dá uma dimensão extremamente positiva com relação ao resultado do Bolsa Família.

E gostaria, inclusive, de deixar aqui registrado que os dados, tanto do Banco Mundial quanto do IBGE, do Pnad, são de 2004. É importante ressaltar o ano porque só a partir de 2005 é que o Ministério do Desenvolvimento Social, em um trabalho muito bem desenvolvido pelo nosso Ministro Patrus Ananias, vem buscando unificar os programas, o que ainda não ti-

vemos a capacidade de concluir. Além do Bolsa-Família, que já absorve R\$5,6 bilhões, há programas como Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Cartão-Alimentação e Bolsa-Alimentação.

Não conseguimos unificar a totalidade dos programas. Alguns foram criados em 2001, outros em 2002. Portanto, não existe, ainda, um cadastro único. E, infelizmente, descobrimos situações em que muitas famílias necessitadas ainda não são atendidas pelo Bolsa-Família nem pelos demais programas. Há poucos dias, foi divulgado um trabalho a respeito de segurança alimentar, e foi constatado que existe uma parcela da população que necessita e está dentro dos critérios para receber o Bolsa-Família ou qualquer um dos outros programas; no entanto, essas pessoas não recebem qualquer tipo de benefício.

Esses dados de segurança alimentar, que na semana passada repercutiram aqui no plenário, e a eles vários Parlamentares se referiram, também são de 2004. Portanto, ainda não alcançaram a unificação e a ampliação significativa do Bolsa-Família, o que ocorreu em 2005 e continua agora, em 2006.

De qualquer forma, ficou claro no levantamento de segurança alimentar que, onde o programa de transferência de renda já havia chegado, onde as famílias já vinham recebendo, o resultado era significativamente diferente daquelas famílias que ainda não haviam tido oportunidade de estarem integradas a nenhum desses dados.

É importante lembrar também que a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (IBGE), de 2004, apresentou alguns dados extremamente significativos. Primeiro, o Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de renda, recuou de 0,554, em 2003, para 0,547, em 2004. É o menor índice de desigualdade social de renda registrado no Brasil desde 1981.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios mostrou também que a renda dos 10% mais pobres cresceu 4,1%, em 2004, comparativamente com 2003.

Ainda a participação na renda dos 50% mais pobres também cresceu: passou de 14,4% da renda para 15,2% da renda total brasileira.

Portanto, a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios, juntamente com o resultado apresentado pelo Banco Mundial em relação à política de transferência de renda, atendendo exatamente os 20% mais pobres da população, é inequivocamente uma demonstração da nossa capacidade de inverter uma lógica que, no Brasil, infelizmente, acabou se cristalizando como se verdade absoluta fosse. Refiro-me àquela história de primeiro fazer crescer o bolo para, depois, dividi-lo.

Tive oportunidade, no aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, falar da inclusão dos idosos no programa do benefício continuado e uma série de outras ampliações, que têm como objetivo implementar a distribuição da renda, ampliá-la para todos os cantos do nosso Brasil. Com isso, efetivamente, houve a derrubada desse quase dogma, segundo o qual é impossível distribuir a renda sem que haja um prévio crescimento.

A distribuição de renda efetivamente demonstrou ser alavancadora do crescimento. Portanto, as políticas corretas adotadas no Bolsa-Família, a mudança de idade para inclusão de segmentos significativos da terceira idade no programa de benefício continuado e o próprio estudo do Banco Mundial apontam para um outro programa extremamente bem focado: o da merenda escolar. Esse programa teve uma mudança significativa: em 2002, 848 milhões foram gastos com a merenda escolar e, em 2006, estamos trabalhando com praticamente o dobro do recurso.

Houve também alteração nos valores a serem transferidos para os municípios e a inclusão não só das creches que atendem crianças de 0 a 4 anos, mas também daquelas que atendem crianças de 0 a 6 anos. Os convênios das prefeituras com as entidades de assistência social fornecedoras de merenda escolar ficaram durante muitos anos sem reajuste nos governos que nos antecederam. Neste Governo, tivemos a capacidade de reajustá-los, fazendo a equivalência do valor por aluno pago para o Ensino Fundamental, de 7 a 14 anos, como também para os alunos de 0 a 6 anos.

Portanto, são medidas que efetivamente adotam a lógica de dividir para crescer a distribuição da riqueza, a inclusão social como fator do crescimento.

Sobre as reportagens que fazem a análise, destaco o nosso segundo passo, passo importante: a capacidade de integrarmos programas, além de unificá-los.

No Chile, o programa do Chile Solidário, que atende 230 mil famílias, trabalha com contratos que estabelecem objetivos. O volume reduzido de participantes daquele programa, comparativamente com as 8,7 milhões famílias atendidas pelo Bolsa-família no Brasil, permite um atendimento quase que individual às famílias neles inscritas. As famílias chilenas estabelecem, ao longo de cinco anos, uma série de objetivos a serem alcançados: alfabetização, atendimento de saúde à família, capacitação profissional, estudo. Ou seja, há uma série de políticas públicas integradas, possível no Chile, pelo reduzido número de participantes, mas nada que nos impeça, aqui no Brasil, de avançarmos.

No caso do Bolsa-Família, há programas articulados, como é o caso do Brasil Alfabetizado. Portanto, já

há uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social com o Ministério da Educação, em que as famílias atendidas pelo Bolsa-Família têm prioridade de atendimento no programa Brasil Alfabetizado, exatamente para varrer essa chaga do analfabetismo nas famílias e para que tenham condição de superá-lo.

A próxima integração é a do Ministério do Trabalho com o Ministério de Minas e Energia, por conta do Programa Luz para Todos, que vem sendo desenvolvido em várias comunidades. Infelizmente, por falta de prioridade para a superação das chagas sociais, nós temos, ainda, no Brasil, em pleno século XXI, alguns milhões de brasileiros sem acesso à energia elétrica, o que propiciaria o desenvolvimento pessoal, como a geração de renda, e resolveria questões importantes do cotidiano.

Eu tive a oportunidade de conhecer a comunidade de Kalunga, no Estado de Goiás, remanescente dos quilombos, por mais de três séculos instalados numa região que nem é tão recôndita – não é nenhum “fim de mundo”, uma vez que é razoavelmente fácil ali chegar. Mas eles tiveram acesso à luz há menos de dois anos e, com a chegada da energia elétrica, construíram uma cooperativa de produção, que propiciou renda a várias famílias.

Portanto, a integração do Ministério da Educação com programas Brasil Alfabetizado, Luz para Todos e os programas de geração de emprego e renda do Ministério do Trabalho tem como meta potencializar cada vez mais a integração desses programas.

Não chegaremos ao atendimento praticamente individualizado das famílias como ocorreu no Chile, mas nossa prioridade é a integração desses programas.

Por último, Senador Paulo Paim, resalto que, semana passada, participamos de um ato muito importante. No meu pronunciamento, tive oportunidade de dizer que talvez muitos poucos parlamentares fossem ao ato organizado por milhares de organizações não-governamentais, pessoas e instituições que trabalham na questão da garantia da segurança alimentar.

O Congresso Nacional, neste momento, está com uma dívida, porque a Câmara já votou a Lei Orgânica da Segurança Alimentar; votação muito rápida, por um acordo suprapartidário. Esta lei tramita agora aqui no Senado. Portanto, entendo que nada mais correto e justo, nós que estamos comemorando os resultados detectados pelo Banco Mundial, juntamente com o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, que darmos nossa contribuição efetiva, para uma série de políticas – que têm sido políticas do Governo Lula – possam ser transformadas, institucionalizadas como políticas do Estado brasileiro. Ou seja, que os futuros governantes deste País garantam o direito de acesso

à comida com qualidade garantida, legalmente institucionalizada como programas do Estado brasileiro.

Por isso, faço este registro da nossa participação nesse ato muito importante que se realizou aqui no auditório Petrônio Portella na quarta-feira passada. Tenho certeza absoluta de que, assim como a Câmara foi muito ágil na tramitação e na votação, teremos também essa capacidade.

Eu gostaria de encerrar a minha fala com uma frase que está na reportagem que trata da integração desses programas, em que se reconhece que não é pouca coisa termos uma focalização melhor do que qualquer outro programa de transferência de renda na América Latina. Os programas de transferência de renda são muito novos no Brasil. Entre os mais antigos, o de transferência de benefício continuado é de 1988, mas o primeiro programa, o Bolsa-Escola, é de 2001. Portanto, temos pouco tempo nesses programas de transferência de renda. E não é pouca coisa, com tão pequena experiência e acúmulo, estarmos liderando na América Latina o *ranking* dos programas de transferência de renda, com foco e atendimento efetivo àqueles que mais precisam.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Agradeço a gentileza de ter tido um pouco mais de tempo.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, a Mesa foi tão tolerante com V. Ex^a como o Senador Alvaro Dias foi comigo.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por 15 minutos, com a devida tolerância da Mesa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Srs. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de saudar o povo colombiano pela eleição de Alvaro Uribe, reeleito Presidente da República da Colômbia por expressiva maioria de votos.

Alvaro Uribe é o primeiro Presidente em exercício a ser reeleito na Colômbia em mais de 100 anos. É claro que são muitos os desafios a serem enfrentados neste novo mandato. Duas características marcantes de Alvaro Uribe foram decisivas para a sua vitória: a autoridade moral e a capacidade de decisão. E essas são características fundamentais no Brasil de hoje. Qualquer candidato à Presidência da República tem que considerar exatamente características semelhantes a estas: autoridade moral e capacidade de decisão. Aliás, o restabelecimento da autoridade pública no nosso País

é essencial para que determinados programas possam ser enfrentados com eficiência e competência.

Nos últimos dias, discutimos muito segurança pública. O Congresso Nacional procurou apressar a elaboração de leis, aprimorando a legislação vigente; o Poder Executivo discutiu alternativas de providências, mas, sem dúvida, o essencial é o restabelecimento da autoridade. É exatamente essa característica que levou Alvaro Uribe a se reeleger Presidente da República da Colômbia. Os nossos parabéns, portanto, aos colombianos, responsáveis pelo clima pacífico que predominou durante todo o pleito. A consolidação da democracia num país que ainda enfrenta focos de guerrilha é uma vitória de todo o continente. Nós que desejamos a integração entre os povos e a consolidação do processo democrático internacionalmente devemos aplaudir o povo colombiano pelo êxito do sucesso eleitoral recentemente finalizado.

Sr. Presidente, pretendo trazer à tribuna nesta hora um tema lamentavelmente pouco debatido. E não se diga que a eclosão dos escândalos e o apagão ético nos afastou desta agenda estratégica que incluiria o debate deste tema: as tecnologias de informação e de comunicação e a economia digital. Isso diz respeito à modernização do País e, portanto, tudo aquilo que diz respeito à modernização não pode, de forma alguma, se colocar em plano secundário na agenda estratégica que um país deve instituir na busca de um futuro mais adequado.

O cenário nacional, no universo das tecnologias de informação e de comunicação, não é nada animador.

Em 2006, o Brasil caiu seis posições e ficou em 52º lugar no *ranking* que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade. Por isso, nosso País caiu também no *ranking* da competitividade.

Recentemente, discutimos aqui exatamente a queda do Brasil relativamente à competitividade, que diz respeito, evidentemente, à eficiência e à competência.

O Brasil perdeu posições pelo terceiro ano consecutivo. Em 2003, o País estava em 39º lugar. Em 2002, estava ainda mais bem posicionado, em 29º lugar, sendo que, em e-GOV, estava na honrosa 16ª posição. Em e-Commerce, ocupávamos o 18º lugar. Estamos, literalmente, andando para trás. É um retrocesso em matéria de tecnologia da informação. Esses índices constaram do relatório global de tecnologia de informação elaborado anualmente, há cinco anos, pelo Fórum Econômico Mundial.

Apesar de continuar em 2º lugar na América Latina, o Brasil está cada vez mais longe do primeiro colocado da região.

O Chile mantém-se na liderança e aumenta sua vantagem sobre o Brasil em 11 posições. Agora em 23º no *ranking*, o Chile tem “uma vantagem significativa na corrida para fazer das tecnologias de informação e de comunicação em veto de crescimento”, segundo o fórum realizado na Suíça.

Na região, o México subiu cinco colocações (55º); El Salvador subiu onze (59º); a Colômbia subiu quatro (62º); a Argentina cinco (71º) e o Peru cinco (85º). Além do Brasil, a Costa Rica e a Guatemala perderam posições no *ranking*.

Ninguém em sã consciência pode negar a importância das tecnologias de ponta e, em especial, das tecnologias da informação como ferramental estratégico para o desenvolvimento de um País.

Como destaca Cid Torquato, Diretor Executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico: todos os países desenvolvidos e aqueles que realmente estão em desenvolvimento atingiram tais estágios a partir de políticas públicas e empresariais de incentivo à produção de tecnologia voltada ao progresso interno, à substituição de importações e à ocupação de espaço no “Gamão” comercial internacional.

Passando ao largo dos exemplos clássicos do chamado primeiro mundo, temos nas economias do sudoeste asiático os principais *case histories* da equação desenvolvimentista a que me referi anteriormente.

É mister destacar que os tigres asiáticos, com especial destaque para a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong e China, são países onde as lideranças nacionais, ainda que com diferentes doses de autoritarismo, perceberam, em passado distante, que sem tecnologia de ponta, como indústria e ferramental, é absolutamente impossível criar qualquer modelo de desenvolvimento nacional sustentado.

As referidas nações investiram e continuam investindo na produção de bens com valor tecnológico agregado, mas também, e talvez principalmente, na educação e no uso da tecnologia de forma sistemática por suas populações.

Eu gostaria de mencionar dois programas emblemáticos: o revolucionário e-Korea, e o futurístico e-GOV de Singapura. Em ambos os casos a universalização do acesso às tecnologias de informação passou a figurar no topo das políticas prioritárias de Estado, em consonância com a necessidade de transformação de suas sociedades, agrícolas e arcaicas no passado, em modernas sociedades do conhecimento.

Está mais do que evidente a urgência e a necessidade de o Brasil promover um verdadeiro choque tecnológico como estratégia e infra-estrutura indispensáveis, para garantir o rápido crescimento de seus mercados, reduzir as gritantes assimetrias sociais e

defender posições condizentes com a sua importância como nação no espaço geo-econômico global.

Muitas outras questões precisam ser debatidas.

A preocupação da sociedade quanto à crescente ocorrência de ilícitos através da Internet e redes de todos os tipos. O Parlamento precisa estar presente nesse debate. A questão da certificação digital é inadiável.

Sr. Presidente, para participar de qualquer transação ou atividade que produza, ou possa produzir, resultados ou conseqüências jurídicas, devemos tornar obrigatória a identificação inequívoca do agente, parte, e-consumidor, internauta ou usuário de Internet em geral. O anonimato da rede não pode estar a serviço de posturas delituosas. Isso tem ocorrido de forma reiterada.

Há crimes que nascem na comunicação via Internet. Por exemplo, as torcidas organizadas estabelecem confrontos, durante jogos que envolvem rivais históricos – em São Paulo, Corinthians e Palmeiras; no Rio de Janeiro, Vasco e Flamengo; em Porto Alegre, Internacional e Grêmio –, por meio da internet. Mesmo o crime organizado se utiliza dela. Não vou fazer um relato a respeito desse tema, porque ele é, sobremaneira, conhecido.

Tratando da comunicação e da informação tecnológica, é preciso convocar o Congresso Nacional à responsabilidade, para que se estabeleça uma legislação mais rigorosa, capaz de impedir os ilícitos praticados via internet ou o estímulo à prática de crimes que vêm ocorrendo, lamentavelmente, em face das facilidades oferecidas pelo anonimato possível na comunicação via Internet.

As questões relativas a governo eletrônico precisam ser tratadas como infra-estruturais e estratégicas, entre outras.

Conclusão: falta-nos uma agenda e um amplo projeto de política nacional para nossa economia digital.

Faço uso da tribuna, abordando este tema, porque os candidatos à Presidência da República estão na fase de elaboração dos seus programas de Governo. Imagino ser essa agenda estratégica essencial para quem quer governar o País, como a nossa ilustre colega Heloísa Helena, que postula também a Presidência da República.

Então, esse é um tema que diz respeito à modernidade, avanço tecnológico na área de informação e de comunicação e, sem dúvida, é uma questão essencial para avanços indispensáveis a fim de que o povo brasileiro possa exercer na sua plenitude a cidadania num país solidário, fraterno e justo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Hele-

na, oradora inscrita, por quinze minutos, com a devida tolerância que a Mesa teve com os oradores que a antecederam.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, primeiro quero agradecer a V. Ex^a a generosidade, mas vou usar menos tempo porque tenho um compromisso de trabalho.

Mas não poderia deixar de registrar aqui o meu protesto contra a posição do Governo relativa ao setor agrícola. Não é apenas mais um veto em relação ao setor agrícola; é um desrespeito ao Congresso Nacional, porque vários Parlamentares que têm trabalhado em defesa do setor agrícola abriram mão dos seus projetos, abriram mão da aprovação das suas propostas.

O Senador Alvaro Dias, eficiente relator de uma matéria de minha autoria, conversou comigo várias vezes, juntamente com o Senador Sérgio Guerra, que preside a Comissão de Agricultura. Deixamos de analisar e aprovar determinados projetos, nos quais claramente tínhamos maioria parlamentar para aprová-los, na esperança de que o Governo fosse capaz de articular uma alternativa para o setor agrícola, distanciada de qualquer farsa técnica e de qualquer vigarice política no ano eleitoral, como tem feito até agora.

Vários Parlamentares aqui – nem vale a repetição –, como o Senador César Borges, o Senador Osmar Dias, o Senador Ramez Tebet, o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Pedro Simon, eu e outros Senadores que se dedicam ao tema da agricultura, fizemos um esforço, mesmo tendo elaborado projetos à luz de discussões com os movimentos sociais, que buscam corrigir as distorções do saldo devedor do setor agrícola, repactuar a dívida, garantir novas alternativas de desenvolvimento econômico, sustentável ambientalmente, sustentável economicamente e, infelizmente o Governo, mais uma vez, apenas um veto.

Eu sei que o Governo atual imita o Governo passado e promove três anos de arrocho fiscal e um ano de libertinagem financeira de caráter meramente eleitoreira. Anunciou para todo o Brasil algumas ações em relação ao setor agrícola, mas elas não atendem, Senador Paulo Paim, nem 2% dos produtores do Nordeste, pois, em razão das perdas das safras em quatro anos consecutivos, os produtores rurais nordestinos, do assentado ao agricultor familiar, ao pequeno e ao médio produtor, estão inadimplentes, e a inadimplência impede que o produtor consiga o crédito. Sem o crédito, é evidente que ele não pode plantar mais uma vez.

Quero deixar aqui o meu protesto por mais uma farsa técnica e fraude política do atual Governo em relação ao setor agrícola que estabelece a política do veto. Infelizmente, o Governo conta com a covardia

inconseqüente do Congresso Nacional, que deveria ser convocado para analisar o veto do Presidente da República, mas isso não acontece. Como o Presidente da República conta com a omissão vergonhosa do Congresso Nacional, que não analisa o seu veto, continua fazendo essa política que é um misto de farsa técnica, de fraude política, de demagogia eleitoreira, e não resolve o problema do produtor rural brasileiro, e de um modo geral e de uma forma muito especial o produtor do Nordeste. Então, o apelo que eu faço, mais uma vez, é no sentido de que seja feito, primeiro, o encontro de contas, garantir a correção das distorções do saldo devedor, viabilizar o zoneamento agrícola no Brasil. Não tem força humana capaz de justificar – porque a divina, nesta porqureira, nem quer se meter – que o Brasil, Senador Paim, um País de dimensões continentais, com um gigantesco potencial de áreas agricultáveis e recursos hídricos, tenha apenas 14% da sua área agricultável plantada, e 78% só agricultura de exportação. Que nós tenhamos agricultura de exportação, descobrindo nichos comerciais internacionais, é importante, porque significa dólar em caixa para que possamos importar o que não produzimos. Mas é inadmissível que o Governo não seja capaz de fazer o encontro de contas, corrigir as distorções do saldo devedor, repactuar a dívida, promover ações concretas para o zoneamento agrícola, para a assistência técnica, para a infra-estrutura, para que o Brasil possa, de fato, ser a grande alternativa de produção de alimentos, também, para a demanda interna no Brasil. Então, fica aqui mais uma vez o meu protesto, até porque o argumento do Governo, realmente, dá sustentação a qualquer vigarice política a mais desprezível, porque dizer que tem que vetar uma alternativa de disponibilização de crédito para quem produz neste País, quando joga mais da metade da riqueza nacional para encher a pança dos banqueiros e ousa usar como alternativa e justificativa do veto o interesse público, realmente... É por isso que o povo brasileiro detesta político! Um Presidente da República que veta uma alternativa de crédito de repactuação de dívida, de disponibilização de recursos para a agricultura brasileira, e tem a ousadia de usar o interesse público como justificativa é porque tem muita confiança de que a vigarice política ainda conseguirá ludibriar mentes e corações no processo eleitoral e contar com a covardia do Congresso Nacional em relação ao tema.

É só, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está com a palavra pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem razão a Senadora Heloísa Helena. Nesse final de semana, tive oportunidade de percorrer algumas cidades no oeste do Paraná e conversar com agricultores.

O que o Governo anuncia bombasticamente não atende a expectativa do campo, não soluciona, não estimula, não reabilita as esperanças que foram sepultadas em razão do descaso governamental nos últimos tempos, relativamente à agricultura, abandonada a sua própria sorte.

De um lado, o passivo cresceu de forma assustadora pela ausência do Governo em momentos cruciais. Quando a crise batia às portas da agricultura, o Governo não atendia ao chamamento dos produtores rurais. Com isso, aqueles que sobreviveram endividaram-se de forma perversa. Aqueles que não conseguiram sobreviver abandonaram suas terras e caminharam até a cidade. Desesperados, alguns procuraram outras regiões, outros Estados, outras cidades, na esperança de encontrar emprego. No caso do Paraná, especificamente, há até aqueles que deixaram o País. Em determinado momento, a televisão mostrava grupos se organizando para buscarem em Portugal a oportunidade de sobrevivência que não estavam encontrando em outro Estado.

A Senadora Heloísa Helena relata o drama vivido pelos agricultores do Nordeste especialmente. Mas estou trazendo o drama vivido pelos agricultores do Sul do País. Portanto, a crise é nacional. Ela se alargou como nunca antes, alcançando todas as regiões do País no interior.

Nós já alertamos que, se providências mais competentes não forem adotadas, essa crise estará batendo às portas das cidades, sobretudo no início do próximo ano, quando teremos um outro governo no País.

A herança sobrar e será esta, de verdade, uma herança maldita, porque o País vive substancialmente do campo. O nosso progresso, o nosso desenvolvimento, a balança comercial, o superávit na balança, tudo isso tem como artífice exponencial o campo, como foi a agricultura a âncora verde de sustentação do Plano Real, para que chegássemos à estabilização da nossa economia com uma moeda mais forte.

Devemos muito ao campo, devemos especialmente ao produtor brasileiro. Não há uma política de médio e longo prazo, uma política agrícola definida, com planejamento, que estabeleça o zoneamento agrícola, o crédito para plantio, para comercialização, um preço mínimo de verdade, que garanta ao produtor a certeza de que venderá pelo preço anunciado pelo Governo. Hoje, a política de preço mínimo é outra fa-

lácia. O Governo anuncia um preço que não paga; o Governo anuncia o preço mínimo, mas não assume o compromisso de cumpri-lo, ou, se assume o compromisso, desonra, porque lastimavelmente o preço mínimo não é praticado no Brasil.

É evidente que não há essa política agrícola definida. E por que não há? Não há competência no Governo? Certamente não, porque se houvesse política agrícola definida, teríamos, uma vez que os especialistas, os ruralistas, as entidades que representam o campo, constantemente apresentam sugestões de política agrícola para o País. Não há sequer necessidade de exigir de quem cobra política agrícola definida uma proposta, porque as propostas são apresentadas como rotina pelas entidades que representam a agricultura no Brasil.

E agora, quando os candidatos a Presidente da República percorrem o País, o Presidente Lula, em quatro meses, já andou o equivalente a uma volta e meia ao redor do mundo. Então, é claro que esse Presidente anda demais, anda muito mesmo! Espero que, nessas andanças de todos os candidatos, inspirados pelo ar puro do campo, seja possível discutir uma proposta de política agrícola definida para o Brasil. Mas, enquanto ela não for instituída, o Governo tem o dever de socorrer a agricultura nos momentos dramáticos da crise como a que estamos vivendo.

E não é desta forma, com esse tipo de pacote, que o Governo vai reabilitar as esperanças de prosperidade no campo. Não. Com esse tipo de pacote exclui-se a maioria dos produtores rurais, excluem-se, sobretudo, aqueles que mais necessitam, porque, quando o Governo fala em rolagem de dívida agrícola no setor bancário, esquece que boa parte dos produtores rurais deve, não aos bancos, mas aos fornecedores. Portanto, essa medida de entendimento bancário não resolve a situação grave enfrentada por produtores rurais, especialmente os pequenos e médios produtores do nosso País.

O pacote anunciado não encerra a crise; o pacote anunciado não soluciona; o anúncio do Governo não resolve. Há uma crise que se aprofunda a cada passo em função da inoperância governamental. É claro que não é só inoperância governamental. Há outros fatos: há crise, conseqüência de estiagem; frustração de safra; política cambial. Não se pode responsabilizar única e exclusivamente o Governo brasileiro e a política cambial, das distorções existentes hoje, da supervalorização do real ou dessa valorização insincera, falsa do real. Não se responsabiliza única e exclusivamente o Governo. É uma questão de conjuntura que envolve inclusive interesses externos, mas que há omissão do Governo em relação à agricultura não resta dúvida.

O Governo é, sim, omissivo e descuidado. Há um desamparo, que é visível, relativamente àquilo que é essencial, pois é um patrimônio que precisa ser preservado pelo Governo.

Um Governo que não entende a necessidade de preservar esse patrimônio que é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico não é digno de ser Governo em tempo algum.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez faço este apelo. O Governo não resolveu, o Governo não solucionou, o Governo não reabilitou as esperanças. Mais uma vez decepcionou, frustrou. Foi isso que recolhi nesse final de semana no contato que mantive com agricultores do Paraná.

Eu gostaria, Sr. Presidente, uma vez que chegou o nosso Líder Arthur Virgílio para fazer uso da palavra, de encaminhar como lido um estudo sobre a carga tributária recorde de 2005. O Governo Lula bateu todos os recordes na cobrança de tributos no País em 2005. Em relação ao passado, nunca os tributos consumiram tantos dias de um ano civil nem representaram um valor **per capita** tão elevado. Em comparação com outros países, cobramos muito mais do que a média das economias emergentes, num patamar superior ao de países com renda semelhante à brasileira.

Este é um estudo técnico, o qual não lerei da tribuna, que analisa a carga tributária em 2005, com gráficos com arrecadação **per capita**, por exemplo. Em preços constantes de 2005, a arrecadação **per capita** em 1980 foi de R\$ 2.042,16 e saltou em 2005 para R\$ 4.160,26 por habitante.

Ou seja, mais do que dobrou no prazo de dez anos, ou pouco mais de dez anos, no prazo de quinze anos.

Portanto, não há como não ficar assustado com essa rotina de se tapar os buracos abertos pela incompetência administrativa ou pela corrupção esticando os braços longos, com a mão grande do Governo no bolso do consumidor brasileiro.

Esse é um estudo importante que certamente vai respaldar também os candidatos à Presidência da República. Ele mostra os dias de trabalho necessários para pagar impostos e essa evolução.

Em 2005, no auge da arrecadação, obrigou-se o brasileiro a trabalhar em média cerca de 142 dias do ano apenas para pagar impostos; 142 dias do ano trabalha-se para o Governo! O trabalhador trabalha apenas para pagar os impostos!

Em 1980, eram necessários apenas 89 dias. Em 1988, 82 dias. Veja a diferença!

Esse trabalho também mostra os dias necessários de trabalho para pagar impostos e contribuições

sociais. Então, aí as contribuições sociais também são pesadíssimas no Brasil.

Há aqui uma comparação de 2005 com outros anos. Há o gráfico.

Em comparação com os outros países do mundo, é evidente que o Brasil tem uma carga tributária incomparavelmente superior a praticamente todos os países do mundo. Trata-se de uma carga tributária que esmaga. Aqui há uma estatística que mostra a evolução, ano a ano, de 1980 a 2005, de quantos dias por ano o brasileiro tem que trabalhar para pagar os impostos, indo de 82 dias a 142 dias. O Governo Lula, portanto, bate recorde em matéria de arrecadação, em matéria

de esmagar o setor produtivo com impostos abusivos e de esmagar o povo brasileiro com a obrigação de pagar impostos sem poder fazê-lo.

Peço a V. Ex^a que considere este estudo como lido, registrando-o nos Anais da Casa, na esperança de que nossos candidatos a Presidente da República possam considerar este tema também como prioridade.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º do Regimento Interno)

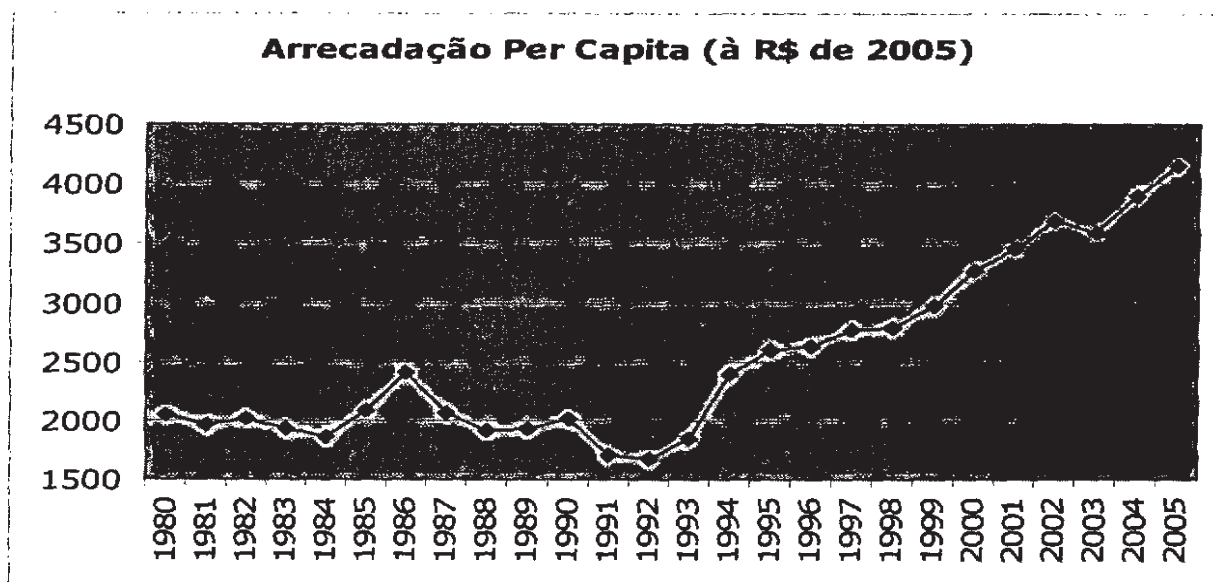
Resumo: O Governo Lula bateu todos os recordes na cobrança de tributos no País em 2005. Em relação ao passado, nunca os tributos consumiram tantos dias de um ano civil, nem representaram valor per capita tão elevado. Em comparação com outros países, cobramos muito mais do que a média das economias emergentes, num patamar superior ao de países com renda semelhante à brasileira.

CARGA TRIBUTÁRIA RECORDE EM 2005

Seguindo a seqüência de análise sobre carga tributária brasileira Esta complementa informações com novos enfoques da evolução da arrecadação tributária no Brasil. Trata-se de apresentar os mesmos dados fiscais do trabalho citado expressos de outra forma: mensurando o peso que em um ano de produção ou renda no país acaba destinado ao pagamento de tributos, mostrando ainda como esse fardo mudou nos últimos anos, bem como comparando com outros países, tanto os chamados industrializados, quanto os países em desenvolvimento, segundo critério usado pelo FMI.

Para tanto, esta nota apresenta gráficos com a evolução da arrecadação per capita no Brasil, o número de dias de trabalho necessários para pagar tais tributos aqui e em outros países, além de uma comparação internacional entre PIB per capita e carga tributária. O anexo estatístico apresenta o detalhamento dos números em tabelas.

A carga tributária brasileira apresenta uma tendência nitidamente expansionista desde a virada do século (valores atualizados pela variação do deflator implícito do PIB, das contas nacionais). Mas esse crescimento já ocorre a muito mais tempo. A arrecadação per capita tem um crescimento espantoso a partir dos anos 1980. Esta evolui sensivelmente até a metade da década, quando tem uma ligeira queda até o início dos anos 1990. A partir daí começa a escalada da arrecadação, que não interrompe a trajetória de crescimento no período compreendido entre 1992 e 2005 (com exceção do ano de 2003) como se vê a seguir:

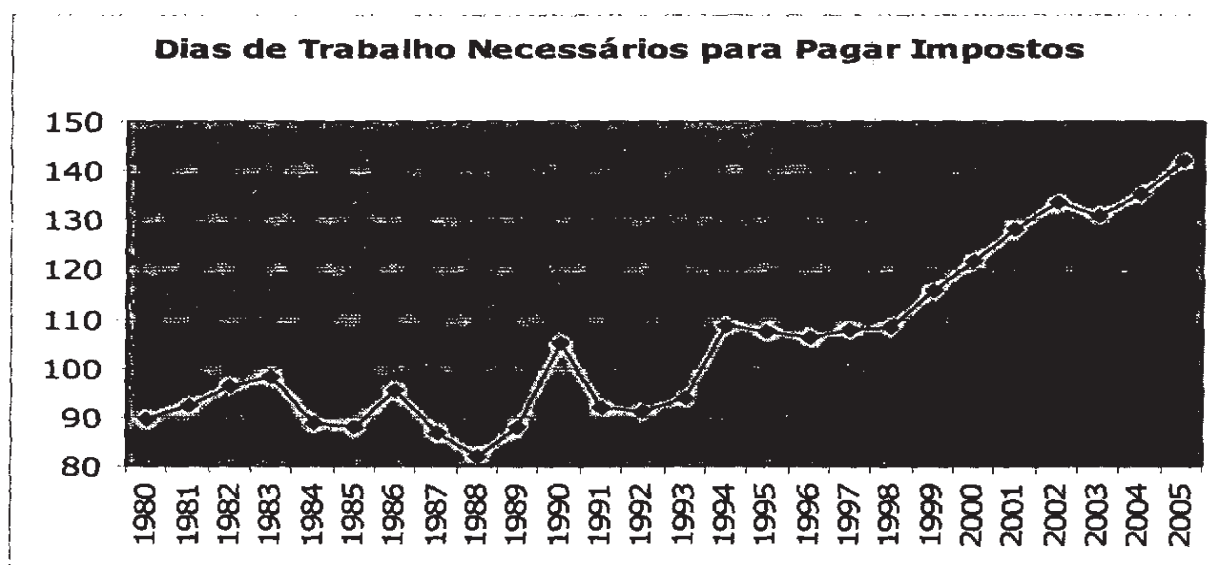


Em preços constantes de 2005, a arrecadação per capita em 1980 foi de R\$ 2.042,16 e **saltou em 2005 para R\$ 4.160,26 por habitante**, ou seja, mais que dobrou no prazo de uma geração.

Uma outra forma de ver o quanto cada brasileiro pagou em impostos durante cada ano, seria através do trabalho. Ou seja, quantos dias o brasileiro trabalha para pagar os impostos.

A evolução desde 1980 é relativamente parecida com a evolução da arrecadação per capita. Nota-se a mesma queda a partir de 1986, mas com um súbito crescimento em 1990, que não foi acompanhada por

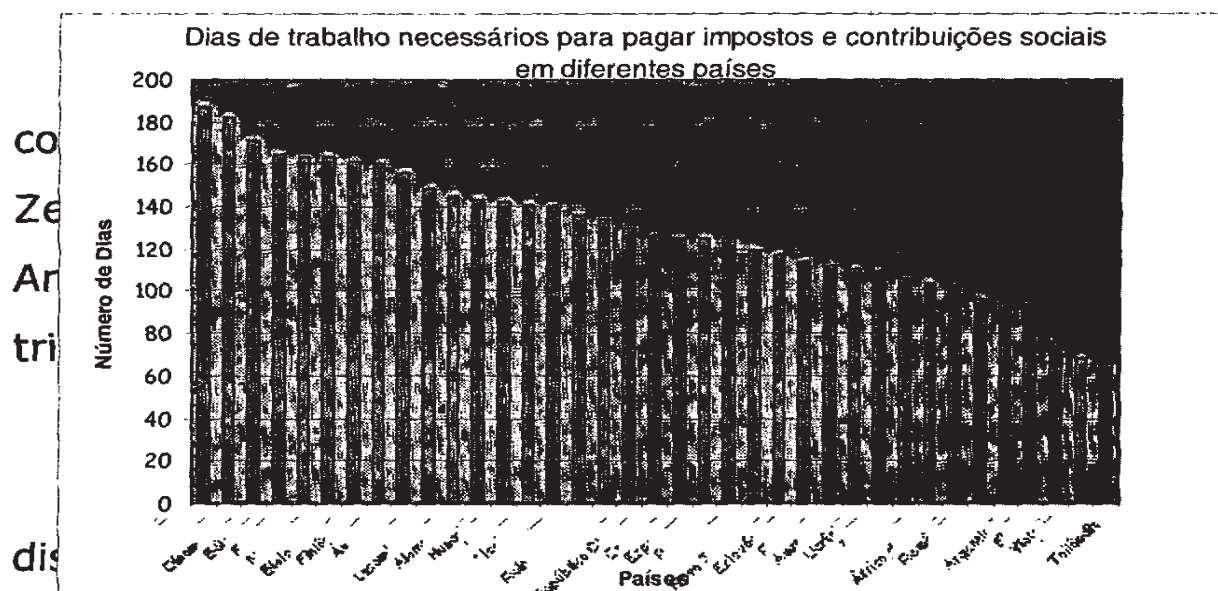
igual crescimento do produto. Os anos subseqüentes têm evolução muito parecida com a da arrecadação per capita: crescimento do número de dias de trabalho necessários para pagar impostos e contribuições desde 1992, com uma pequena quebra em 2003. Vide gráfico seguinte:



Em 2005 chega-se ao auge da arrecadação, **obrigando o brasileiro a trabalhar em média cerca de 142 dias do ano apenas para pagar impostos**, enquanto que em 1980 eram necessários apenas 89 dias; menos ainda em 1988, 82 dias.

Este contexto de alta carga tributária coloca o Brasil numa situação ímpar em comparações

internacionais. Fica muito mais próximo de países industrializados, que chegam trabalhar mais da metade do ano para pagar impostos, do que das economias emergentes. Por exemplo, na Suécia, em 2003, foram necessários 187 dias de produção para pagar seus tributos. Em contraposição, países em desenvolvimento consomem bem menos dias de trabalho – por exemplo, no Peru, apenas 55 dias.

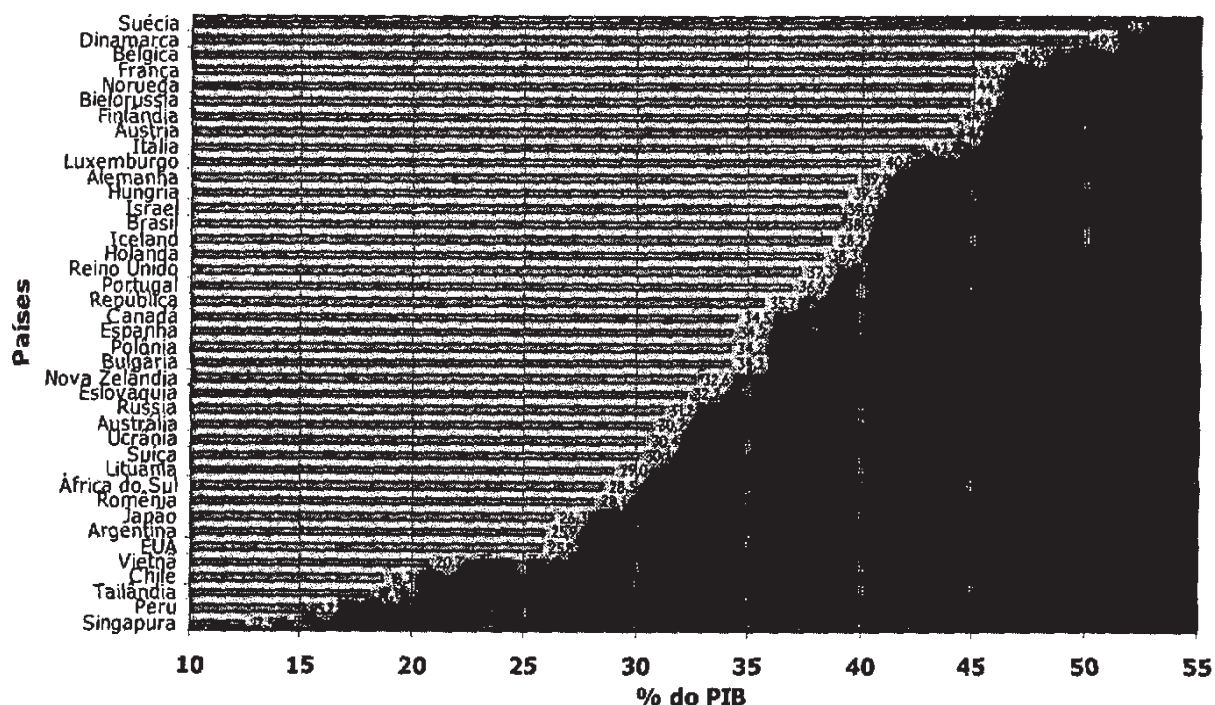


tributária global. Segundo critérios do FMI¹, podemos relacionar em ordem decrescente as cargas tributárias para países selecionados. A composição desta lista é simétrica à composição da lista do número de dias de trabalho necessários para pagar impostos, sendo a

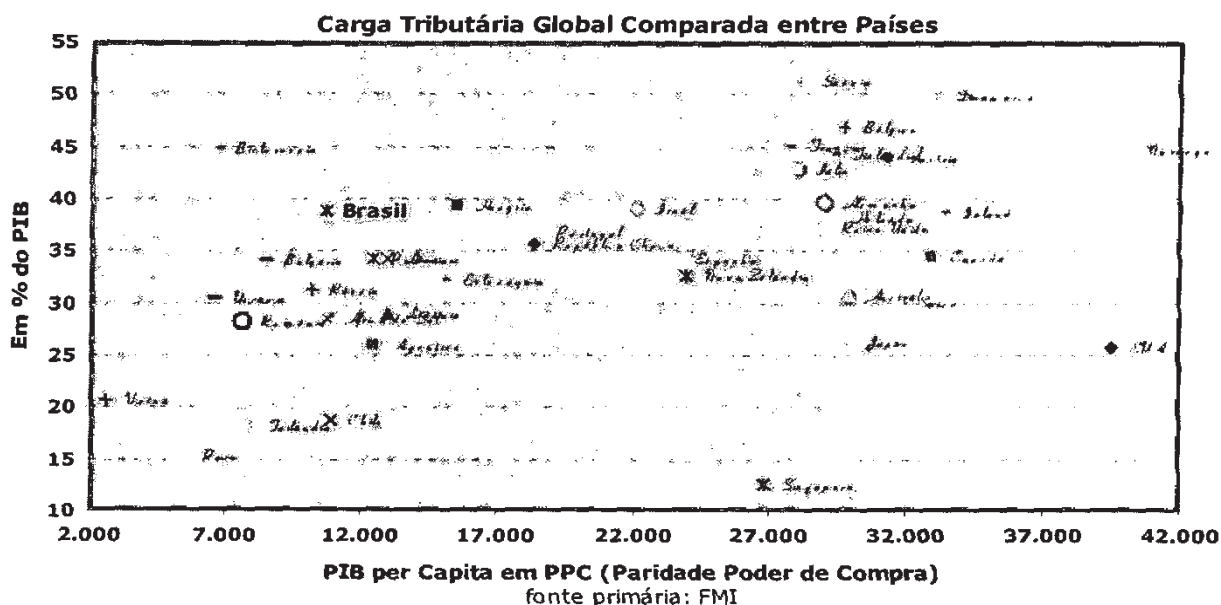
¹ Todos os dados internacionais, bem como as comparações realizadas nesta nota foram retiradas do Anuário "Government Finance Statistics" 2005, do FMI.

ordenação dos países a mesma. Assim, como antes, o Brasil aparece na frente de uma série de países industrializados, já citados previamente. Podemos ver isto no gráfico a seguir:

Carga Tributária Global Comparada - último ano disponível no Anuário FMI 2005
(tributos mais contribuições sociais)



Para podermos ter uma melhor dimensão destas comparações entre países, vamos relacionar a carga tributária global com a renda per capita para cada um dos países em um gráfico de dispersão:



O gráfico anterior relaciona a carga tributária em proporção do produto interno com o valor do produto *per capita* medidos em Paridade do Poder de Compra². É possível identificar uma tendência de que países com maior renda *per capita* tenham carga tributária relativamente menor do que os países mais ricos. Entretanto, alguns países têm uma renda per capita alta e uma carga tributária relativamente baixa, como é o caso de Singapura, Estados Unidos da América e Japão (esse grupo pode ser visto no canto inferior direito do gráfico anterior).

² A carga tributária é referente ao último ano disponível no Anuário do FMI, variando entre 2002 e 2004, dependendo do país, enquanto o PIB per capita é referente ao ano de 2004 para todos os países e pode ser obtido no seguinte link: <http://www.answers.com/topic/list-of-countries-by-gdp-ppp-per-capita>

No quesito que combina baixa renda *per capita* com alta carga tributária o Brasil ganha destaque, ao lado de antigas economias socialistas, como Bielorrússia, Ucrânia e Bulgária (esse grupo de países pode ser visto no canto superior esquerdo do gráfico acima).

Portanto, tais estatísticas permitem reafirmar que o Brasil apresenta uma das maiores cargas tributárias do mundo e que esta só cresceu nos últimos anos, principalmente no governo Lula. Os países industrializados têm cargas altas porque têm renda alta e, o principal, oferecem serviços públicos de qualidade. Esta não é a realidade do Brasil. Na década passada, o aumento da carga foi necessário para enfrentar uma sucessão de graves crises externas e para expandir programas sociais universais; neste governo do PT, é radicalmente outro o cenário externo, não demandando qualquer aumento de carga, e o gasto cresce puxado pelo custeio e com ações e serviços de duvidosa eficácia.

Já estamos perto do limite físico da tributação. A partir daí tem-se todos os incentivos para não produzir,

não consumir, não investir e sonegar tudo que for possível.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1 – Arrecadação Per Capita e Dias trabalhados para pagar impostos: 1980/2005

Ano	Arrecadação Per Capita (à R\$ de 2005)	Dias trabalhados para pagar impostos
1980	2042,16	89
1981	1957,70	92
1982	2019,93	96
1983	1936,08	98
1984	1863,74	89
1985	2082,75	88
1986	2410,57	96
1987	2073,94	87
1988	1918,54	82
1989	1920,62	88
1990	2006,58	105
1991	1697,36	92
1992	1674,16	91
1993	1844,41	94
1994	2388,15	109
1995	2594,54	107
1996	2635,23	106
1997	2761,61	108
1998	2779,70	108
1999	2981,32	116
2000	3269,69	122
2001	3460,99	128
2002	3689,97	134
2003	3593,65	131
2004	3903,14	135
2005	4160,26	142

Fonte: Carga Tributária Global no Brasil 2000/2005: cálculos revisitados

Tabela 2 – Carga Tributária, PIB Per Capita e Dias trabalhados para pagar impostos: por países³

Classificação	Países	Carga Tributária	PIB Per Capita	Dias trabalhados para pagar impostos
Países Industriais	EUA	25,77	39.496	94
	Canadá	34,47	32.921	126
	Austrália	30,68	29.893	112
	Japão	26,28	29.906	96
	Nova Zelândia	32,64	23.943	119
	Áustria	43,96	31.254	160
	Bélgica	46,85	29.707	171
	Finlândia	44,24	29.305	161
	França	45,04	27.738	164
	Alemanha	39,76	28.988	145
	Itália	42,82	27.984	156
	Luxemburgo	40,76	63.609	149
	Holanda	38,30	29.332	140
	Portugal	36,85	18.503	135
	Espanha	34,23	23.627	125
	Dinamarca	49,85	33.089	182
	* Iceland	38,66	33.269	141
	Noruega	44,85	40.005	164
	Suécia	51,35	28.205	187
	Suíça	30,09	31.690	110
	Reino Unido	37,25	28.938	136
Países em Desenvolvimento	África do Sul	28,48	10.798	104
	Singapura	12,49	26.799	46
	Tailândia	18,13	7.901	66
	Vietnã	20,72	2.570	76
	Bielorússia	44,79	6.646	163
	Bulgária	34,16	8.500	125
	República Checa	35,67	18.370	130
	Hungria	39,33	15.546	144
	Lituânia	29,03	12.980	106
	Polônia	34,20	12.452	125
	Romênia	28,12	7.641	103
	Rússia	31,22	10.179	114
	Eslováquia	32,24	15.066	118
	Ucrânia	30,36	6.554	111
	Israel	38,97	22.077	142
	Argentina	25,93	12.468	95
	Peru	15,19	5.556	55
	Chile	18,72	10.904	68
	Brasil	38,94	10.685	142

³ A carga tributária é referente ao último ano disponível no Anuário do FMI, variando entre 2002 e 2004, dependendo do país, enquanto o PIB per capita é referente ao ano de 2004 para todos os países e pode ser obtido no seguinte link: <http://www.answers.com/topic/list-of-countries-by-gdp-ppp-per-capita>

Fonte: FMI e Carga Tributária Global no Brasil 2000/2005: cálculos revisitados

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Passo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Arthur Virgílio, que terá 15 minutos, com a mesma tolerância que a Mesa teve em relação aos outros oradores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, temos assessoria porque assessoria é para sugerir caminhos, preencher deficiências técnicas, participar, se o Parlamentar é democrático, da elaboração da linha que seguir.

E há momentos que temos que fazer o que precisa ser feito. Então, essa história de deixar passar porque “a repercussão não foi tão boa assim”, “não foi tão grande assim”, e “é melhor não”, esses “panos quentes” comigo nem sempre funcionam, aliás, quase nunca funcionam.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na **Veja** de ontem há uma matéria dos jornalistas Policarpo Junior e Otávio Cabral. É uma matéria que diz muitas coisas com as quais concordo e que já foram objeto de advertências minhas ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ele, que chegou ao Governo com tanta credibilidade, procura separar o Estado do Governo! Como muito bem diz a revista, sabia fazer Célio Borja. E Márcio, de repente, talvez premido por essa crise brutal que avassalou e desmoralizou o Governo Lula, Márcio, muitas vezes, pode ter feito o papel de advogado criminalista do Governo, deixando, nesses momentos, de ser o Ministro da Justiça, aquela figura impávida, “impávido colosso”, distante, fiscalizador dos seus colegas.

A revista vai muito bem, até que estampa uma foto minha dizendo que o tucano Arthur Virgílio denunciou o achaque a Dantas – e já vou explicar. “O petista Sigmaringa Seixas (foto ao lado) levou o Ministro Márcio Thomaz Bastos ao encontro com o banqueiro e aí diz algo que justificaria uma interpelação judicial: “Ambos fazem parte de uma bancada sensível aos interesses do dono do *Opportunity*”.

O jornalista Policarpo Júnior não pode dizer; o jornalista Otávio Cabral não tem direito de dizer isso; ninguém tem direito de dizer isso impunemente a meu respeito. (*Pausa*.)

Aí, muito bem, há aqui a tentativa de envolvimento não só do Deputado Sigmaringa Seixas, que considero uma pessoa de bem, correta, como de outro eminente Deputado do PT, que igualmente eu respeito, Deputado José Eduardo Cardozo. A revista os enreda em articulações que visariam a facilitar a vida de Dantas no Governo.

Vou folheando e chego a uma declaração completamente desrespeitosa, completamente abusiva, completamente leviana, que tem que ser rechaçada por mim. É leviana em relação a mim a matéria do jornalista Policarpo Júnior e do jornalista Otávio Cabral.

Diz aqui: “Há três semanas, o senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas, denunciou a tentativa de achaque a Dantas feita por Delúbio Soares”.

Não foi isso, não, jornalista Policarpo; não foi isso, não, jornalista Otávio Cabral. Eu denunciei o achaque supostamente feito a Dantas, dito isso pela irmã de Dantas na Corte Distrital Sul de Nova Iorque, perante o Juiz Lou Scaplan – documento oficial da Corte. Eu disse isso, mas não foi Delúbio, não, jornalista Policarpo; não foi isso, não, jornalista Cabral. Eu disse que foi Lula, mais Palocci, mais José Dirceu. Foi isso que eu disse. Quem está botando panos quentes agora são os dois jornalistas. Eu, não! Jornalistas são pessoas com as quais me relaciono da maneira mais correta do mundo, mas são pessoas de carne e osso, falíveis. É terrível quando alguns se colocam na posição daqueles inatingíveis, e que julgam todo mundo e que ninguém teria condição... Não é bem assim. E comigo é mais embaixo. Não é bem assim. E comigo é mais embaixo.

Vamos lá. Então, não foi Delúbio. Já estou fazendo a primeira a correção de fundo. Eu falei que Lula foi acusado de achacar Daniel Dantas. Foi a revista que amenizou agora. “Depois de **Veja** revelar que as relações entre o banqueiro e o governo eram mais complexas, muito mais complexas, Virgílio sumiu do mapa. Por que será?”

De que mapa sumi, Senador Paulo Paim? Consulte a lista de presença em comissões, na tribuna da Casa e veja se há algum orador que ocupe a tribuna mais do que eu. Já fui até criticado na imprensa por isso. De que mapa sumi? Nos finais de semana, tenho feito campanha, postulante ao Governo do meu Estado que sou, dentro de direito que ninguém vai me negar. E, mais do que ninguém, abordei este tema à exaustão.

Fiz questão, Sr^s e Srs. Senadores, de separar, como diz o caboclo da minha terra com muita sabedoria, as farinhas: farinha branca para um lado, farinha amarela para outro. O que não quis foi assumir a segunda matéria de **Veja**, aquela que vinha com a conta de fulano, “essa pertence a beltrano”, “esta aqui é a conta do Presidente da República”. Eu não quis assumir e não tenho prova disso. Se não tenho prova, não assumo.

Se não tenho prova, não assumirei que a conta era do Senhor Presidente da República, com não sei

quantos mil euros. Como posso dizer uma coisa dessas? Posso dizer que a Sr^a Verônica Dantas declarou, na Corte Distrital Sul de Nova Iorque, que foi o grupo *Opportunity*, do Sr. Dantas, achacado por Lula, Dirceu e Palocci. Posso dizer porque reproduzo o que ela disse lá. Mas uma conta toda riscada não tenho como comprovar. Dizem que o Presidente da República tem 38 mil euros. Não tenho como afirmar. Então, não dei sequência a isso. Não tenho obrigação de dar suíte a isso. Não o fiz. Não sou leviano, não faço acusações em falso. A primeira parte, confirmei.

Houve dois requerimentos de convocação do Sr. Dantas para a CPI. Foram todos derrotados por uma maioria ocasional que o Governo montou na hora. Um foi do Senador Romeu Tuma, que se mostrava indignado com o fato de seu nome ter sido ligado a uma dessas contas. Então, o Senador Romeu Tuma queria um esclarecimento com relação ao que, acredito, seria uma infâmia contra S. Ex^a. Eu, disse muito bem, estou insistindo na convocação de Dantas, mas não por causa dessas contas. Não posso, por enquanto, levá-las a sério. Disse ainda desta tribuna, para a imprensa e por onde passei, que aquilo me cheirava a *Dossiê Cayman*, um dossiê falso que foi montado por vigaristas contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o saudoso Mário Covas, o saudoso Sérgio Motta e o ex-Prefeito de São Paulo, José Serra. Não vou embarcar em nada parecido com *Dossiê Cayman*. Tive o cuidado de dizer que a revista, também ela, não havia assumido que aquilo era verdade. Ela apenas, de maneira ousada, havia publicado. Mas eu não podia embarcar naquela, não. Eu disse: estou convocando o Sr. Dantas por uma razão simples. Estou convocando o Sr. Dantas porque a Dona Verônica Dantas, irmã dele, disse que o Sr. Dantas havia sido achacado – não foi pelo Delúbio, não, jornalista Policarpo, nem foi pelo Delúbio, não, jornalista Otávio Cabral –, ele foi achacado por Lula da Silva, por Antônio Palocci Filho, por José Dirceu de Oliveira e Silva. Essa é a verdade!

Agora, sinceramente, Sr. Presidente, é repulsivo ter-se o trabalho que se tem aqui e encontrar-se essa mania, que, aliás, enfraquece: se a **Veja** não tivesse publicado a segunda matéria, ela estava com uma grande matéria na mão, uma bela matéria na mão. Era esmiuçar, forçando a convocação de Dantas aqui, se era verdade ou não o achaque, a extorsão praticada pelo Presidente da República, quando ainda não o era. Isso era a matéria; a das contas enfraqueceu, a meu ver.

Agora, colocar a mim como bancada de quem quer que seja não será o jornalista Cabral, não será o jornalista Policarpo a fazer isso. Não será nem um

nem outro nem os dois. Não será ninguém a fazer isso. Estão muito acostumados com o silêncio, vai-se deixando passar, deixando passar, todo mundo, e cria-se um poder assim que, de repente... Pois, comigo não funciona, não me mete medo algum. Comigo não funciona. Comigo, pura e simplesmente, faz com que eu passe a olhar os dois de outro jeito. Quando eu for agora dar entrevista aos dois, darei de outro jeito. Daqui para frente, darei com o máximo de cuidado, de outro jeito. Porque vou passar a entender de outro jeito, porque entendo que, se alguém tivesse de me dizer uma coisa como essa, deveria ter me consultado, mas não me consultaram! Então, daqui para frente, se não me procurarem, maravilha! Se me procurarem, eu os tratarei de outro jeito, de outra maneira, com os dois pés atrás, porque não é assim que se faz uma carreira decente em qualquer lugar. E não é assim, também, que se faz uma carreira decente no jornalismo!

Sr. Presidente, mentira não tem pernas compridas. Tenho aqui uma matéria do **Jornal do Brasil**, de 23 de julho de 2004. Estou aqui com o *clipping* da Radiobrás. O jornalista que fez a matéria é o correto Paulo de Tarso Lyra. O título é: “Denúncia causa comoção em Brasília”. Lembro a data: 23 de julho de 2004. Em determinado trecho, a matéria diz: “O Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, Amazonas, classificou como ‘deplorável e pouco nobre’ o método usado por Dantas para investigar seus concorrentes”. Foi quando houve aquela história do grampo ilegal, feito pela *Kroll Associates*, contratada por Daniel Dantas para investigar seu sócio na Brasil Telecom, a Telecom Itália, com a qual tem disputas judiciais. Continua a matéria: “Ele afirmou que as acusações envolvendo o Ministro Luiz Gushiken e o Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, precisam vir à baila o mais rapidamente possível, para que o Governo não fique à mercê de chantagistas”. Chamei o Sr. Dantas de chantagista em julho de 2004, em julho de 2004, e não tem o Sr. Policarpo Júnior, nem o Sr. Policarpo Quaresma, nem o Sr. Otávio Cabral, nem o Sr. Pedro Álvares Cabral autoridade para dizer que pertenço à Bancada de quem quer que seja, a não ser a Bancada do Estado do Amazonas, que represento com honra, integridade e com autoridade de quem fala neste tom, contra quem quer que seja, quando pensar que essa é a hora. Portanto, é assim com Lula, é assim com os dois jornalistas, é assim com qualquer Ministro e era assim no tempo do regime militar.

Vamos à matéria de julho de 2004, Sr. Presidente, dois anos atrás (aspas para o Senador Arthur Virgílio): “Com certeza, o Sr. Daniel Dantas não é uma

peessoa de quem eu mostre uma foto para meu filho e diga: 'Filhão, quero que você seja como ele quando crescer'". Eu disse isso em julho de 2004. Nunca falei com esse cidadão. Não tenho vontade de fazê-lo. Não tenho a menor necessidade de fazê-lo. Não tenho desejo de falar e tenho repulsa pela forma como ele se está revelando à opinião pública do País.

Continua a matéria do Jornalista Paulo de Tarso Lira:

"Para Virgílio, o mundo atual exige que os homens públicos sejam transparentes – se não o forem por natureza, terão que sê-lo por necessidade, diante de uma sociedade completamente devassada. Infelizmente, é preciso conviver com a realidade de que seu *e-mail* será invadido, seu sigilo bancário quebrado e seu telefone grampeado."

E por aí sigo, pedindo providências e, àquela altura, ainda dando um crédito de confiança ao Governo, dizendo-lhe que deveria livrar-se de um chantageiro.

Tenho opinião formada sobre o Sr. Dantas. Recebo o documento oficial da Corte de Nova York, Sr. Presidente Paulo Paim, que é legítimo, carimbado, chancelado pela Corte Distrital Sul de Nova Iorque, e o leio durante o depoimento daquele mentiroso contumaz que é o Sr. Delúbio Soares.

Mas é evidente que procurei ouvir o outro lado e estudar isso. Hoje, tenho até convicção de que o Citibank foi vítima do Sr. Dantas, e penso que a Justiça de Nova York vai confirmar isso. Mas, ainda assim, pedi para ouvirmos os dois lados na Comissão dos Bingos e do Crime Organizado. Meu requerimento foi derrotado. Consegui aprová-lo, e a expectativa é de que o Sr. Dantas venha aqui no dia 07 de junho, já não mais convocado, mas convidado, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

Se não tivermos cuidado, Sr. Presidente, e continuarmos nessa história de confundir as coisas, tudo para fazer uma matéria, porque de qualquer jeito ela tem que ser feita, tem que ser picante ou não sei o que, então, pergunto ao jornalista Otávio Cabral, que me conhece: não me respeita, Otávio? Você me conhece, acompanha a minha vida, não me respeita? O Policarpo eu conheço menos. Mas não me respeita também, Policarpo? Quem deu a vocês dois o direito de me desrespeitar? Quem foi que deu? Quem deu?

O que me faria respeitar os dois seria um pedido de desculpas, e não aquela célebre notinha. Porque volto à tribuna depois, mil vezes até, se houver aquela notinha tentando explicar, ironizando e tentando ridicularizar a pessoa que está defendendo o que é o seu patrimônio,

que é a sua honra. Se eles têm honra e devem defendê-la, eu tenho honra e defendo a minha honra!

Aqui há uma gracinha, algo infanto-juvenil, que diz assim: "Depois de **Veja** revelar que as relações entre o banqueiro e o Governo eram mais complexas, muito mais complexas..." Não estou seguro de que **Veja** tenha revelado nada de tão mais complexo, até porque **Veja** não insistiu na história das contas. Eu tenho faro de que aquelas contas são falsas. Eu tenho faro de que não há nenhuma conta de Lula no exterior. Eu tenho esse faro, por isso não embarquei nisso. Eu não embarco em Dossiê Cayman. Se estão querendo resolver um problema, um embaraço técnico da revista, como é que saímos nós disso? Encontre a melhor forma. Mas sair disso às minhas custas? Às minhas custas não sai! Às minhas custas não sai! Cabe autocrítica, ou cabe mostrar que as contas são verdadeiras. Às minhas custas não sai.

Quem teve relações, e profissionais, com o Sr. Dantas foram os jornalistas que o entrevistaram ou os parlamentares que com ele estiveram, acompanhando o Ministro da Justiça. E não vi nada de mal nisso. Acho errado o Ministro ter se encontrado com ele. Os parlamentares acompanharam porque acompanharam. O Ministro não devia ter se encontrado com ele. Ministro da Justiça não é para se encontrar com Daniel Dantas nem com ninguém na calada da noite, em lugar nenhum. Não é assim.

Depois, **Veja** publica: "Virgílio sumiu do mapa." Sumi do mapa, Otávio Cabral? Como é que sumi do mapa se você fala comigo todos os dias? Como é que sumi do mapa se você todos os dias me pede entrevista? "Sumiu do mapa. Por que será?" E aí vem a maldade, a perfídia, a leviandade: ele não diz por que será; ele diz que sumi do mapa, do qual não sumi. "Por que será? Dantas sabe." Qualquer hora, estou na ambulância também. Qualquer hora eu sou sanguessuga também. Qualquer hora... Eu não consigo aceitar isso. Não consigo aceitar.

Então, me perdoe meu prezado Walter, me perdoe a minha ponderada assessoria, mas pau que nasce torto morre torto. Eu vou morrer torto! Não aprendi a endireitar-me, sob esse aspecto de curvar a minha coluna, a minha espinha dorsal. Não aprendi! Injustiça, para mim, é injustiça! Se é injustiça, se é contra a honra de alguém e se ela vem da imprensa... É preciso separar a imprensa democrática, que se porta de maneira correta neste País, de setores que não se acham no dever de respeitar as pessoas de bem deste País. Aí eu vou calar? Eu vou calar, Sr. Presidente? Estou aguardando um pedido de desculpa dos dois. Eles me devem isso!

Eu não os diria jornalistas do Dantas; eu não diria que os dois são jornalistas a soldo do Citibank; eu não diria que os dois são jornalistas a soldo de ninguém! Eles não podem dizer que eu sou Deputado, ou Senador, ou o que quer que seja, de quem quer que seja! Eu sou Senador do povo do Amazonas! E vou aguardar, do jeito que sou, a manifestação, que vai ser uma manifestação de retratação dos dois jornalistas. Eu prefiro pedir a retratação assim: de frente. Era tão fácil fazer isso pela Justiça. E lá viria aquela resposta da Justiça meio malevolente: Disse, mas não disse; foi assim, mas não foi assim; era vermelho, mas era cor-de-rosa.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, eu quero ser testemunha do comportamento de V. Ex^a nesse episódio. Desde o primeiro momento, o que desejou V. Ex^a foi buscar a verdade, estimulando uma investigação de profundidade, que chegasse às últimas consequências e revelasse à sociedade, no atendimento de sua exigência superior, o que ocorre nos bastidores da administração pública brasileira nessa sua relação de promiscuidade com setores privados nacionais. Então, V. Ex^a apresentou uma denúncia quando do depoimento do Sr. Sílvio Pereira, uma denúncia documentada, e requereu a convocação do Sr. Daniel Dantas para apresentar explicações a respeito dos fatos à CPI dos Bingos. Posteriormente, V. Ex^a requereu o mesmo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, desde o início, o comportamento que teve V. Ex^a nesse episódio foi um comportamento ético, de oposicionista, de quem deseja investigar com eficiência para cumprir o seu dever no exercício do seu mandato de Senador. Portanto, creio que qualquer outra ilação não merece consideração maior, pois V. Ex^a tem uma reputação, no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, intocável, de homem honrado, digno e que quer realmente passar a limpo o País. Por isso, esse meu depoimento tem o sentido apenas de avalizar a posição de V. Ex^a e, sobretudo, dar consistência aos fatos reais, aqueles que verdadeiramente ocorreram aqui no Congresso Nacional desde o início desse episódio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

Sr. Presidente, vou dizer mais: se eu não me pautar pela minha verdade, porque eu erro muito, vou-me tornar um ser humano muito infeliz. Eu não sou um ser humano infeliz. Aliás, hoje nasceu o meu primeiro neto. Eu estava em Manaus e tive de fazer uma viagem daquelas fisicamente dolorosas, mas para encontrar uma felicidade pessoal muito grande.

Entendo que todos temos de procurar cuidar dessa coisa do comportamento. Quando, muitas vezes, deplorei aqui o comportamento de segmentos do Governo, no Governo passado – os que hoje são Governo e que não eram Governo –, embarcando em denúncias que eram vazias. Eu, por outro lado, à época, elogiei o comportamento do PT, quando o Partido dos Trabalhadores desqualificou aquele *Dossiê Cayman*, que vinha das piores procedências. E aquele foi um dado de maturidade naquele ano de 2002.

Eu não emiti juízo de valores, Senador Tião Viana, quando recebi o documento do depoimento da Sr^a Verônica Dantas lá. Não emiti juízo de valores. Eu disse que queria aquilo investigado. Afinal de contas, uma pessoa diz que seu grupo está sendo extorquido pelo futuro Presidente da República, pelo futuro Ministro da Fazenda, pelo futuro Ministro-Chefe da Casa Civil; depois, pelo Presidente da República, pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro-Chefe da Casa Civil. Ela disse isso, defendendo-se da questão com o Citibank. Faço meu papel de oposicionista, leio o documento, quero explicações, faço a convocação do Sr. Dantas aqui. O que mais me cumpriria fazer, Sr. Presidente?

Aí, sai a outra matéria, com as contas. Disseram-me: as contas são terríveis, tem conta do Lula, e já estranhei a quantia. Então, Lula é o que tem menos, 38 mil euros? Já não acreditei. E riscaram do lado.

Enfim, Sr. Presidente, não entendo de conta no exterior. Nunca entrevistei quem tem conta no exterior, não entendo e não tenho conta no exterior. Então, é um assunto de que entendo menos do que quem entrevista. Esses dois jornalistas que o entrevistaram sabem mais do que eu, porque eu não o entrevistei.

Eu disse para minha assessoria com firmeza: embarco até aqui; quero explicação para o documento dessa senhora. Agora, a outra, eu disse, desta tribuna, o que eu achava do *Dossiê Cayman*, que não o endossava. E isso é sumir do mapa? Sumir do mapa era agora eu estar dizendo: “O Sr. Lula tem 38 mil euros no exterior”, e desmentir minha vida pública. Lamento, mas não vou fazer isso.

O que estou dizendo aos dois jornalistas é que a coisa mais simples do mundo seria interpelá-los judicialmente.

Aqui está, Senadora Ideli Salvatti, a matéria: “Virgílio sumiu do mapa”, dizem Otávio Cabral e Policarpo Júnior. Por que será? Aí as duas sapiências dizem: *Dantas sabe*. Neste País, em que todo mundo é suspeito **a priori**, ele diz que Dantas sabe. Dantas sabe o quê? Eu quero saber o que Dantas sabe do meu sumiço do mapa. Que sumiço do mapa foi esse?

Eu sumo tanto do mapa que estou com um neto na maternidade e estou aqui, falando sobre os dois jornalistas do mesmo jeito que falo em relação a qualquer pessoa que eu sinta que não procedeu de maneira correta diante da coisa pública, diante do fato público, diante do fato político que aí está. Poderiam ser o Ministro Márcio Thomaz Bastos, o Presidente Lula e os dois jornalistas, poderiam ser dois cientistas, poderia ser o astronauta, mas, no caso, são dois jornalistas que não têm o direito de falar de mim o que falaram. Aliás, não falaram, insinuaram. Foram mais além com José Eduardo Cardozo(*), com Sigmaringa Seixas, com o Senador Heráclito Fortes e comigo não foram além. Eles insinuaram e não aceito insinuações.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por ter atingido um objetivo na vida que ainda não consegui. Apesar de já ter assinado muitos manifestos dos “sem-netos”, ainda não consegui me tornar avó. Então, quero parabenizá-lo pela chegada do seu primeiro neto. Senador Arthur Virgílio, não ouvi a íntegra do discurso de V. Ex^a, porque atendi a imprensa; somente quando cheguei ao meu Gabinete ouvi uma parte da indignação de V. Ex^a.

Deixo registrado que não li a matéria a que V. Ex^a se refere. Tenho evitado ler, porque tem sido muito sistemática a posição desse órgão de imprensa. Tive oportunidade de registrar da tribuna, há alguns dias, que foi a primeira vez na minha vida de acompanhamento da imprensa brasileira que vi um órgão de imprensa, não um jornalista, referindo-se a outro órgão de imprensa, desqualificando o comportamento, o denunciismo, a forma com que veicula as matérias, sem embasamento, sem provas. Faço essa referência porque já fiz críticas a V. Ex^a com relação a várias posições com que não concordamos, mas sempre que V. Ex^a se manifesta, como no caso das tais contas do exterior, não é a primeira vez que, de público, digo que o comportamento de V. Ex^a foi digno. Realmente, aquela história cheira a irresponsabilidade, porque não há provas, e relembra muitos episódios anteriores, como o caso do dossiê Cayman. Quero dizer, Senador Arthur Virgílio, que estranhei muito. V. Ex^a não ouviu de mim nenhum comentário, mas estranhei muito quando, no depoimento do Silvio Pereira, V. Ex^a leu trechos do documento da Sr^a Verônica Dantas, porque aquele documento, efetivamente, é a linha de defesa do Sr. Daniel Dantas no processo, como eu tive oportunidade de ouvir agora há pouco que V. Ex^a também desconfia que o Citibank tem razão. Há fortes indícios de que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou seguro disso.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ... ele tem razão. Portanto, veja bem, eu tive até certa dificuldade na CPI dos Bingos quando fizemos a votação contrária ao requerimento de V. Ex^a para que ele fosse ouvido. Depois, quando foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde acabou sendo aprovado, eu fiz apelo, em reiterados momentos; e o Senador Eduardo Suplicy colocou, naquela reunião, que nós não deveríamos entrar no jogo do Sr. Daniel Dantas, que quer sair da condição de réu para a de vítima, no processo nos Estados Unidos. Então, foi acatado o apelo de que nós somente trouxéssemos Daniel Dantas para o Congresso Nacional depois da definição daquele caso, que é um dos mais vultosos em termos de interesses envolvidos. Então, foi acordado que ele seria trazido depois do dia 2. V. Ex^a sabe que agora a audiência passou para o dia 9? E nós o ouviremos no dia 7, dois dias antes. E tudo o que ele precisa é de um palco para fazer novamente o ramerrame. Eu acho que nós devemos construir um cenário para depois do dia 9, porque estou convencida, Senador Arthur Virgílio, de que o Sr. Daniel Dantas é o chantagista. Não é possível que alguém que esteja sendo processado em tantos lugares no Brasil e no exterior não tenha alguma “culpa no cartório”, que não tenha a ver com as maracutaias nas quais os processos todos indicam que ele atuou. Senador Arthur Virgílio, acho que não há, neste plenário, quem seja mais identificado como governista do que eu. As pessoas me identificam como governista. E V. Ex^a é testemunha de que, ao longo destes quase três anos e meio, eu não modifiquei o meu posicionamento com relação ao Sr. Daniel Dantas. Exigi investigação, fui uma das mais contundentes ao afrontá-lo quando ele veio à CPI dos Correios e à da Compra de Votos. Estou entre os que mais atuaram aqui para que ele fosse incluído no relatório da CPI dos Correios, para que fosse indiciado. Pois bem, penso que é estranhíssima a decisão judicial que impede a quebra do sigilo do disco rígido que foi apreendido na investigação da Kroll e que está sob a guarda da Polícia Federal. V. Ex^a mesmo leu, reportou alguns trechos da decisão. Não tenho nenhuma dúvida a respeito dos fortes indícios de participação do Sr. Daniel Dantas em vários crimes. Se houvesse qualquer incidência para eu “dar um refresco” para o Dr. Daniel Dantas, eu teria recebido algum aviso, pelo menos algum pedido. Quero tornar público que não recebi nada nesse sentido e que não modifiquei minha posição. Fui contrária a trazê-lo à CPI dos Bingos e, depois, à Comissão de Constituição e Justiça antes do julgamento,

porque estou absolutamente convencida de que tudo de que ele precisa neste momento é sair da condição de réu para a de vítima, de achacado, de perseguido, de coitadinho, quando tudo indica que é exatamente o contrário: ele é o achacador, ele é o chantagista, ele é o réu. Por isso, Senador Arthur Virgílio, quero manifestar minha solidariedade a V. Ex^a pela indignação que manifesta com relação à reportagem, que não li, pois acho que V. Ex^a deve estar coberto de razão, pelo que tenho acompanhado do que a revista faz, semanalmente, com as pessoas com quem tenho compromisso, com quem tenho vinculação e de cuja defesa estou convicta de que devo fazer aqui no plenário. Por isso, quero deixar, mais uma vez, meus parabéns pelo neto e manifestar minha solidariedade pelo repúdio à forma como a revista trata V. Ex^a. Entretanto, Senador Arthur Virgílio, devo lembrar que ela tem tratado assim não apenas V. Ex^a, mas muitas outras pessoas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senadora.

A revista mal faz uma insinuação a meu respeito. Creio que o dever dela é mesmo denunciar, com fundamentação, o que houver, neste ou em qualquer outro governo, de corrupção, de desvio de dinheiro público, de desrespeito à coisa pública. Então, não deixo de louvar a revista por serviços inestimáveis que tem prestado ao País. Refiro-me especialmente a uma matéria – V. Ex^a não leu –, que, basicamente, diz que o Ministro Márcio Thomaz Bastos seria o escudo de Lula e faz críticas ao Ministro, o que, aliás, eu já fiz, seja da tribuna, de modo duro, seja pessoalmente, em convívio muito ameno e muito fraterno.

Em determinado momento, a matéria arrola dois Deputados, Sigmaringa Seixas e José Eduardo Cardozo, que eu respeito sobremaneira, como membros da bancada de Dantas, assim como o Senador Heráclito Fortes, meu companheiro de Oposição. Ela coloca um retrato meu – modéstia à parte, não estou feio no retrato –, e diz: “o ‘tucano’ Arthur Virgílio (acima) denunciou o ataque a Dantas. O petista Sigmaringa Seixas (ao lado) levou o Ministro Márcio Thomaz Bastos ao encontro com o banqueiro. Ambos fazem parte de uma bancada sensível aos interesses do Banco Opportunity”. Não posso aceitar isso.

Em outra matéria, em outro ponto, diz que eu teria “sumido do mapa”. V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, e o Senador Tião Viana sabem, mais do que ninguém, que não “sumo do mapa”. Seria, talvez, uma felicidade para ambos, mas eu não “sumo do mapa”. Estou aqui o tempo inteiro e falando sobre esse assunto. O que não fiz foi endossar, não endosseï o episódio das con-

tas por entender que não cabia fazê-lo, por entender que, se o Sr. Dantas tem provas de que fulano de tal tem conta, a começar pelo Presidente da República, se ele tiver um pingão de brasilidade, ele deveria denunciar isso para “passarmos o Brasil a limpo”. Se ele não tem provas disso, ele tem que ser processado. Esse jogo não pode ficar zero a zero, Senador Alvaro Dias.

Li também, Senadora Ideli Salvatti, trechos de uma matéria do jornalista Paulo de Tarso Lira, do **Jornal do Brasil**, de 23 de julho de 2004. Vou repetir: “... O Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, do Amazonas, classificou como ‘deplorável e pouco nobre’, o método adotado por Dantas para investigar seus concorrentes. Ele afirmou que as acusações envolvendo o Ministro Gushiken e o Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, precisam vir à baila o mais rapidamente possível para que o Governo não fique à mercê de chantagistas”. Eu falei isso em julho de 2004. Eu disse mais: “... Com certeza, o Sr. Daniel Dantas não é uma pessoa de quem eu mostre uma foto para o meu filho e diga: ‘Filhão, quero que você seja como ele quando crescer’, criticou. Para Virgílio, o mundo atual exige que os homens públicos sejam transparentes – se não forem por natureza, terão de sê-lo por necessidade, diante de uma sociedade completamente devassada. Infelizmente, é preciso conviver com a realidade de que o seu *e-mail* será invadido, seu sigilo bancário quebrado e seu telefone grampeado”. Eu estava me referindo ao grampo ilegal feito pela Kroll Associates...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ..., um dos assuntos que está também nas matérias do final de semana é exatamente que a Kroll finalmente foi obrigada a entregar vinte e uma caixas para a BrasilTelecom, porque a BrasilTelecom continuava pagando serviços contratados pela Kroll à época do Sr. Daniel Dantas, mas a atual diretoria da BrasilTelecom não podia acessar esses documentos que a Kroll produziu grampeando, investigando autoridades como o Presidente da República, o Ministro Gushiken ou o Ministro Edson Vidigal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Funcionando como uma Gestapo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Então, veja bem que as caixas foram entregues agora. Toda essa movimentação do Sr. Daniel Dantas,

Senador Arthur Virgílio, acho que todos nós temos que acompanhar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já a condenava há dois anos.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ... com muita atenção, porque é a movimentação efetiva – estou convencida disto – de alguém que é muito réu, muito réu, e que quer passar por vítima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele é aquilo que, já que ele está sendo processado nos Estados Unidos, chama-se, em inglês, de *moneymaker*, ele é um fazedor de dinheiro, e um *go-getter*, aquele que, quando quer alguma coisa, vai, a qualquer preço, passando por cima de quem quer que seja. Mas eu acompanho, à distância, graças a Deus, e não posso aceitar, tenho que repudiar, que alguém diga que eu tenho qualquer ligação com uma figura desse porte.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. Sr. Presidente, em seguida, pedirei a palavra como Líder do PSDB.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Meu caro Senador Arthur Virgílio, eu estava fazendo uma leitura de documentos, vi V. Exª à tribuna, abordando esse tema, fazendo a defesa de sua dignidade pessoal, entendendo que houve insinuação desfavorável à sua honra por parte de dois jornalistas, e senti-me na obrigação de vir prestar respeito à sua conduta parlamentar no dia-a-dia da relação política com todos os partidos, de vir falar da absoluta transparência e lealdade no posicionamento político e ideológico de V. Exª e, ao mesmo tempo, de testemunhar o respeito de V. Exª aos adversários, sem extrapolar os limites das suas posições políticas claras e sem desrespeitar aqueles que defendem posições distintas. Diante de um fato como esse, devemos refletir até um pouco mais. Vejo uma grave crise de ordem moral na política brasileira, na atividade parlamentar brasileira, vejo uma grave crise de ordem moral na vida do Judiciário brasileiro, vejo uma crise que se expande em outras áreas da sociedade, envolvendo especialmente momentos de tentação e corrupção que ocorrem mesmo nesse aspecto, e parece que a imprensa está sempre livre disso tudo. A imprensa é fundamental e dá uma grande contribuição para o momento de democracia plena que vivemos no Brasil. Na história contemporânea, devemos muito à imprensa brasileira, que é imprescindível e oxigena a capacidade do grande debate que podemos fazer. Mas não tenho dúvida de que, quando a imprensa trata de conceitos, de comportamentos e de dignidade individual, tem havido muita injustiça. Não tenho a menor dúvida de que esse é um caso de injustiça direta a V. Exª. Quando leio manche-

tes do tipo “se eu cair, vou levar junto PT, PSDB, PFL”, parece-me que é muito fácil generalizar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se ele cair, a minha aposta é a de que não leva o PSDB. Se levasse o PSDB, a mim não levaria.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – O mesmo entendimento tenho em relação ao meu Partido e à minha pessoa, de modo distinto. Essa coisa de ter medo de esquema de espionagem, de Kroll, na minha vida não há lugar. Esse senhor parece-me um parasita do aparelho do Estado, que tomou seu caminho de vida utilizando o aparelho do Estado de maneira direta ou indireta. Não tenho nenhuma simpatia ou respeito por sua conduta. Creio que ele deveria ser investigado de maneira profunda pela Polícia Federal num inquérito. Inclusive, acho que uma pessoa que admiro – e V. Exª é sabedor –, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, cometeu o erro de ter ido àquela reunião fora do Ministério. Se eu fosse o Ministro, teria dito: se o senhor quiser falar comigo, venha ao Ministério, com agenda marcada e tornada pública. Acho que o Ministro, talvez por boa-fé, cometeu um equívoco de atenção ao Sr. Daniel Dantas. Deve-se ir a fundo no caso Daniel Dantas, passando-o a limpo. Que não se imputem dúvidas à dignidade de uma pessoa como V. Exª, porque é um ato de desrespeito. Entendo que não é um erro de dois jornalistas para com V. Exª. De maneira fácil, estão ferindo a dignidade de pessoas. Vi, recentemente, o que fizeram com um jornalista como Franklin Martins, com sua história de vida. Vem um outro cidadão, pega uma caneta e torna pública uma desonra sobre quem não merece. Injustamente, ele foi atacado. Não está correto esse tipo de procedimento. Acho que os próprios jornalistas deveriam fazer uma reflexão e intervir no campo ético, para que não se destrua o direito à dignidade individual, que está tão fragilizado nos dias de hoje. A culpa parece-me de um traço de crise civilizatória e não de uma crise política do Parlamento, do Judiciário ou de outros setores da sociedade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, tenho certeza de que V. Exª estende sua indignidade aos seus colegas e meus amigos do seu Partido, Sigmaringa Seixas e José Eduardo Cardozo, que foram atingidos, e ao Senador Heráclito. Não tenho por que não me solidarizar com pessoa tão querida, tão estimada e tão estimável.

Faço nitidamente a separação. Considero que o Ministério Público já cometeu mais exageros antes. Para mim, ele amadureceu e ganhou cabelos brancos, cabelos grisalhos.

A imprensa, eu a vejo como correta. Mantenho relação com dezenas de jornalistas, dentro e fora do Congresso Nacional, e os vejo como basicamente corretos, basicamente preocupados com a verdade, basicamente preocupados com a apuração do que vão dizer; um ou outro excesso, aqui e acolá.

Eu separaria muito a instituição, que tem que ser resguardada, das figuras que, de repente, uma ou outra, se coloca no altar. Não sei o que passa pela cabeça das pessoas. Hitler fez isto: achava que podia dominar o mundo. De repente, no altar: o que eu disser, é verdade. Ou seja, 28 anos de vida pública minha não valem nada se o Sr. Otávio Cabral e o Sr. Policarpo resolveram que não valem nada. Imaginem! Imaginem! Imaginem! Imaginem! Imaginem!

Obrigado, Senador Tião Viana.

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a pode prosseguir, não há limitação de tempo, em razão do assunto que V. Ex^a aborda.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha região, Amazônia, é área prioritária para o Exército Brasileiro, que vem reforçando sua presença na região. Assim deverá continuar, segundo garante o novo Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, General Oswaldo de Jesus Ferreira.

O General explicou, em entrevista publicada pelo jornal **Diário da Amazônia**, que, em 1950, os efetivos militares da região somavam apenas mil soldados. Hoje, são 25 mil. Entre outras considerações, disse o militar: “A atuação do Exército Brasileiro na Amazônia é um grande desafio, sobretudo num período de turbulências políticas e sociais, em que a cobiça internacional não pode ser ignorada”.

Pela importância do tema, estou anexando a este pronunciamento a íntegra da entrevista do General Oswaldo Ferreira, para que, assim, passe a constar dos **Anais** do Senado Federal.

No sábado, em Manaus, jantei no Comando Militar da Amazônia, na companhia de Parlamentares – um Senador, o Senador Eduardo Azevedo, e diversos Deputados, treze Deputados –, que foram a Tabatinga e ao Estirão do Equador, tomando um verdadeiro banho de Brasil, porque ali se toma um banho de Brasil. O jantar foi extremamente agradável. Recebemos informações

valiosas sobre a vontade que tem o Exército Brasileiro, desde que aparelhado, de proteger as nossas fronteiras e, por aí, dar um golpe de morte, no nascedouro, no tráfico de armas e de drogas.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, registro que a Amazônia, da grande floresta e da imensidão das águas, é hoje também um centro avançado e em ascensão de tecnologia e de pesquisas, a que se dedicam técnicos, professores e diferentes colaboradores. Trago essas considerações ao Plenário para um merecido destaque de meritório trabalho de pesquisa levado a efeito naquela que é a nossa mais estratégica região.

Semana passada, propus – e o Senado Federal aprovou – voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas, UFAM, e ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Inpa, em reconhecimento à pesquisa que resultou no mapeamento parcial do guaraná, a fruta mais importante, a meus olhos, da minha região, da Amazônia. Foi-me grato saber, após, que desse trabalho participaram também outras instituições, segundo me informa o Professor Jorge Ivan Rebelo Porto*, do Inpa, que é o Vice-Coordenador da Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas, a Realgene, uma resposta da Amazônia a ações indutoras do Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, no âmbito dos projetos Genoma Regionais.

Devo dizer, com orgulho, que muito me apraz fazer este registro no Senado da República. Apraz-me duplamente: em primeiro lugar, pela pesquisa já referida sobre o DNA do guaraná; em segundo lugar, como amazonense, portanto amazônida, pela agradável constatação de que, na nossa região, a pesquisa é levada a sério e desenvolvida em equipe, isto é, com a união sempre desejável de diversas instituições.

Estou encaminhando à Mesa novos requerimentos, ressaltando o trabalho de todas as instituições que compõem a Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas, a Realgene.

Agradeço ao Dr. Porto a gentileza de ter me enviado informações por *e-mail* na manhã da última sexta-feira. Os esclarecimentos que dele recebi elevam o conceito da região amazônica, como sempre digo aqui, que pertence não apenas ao Norte brasileiro, mas leva a questão a ser debatida por toda a Nação.

Aproveito o ensejo para destacar que da Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas fazem parte as seguintes instituições: Embrapa Amazônia Ocidental; Inpa; Ufac, Universidade Federal do Acre; Ufam, Universidade Federal do Amazonas; Ufma, Universidade Federal do Maranhão; Ufpa, Universidade Federal do

Pará; UFRR, Universidade Federal de Roraima; Ufto, Universidade Federal de Tocantins; Unifap, Universidade Federal do Amapá; Unir/Cepem, Universidade Federal de Rondônia e Centro de Pesquisa em Medicina Tropical. Há ainda duas instituições que não se localizam na Amazônia: a UnB-Universidade de Brasília, e a Unaerp, Universidade de Ribeirão Preto. A rede de pesquisas da Amazônia Legal, Realgene, é coordenada pelo professor Spartaco Astolfi Filho, cientista de extraordinária capacidade produtiva. Ele é da Ufam e conta com dois coordenadores: o Professor Jorge Ivan Rebelo Porto, do Inpa, pela Amazônia Ocidental; e a Professora Maria Paula Schneider, da Universidade Federal do Pará, pela Amazônia Oriental.

Sr. Presidente, finalmente, registro o falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, ocorrido de maneira trágica, num atropelamento, em Manaus. Ele era pai de um dos meus grandes companheiros e amigos no Estado do Amazonas, um advogado de renome, um jurista, na verdade, O Deputado Estadual Lino Chixaro, que preside o PPS, Partido Popular Socialista, no Estado.

A toda família de Lino Chixaro os meus sinceros sentimentos pela perda de tão ilustre e honrado cidadão.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, peço um voto de aplauso pela indicação do empresário Pauloney Tomaz Avelino, que recebeu o diploma de Industrial do Ano de 2006, outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. Ele é Presidente da Unipar Construtora S/A do Amazonas e irmão do meu prezado amigo e companheiro de lutas de Oposição neste Congresso, o Deputado Pauderney Avelino.

Finalmente, Sr. Presidente, peço igualmente que se publique nos **Anais** um curto pronunciamento em que me refiro ao artigo do Professor Robério Braga, “Amar a vida”, sobre sua mãe, a professora Sebastiana Braga, falecida recentemente. Isso não é uma coisa meramente formal. Não estou cumprindo nada disso por formalidade.

D^a Sebastiana Braga, que morreu aos 98 anos de idade, era uma das maiores amigas que tive em toda a minha vida. Educadora de várias gerações, com a Fundação Lourenço Braga, educando, em bairros da periferia de Manaus, crianças efetivamente carentes. Foi uma vida útil, uma vida que enquanto esteve no serviço público foi honrada, quando passou a atuar na Fundação Lourenço Braga, que jamais recebeu um tostão do dinheiro público, Dona Sebastiana Braga cumpriu um belíssimo trabalho, um belíssimo papel.

Ontem, foi a missa de sétimo dia. Eu me sinto muito saudoso ainda, eu me sinto muito de sua fa-

mília, e me sinto muito irmão dos seus filhos, muito próximo dos seus familiares todos. Portanto, gostaria de ver o belíssimo artigo que foi publicado pelo jornal **A Crítica**, de Manaus, e lido na missa pelo ex-deputado Josué Cláudio Souza Filho, com muita emoção, ficando o último parágrafo para o próprio Robério Braga, que, disfarçando o pranto, cumpriu esse dever.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo com aspas, para acolher frases maravilhosas do escritor e historiador amazonense Robério Braga. São palavras e frases de texto profundamente humano.

Veja o sol; abra os olhos para os céus e descubra a simplicidade da vida e o encanto da paz.

Nada mais adequado e que cabe como luva nos tempos atuais, de violência, de desacertos e incompreensões. Assim é Robério, que, em artigo publicado no jornal amazonense **A Crítica**, edição de sábado último, fala de amor e vida. De amor à vida, sugerindo:

– Olhe em derredor de você e compreenda bem os que lhe cercam. Baixe o tom de voz. Cale, quando a vontade de ofender se fizer iminente, afinal somos todos humanos. Compreenda. Aceite. Renuncie. Desculpe. Lute pelos seus ideais. Recomponha os sonhos a cada nova manhã. Espere o pôr do sol para conhecer a beleza das estrelas, mas não desanime se elas não surgirem diante dos seus olhos, porque amanhã ou depois elas virão e estarão luminosas, creia.

O historiador inicia com o título *Amar a vida* e termina com a frase *Ame a vida*.

Pela oportunidade do tema, como disse, estou anexando a este pronunciamento a íntegra do artigo do historiador Robério Braga, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRÔNICA

Robério
Braga

ESCRITOR E HISTORIADOR
rrobrere@uol.com.br

Amar
a Vida

Redimo a dor e a saudade que se traduzem a todo tempo em lágrimas que sangram no meu coração pelos laços materiais partidos, e o faço unicamente em razão do amor que a tudo se sobrepõe. Deixo passar na memória os belos dias de exemplar vivência que, no meu tempo e muito antes de mim, e desde cedo, ainda menina, minha mãe e mostra sempre ofereceu com simplicidade.

Sua voz ressoa aos meus ouvidos. Seus olhos correm sobre mim. Suas mãos deslizam macias e delicadas sobre as minhas. Seus guardados agora estão comigo como relíquias únicas e tão preciosas que levarei anos a decifrá-los e são o símbolo do patrimônio que nos legou. Suas cartas apaixonantes com a caligrafia bem desenhada traduzem lições infundas. Tudo a demonstrar, como se ainda fosse preciso, a enorme dedicação que nos concedeu e a grande alegria de viver que fazia questão de proclamar.

Não sei de dor maior. Nem de saudade mais profunda. Nem sei de maior amor por tudo que

fosse belo, que representasse a vida, que se traduzisse em paz e harmonia, por isso redimo a dor e a saudade para falar de amor.

Veja o sol. Abra os olhos para os céus. Descubra a simplicidade da vida e o encanto da paz. Olhe em derredor de você e compreenda os que lhe cercam. Baixe o tom de voz. Cale, quando a vontade de ofender se fizer iminente, afinal somos todos humanos. Compreenda. Aceite. Renuncie. Desculpe. Lute pelos seus ideais. Recomponha os sonhos a cada nova manhã. Espere o pôr do sol para conhecer a beleza das estrelas, mas não desanime se elas não surgirem diante dos seus olhos, porque amanhã ou depois elas virão e estarão luminosas, creia. Amanheça como o sol: iluminado. Ore. Fortaleça o espírito nas convicções de sua fé. Não tema viver nem desencoraje os que procurem uma palavra de estímulo. Abra seu coração aos que se fizerem seus inimigos e estenda as mãos a cada um deles. Beije as crianças. Ouça e brinque com seu filho.

Não se julgue santo se assim proceder, nem fique a pensar que, diferente de você, consigo cumprir com o que lhe ofereço. Também me debato com todas as mazelas deste mundo, tal qual cada um dos leitores, mas o que oferto com a mensagem que encima estas linhas hoje devotadas a minha mãe e professora, foram os seus ensinamentos diários, proferidos em silêncio sacrossanto, em doces

palavras ou em olhar de benção e perdão, sempre com abnegação.

Nunca a vimos enfeitada pelos pecados do mundo. Nem santificada. Sempre esteve firme em seu modo de ser, de falar, de agir, de realizar o seu ideal de vida e de família em que a união, a honestidade, o respeito ao próximo e o trabalho sempre foram vigas basilares, aos quais só se sobrepuñham à fé, a caridade e o amor.

Do Recife advinda, foi criança e mulher em Manaus, e deu-se a nossa terra por todos os dias dos seus 98 anos, preparando crianças e jovens no lago do Janauacá, na praça Santos Dumont, no barrro do Jirau, no bairro da Glória, no Dom Pedro e na sapolândia, sem *ver a quem, com firmeza, paciência e bondade, abençoada por um casamento pleno de felicidades na modéstia de temporadas árduas e muito difíceis que só pareciam cessar quando os cabelos matizados pelo tempo encorpavam a sua face angelical.*

Do tanto que ensinou, uma frase ressoará sempre: "eu amo a vida". E este amor foi demonstrado em tudo que fez e prelecionou e até para romper os laços materiais que nos uniam, na hora da despedida, apaziguou antes os nossos corações com as orações que sempre fazíamos em derredor da mesa abençoada.

Está nos páramos da fé que animou a sua vida. Está em paz. Está no amor de Deus. Faça você o seu tempo. Viva. Não deixe a vida passar, simplesmente. Ame a vida.

Denúncia causa comoção em Brasília



Paulo de Tarso Lyra

BRASÍLIA - O grampo ilegal feito pela Kroll Associates, contratada pelo banqueiro **daniel dantas**, do Opportunity, para investigar seu sócio na Brasil Telecom, a Telecom Italia, com a qual tem disputas judiciais, acabou envolvendo integrantes do primeiro escalão do governo e provocando um terremoto no meio político ontem. Nem o recesso do Congresso conseguiu amaciar as críticas aos métodos adotados pela empresa de investigação empresarial.

- Qualquer investigação que não seja feita pelos meios legais é um grave perigo à democracia - fulminou o vice-líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ).

Maia considerou um crime grave a violação de e-mails pessoais dos envolvidos. Foi desta forma que se chegou ao nome do ministro da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, eleito como máxima prioridade pelos arapongas da Kroll por causa de uma troca de mensagens eletrônicas com o ex-sócio de **daniel dantas** no Opportunity Luiz Roberto Demarco.

- É preciso coibir esse tipo de ação, para que o Brasil não passe por uma guerra de dossiês - defendeu.

O líder do PSDB no Senado, **arthur virgílio** (AM), classificou como ""deplorável e pouco nobre"" o método adotado por **dantas** para investigar seus concorrentes. Ele afirmou que as acusações envolvendo o ministro Gushiken e o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, precisam vir à baila o mais rapidamente possível, para que o governo não fique à mercê de chantagistas.

- Com certeza, o senhor **daniel dantas** não é uma pessoa de quem eu mostre uma foto para meu filho e diga: ""Filhão, quero que você seja como ele quando crescer"" - criticou.

Para **virgílio**, o mundo atual exige que os homens públicos sejam transparentes - se não o forem por natureza, terão que sê-lo por necessidade, diante de uma sociedade completamente devassada.

- Infelizmente, é preciso conviver com a realidade de que o seu e-mail será invadido, seu sigilo bancário quebrado e seu telefone grampeado.

Citado como um dos espionados, Gushiken divulgou nota em que considera ""ilegais os procedimentos de espionagem noticiados"" e acrescentou que vai ""adotar as medidas jurídicas pertinentes a essa ocorrência de flagrante desrespeito constitucional"".

""No âmbito do governo, o assunto vem sendo acompanhado pela Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça"", prossegue o ministro. Gushiken ainda classificou como ""legítimo que os fundos de pensão das empresas públicas possam lutar para exercer, plenamente, seus direitos de controle sobre os recursos por ele administrados"".

O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) não conseguiu esconder a surpresa diante do fato, que classificou como gravíssimo. Ele confirmou que a prática de espionagem industrial, apesar de anti-ética, chega a ser comum, mas que a situação extrapolou todos os limites do bom senso quando o foco da investigação atingiu integrantes do Executivo.

- É evidente que o governo foi bisbilhotado. Temos que investigar a fundo a ação da Kroll e ver até que ponto houve ingerência, bisbilhotice, espionagem ou qualquer outro nome que queiram dar, nas ações governamentais - defendeu.

Fonte com bom trânsito nos dois lados do conflito - Brasil Telecom e governo - também ficou estupefata com o episódio. Confirmou que sabia da contratação da Kroll para investigar a Telecom Italia, mas não imaginava que isso transbordaria até afundar o governo no mesmo pântano. Esse limite de ação, inclusive, precisa ser melhor esclarecido, na opinião de um parlamentar da oposição.

- A Kroll garante que agiu dentro dos limites legais. É preciso saber se a decisão de grampear o governo foi unilateralmente tomada pela empresa americana ou pedida pela Brasil Telecom - cobrou o deputado.

O ESCUDO DE LULA

O ministro Márcio Thomaz Bastos livrou o governo de várias crises. No caminho, confundiu suas atribuições legais com a missão de advogados criminalistas

Polícarpo Júnior e Otávio Cabral

VEJA revelou, na semana passada, um encontro secreto entre o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e Daniel Dantas — o banqueiro do Opportunity investigado desde 2004 pela Polícia Federal e financiador de um dossiê, preparado por espões estrangeiros, que aponta supostas contas, em paraísos fiscais, do presidente Lula, do próprio Thomaz Bastos e de outras autoridades. Excluído da agenda oficial do ministro e fora do horário de expediente, o encontro tinha como objetivo estabelecer uma trégua entre Dantas e o ministro: a polícia e o Congresso deixariam o banqueiro em paz desde que ele, seus espões e cúmplices fechassem a boca. Recomendando a um velho truque de advogado criminalista, Thomaz Bastos só admitiu o encontro depois que VEJA o divulgou. Como havia antecipado a revista, ele se saiu com uma explicação de chefe escoteiro: “Tenho vários encontros fora da agenda. Esse foi mais um. Uma das minhas funções é conversar, ouvir os cidadãos. Foi um encontro pessoal, não fechei nenhum acordo”. Os repórteres de VEJA reconstruíram as circunstâncias do encontro, e a imagem que aparece é a de uma reunião muito produtiva. Seus resultados: a CPI dos Bingos, numa votação de cartas marcadas, não convocaria Dantas para depor. Ele receberia um convite para falar na Comissão de Justiça do Senado, uma instância dócil, sem poder de investigação. Pode recusar, se quiser.

O pacto deu certo. A CPI, por 6 votos a 5, decidiu não convocar Dantas para que ele explicasse por que pagou quase 1 milhão de dólares

para obter uma lista com supostos segredos financeiros do presidente Lula e de várias outras autoridades da República. Cada um dos votos — e até as duas ausências que livraram o banqueiro da convocação — saiu de um plano traçado a quatro mãos por Thomaz Bastos e Dantas durante o encontro revelado por VEJA. Nesta reportagem, reconstituem-se os detalhes do encontro entre Dantas e Thomaz Bastos. Encontro, aliás, que teve um final apoteótico. Depois que o ministro já havia ido embora, o banqueiro, com o dedo em riste, ameaçou: “Que cumpram comigo o que foi tratado. Eu não atundo só. Se eu descer, levo junto PFL, PSDB e PT”. A ameaça mostra o arco de partidos aprisionados por segredos acumulados pelo banqueiro nos últimos quinze anos.

Ao agir nos porões e distribuir ameaças, Dantas apenas segue o caminho que escolheu como cidadão e empresário — seu destino é o restolho da história. Mas o que dizer de um ministro da Justiça que participa de reuniões sigilosas com personagens investigados pela polícia e que, desde o início dos escândalos de corrupção, utiliza sua experiência de advogado criminalista para montar versões que livram do cadafalso institucional políticos graúdos metidos em falcatrias? Desde o Império, é verdade, sempre coube ao titular da pasta zelar pela defesa política de seus governos. Aliás, no Império, o Ministério dos Negócios da Justiça, criado em 1822, era a própria espinha dorsal da organização política do governo. Não havia Judiciário independente, então, e os magistrados funcionavam como autoridades máximas em cidades e povoados. Eram os representantes da Coroa, meros tentáculos do poder central. Agiram em nome do imperador. O

ápice desse modelo se deu na gestão de Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai (1841-1843), quando os magistrados deixaram de ser eleitos e passaram a ser nomeados pelo próprio ministro da Justiça.

Com os ideais republicanos expressos na Constituição de 1891, o Judiciário ganhou autonomia, tornando-se o terceiro poder do Estado, juntamente com o Executivo e o Legislativo. Juizes e tribunais deixaram de subordinar-se ao governo. O Ministério da Justiça manteve seu nome, mas ficou ligado ao Executivo.

Sua área de influência passou a ser a Justiça. Para entender-se o sabor das coisas, veja-se: Thomaz Bastos não é o primeiro advogado criminalista a ocupar o mais antigo ministério do Brasil. Vários o fizeram desde o Império. Thomaz Bastos, no entanto, exibe uma peculiaridade inconfundível: é o primeiro ministro da Justiça a agir como advogado criminalista do governo a que pertence. Pode ele transportar para a administração pública caçoetes e missões típicas de sua profissão? Pode um ministro da Justiça tornar mais difícil o trabalho de investigação da Polícia Federal que chefia?

A história sugere uma resposta negativa às duas perguntas. Pegue-se um exemplo de contexto semelhante ao atual: o da crise anterior ao impeachment de Fernando Collor de Mello, no início da década de 90. Ao contrário de Thomaz Bastos, o então ministro Célio Borja conduziu seus trabalhos com isenção e transparência invejáveis. Defendeu o governo sem defender a corrupção governamental. Permitiu que a Polícia Federal investigasse Paulo César Farias sem se encontrar com o ex-tesoureiro de Collor e pivô do escândalo que levaria ao impeachment presidencial. Por que Thomaz Bastos não segue a cartilha constitucional? Por que insiste em agir como advogado de petistas encrencados, ditando rumos e estratégias de defesa e até indicando causídicos aos meliantes? Muito provavelmente isso se deve ao fato de ele ter em seu currículo inúmeras prestações de serviço advocatício a Lula e outros próceres petistas durante o regime militar. Ajudou-os em várias oportunidades a enfrentar processos políticos e tentativas de intimidação. É um amigo, portanto, e não um ser-

vente profissional ou um aliado político de ocasião. Ao mesmo tempo em que auxiliava petistas perseguidos, construiu uma carreira invejável no campo estritamente criminal, que se expressou tanto em prestígio quanto em patrimônio. Dono de uma fortuna de vários milhões de reais, apreciador de boa literatura, pintura moderna brasileira e bons vinhos, Thomaz Bastos exibia, até meados de 2005, quando começou a estourar o escândalo de corrupção no governo petista, aquela tranquilidade e simpatia espontâneas dos profissionais bem-sucedidos e dos homens felizes na sua vida pessoal.

Com livre trânsito entre políticos de vários matizes e admirado nas hostes da Polícia Federal, o braço armado da pasta da Justiça, Thomaz Bastos tinha tudo para figurar na posteridade como o ministro que, com o aplauso quase geral (alguns criticavam o estardalhaço), comandara o desbaratamento das grandes quadrilhas que dilapidavam o patrimônio nacional. A PF, sob seu comando, ganhou uma capa de VEJA, em outubro de 2004, que celebrava as megaoperações anticorrupção, como Anaconda, Farol da Colina e Vampiros, e também o processo de depuração por que passava a corporação. Deve-se ainda a Thomaz Bastos a modernização dos mecanismos de combate a crimes econômicos, entre eles o da formação de cartéis. Mas, quando sobreveio a crise que abalou os alicerces da administração Lula e o próprio Partido dos Trabalhadores, Thomaz Bastos perdeu o estato de servidor público para encarnar o perfil menor de advogado de porta de partido. A vocação de criminalista sobre pôs-se à função de ministro. A amizade por Lula falou mais alto do que o papel institucional. Seu lugar na posteridade ganhou nós e nós bem escuras para ser apagadas pela limpeza natural do tempo.

Thomaz Bastos transformou-se num guerreiro que defende, ao preço da própria dignidade, o seu senhor. Seu modo de agir obedece a um padrão: toda vez que estoura um escândalo envolvendo membros do governo ou do PT, o ministro Bastos informa o presidente Lula da gravidade da situação, monta uma tese de defesa para que os danos sejam os menores possíveis e, por fim, escala advogados de sua confiança para acompanhar os envolvidos (veja o quadro abaixo). O primeiro caso de que se tem conhecimento da atuação do ministro como advogado de defesa foi em 2004, quando ajudou o então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a safar-se de suspeitas de crime fiscal e de evasão de divisas. Mas foi no escândalo do mensalão que o ministro advogado começou a brilhar. O então te-

soureiro do PT, Delúbio Soares, assessorado pelo criminalista Arnaldo Malheiros (indicado por Thomaz Bastos), foi a público alegar que o dinheiro do valorioduto não saía de cofres públicos, mas de empréstimos conseguidos por Marcos Valério junto aos bancos Rural e BMG. Nos dias seguintes, outros personagens da crise, também auxiliados por advogados ligados ao ministro, repetiram a falácia. Até o presidente Lula participou do teatro, ao dar uma entrevista em Paris, em que reduziu o esquema criminoso a um inocente caixa dois eleitoral.

A mais notória mistura da função de ministro com a de advogado criminalista ocorreu no caso da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa pelo então ministro da Fazenda, Antonio Palocci. No mesmo dia em que o sigilo foi quebrado por ordem de Palocci, 16 de março, dois dos principais assessores de Thomaz Bastos, Daniel Goldberg e Cláudio Alencar, foram à casa de Palocci para discutir a possibilidade de a Polícia Federal investigar o caseiro. Uma semana depois, provavelmente após relatos dos seus dois assessores sobre a conduta de Palocci, Thomaz Bastos foi à mesma casa, acompanhado do onipresente Malheiros. Lá foi discutida uma tese de defesa que tentasse salvar Palocci de ser processado e demitido do cargo de ministro da Fazenda.

Na semana seguinte, quando o encontro foi revelado, Thomaz Bastos disse que apenas ouviu uma exposição de Malheiros sobre "aspectos gerais da questão". Mesmo que tenha sido somente isso, o que é difícil de acreditar, não é função de um ministro da Justiça participar de conversas para tentar salvar colegas de governo enrolados com os mais variados e graves crimes. Na semana passada, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República concluiu que Thomaz Bastos não transgrediu nenhuma norma do governo e que o seu comportamento não feriu a ética. Uma mão lava a outra - e o ministro da Justiça que ajudou a encobrir a quebra do sigilo bancário de um cidadão, um dos pilares da ordem democrática em qualquer país civilizado, safou-se.

O encontro secreto entre Dantas e Thomaz Bastos na terça-feira, dia 16, e não na quarta-feira, como publicou VEJA, é mais um episódio que fere fundo a biografia do ministro. Thomaz Bastos chegou à casa do senador Heráclito Fortes, do PSL do Piauí, expoente da "bancada de Dantas" no Congresso, acompanhado dos deputados petistas José Eduardo Cardozo e

Sigmaringa Seixas. A companhia não foi casual. Dantas usou dos préstimos de Cárdozo para tentar estabelecer uma ponte com seu arquinegro Luiz Gushiken no imbróglio da Brasil Telecom. Seixas, por sua vez, tentou estabelecer uma ponte entre o banqueiro e o ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Edson Vidigal, que contrariou interesses de Dantas. Na sala de estar, trocaram amenidades por cinco a dez minutos. Conversaram sobre a conjuntura política e sobre os ataques do PCC em São Paulo, que tiveram seu auge na véspera. Heráclito, então, acomodou seus convidados em uma varanda de sua casa. Daniel, no início, negou que tenha encomendado e repassado a VEJA o dossiê das supostas contas no exterior de autoridades. "Não fui eu. Não investiguei nem entreguei os papéis a VEJA", mentiu o banqueiro. Thomaz Bastos respondeu que não acreditava na informação: "No governo, todos têm convicção de que foi você". Dantas retrucou, em tom de chiste: "Fora Gushiken, quem mais acha isso?". E completou: "Não sou burro. Divulgar uma lista como essa é uma banice". Em seguida, Dantas, o burro, entregou ao ministro uma carta na qual formalizava a negativa. A carta foi lida pelos outros quatro presentes e voltou ao banqueiro, que a colocou em um envelope pardo e a entregou a Thomaz Bastos. O banqueiro disse que mandaria a mesma carta a todos os citados na reportagem de VEJA, inclusi-

“QUE CUMPRAM COMIGO O QUE FOI TRATADO. EU NÃO AFUNDO SÓ. SE EU DESCER, LEVO JUNTO PFL, PSDB E PT”

ve ao presidente Lula. "Eu aviso isso ao presidente", afirmou o ministro da Justiça. A revista apurou que o único a não receber a tal carta foi Gushiken — simples descortesia ou ameaça? Um palpite: no depoimento de Gushiken à CPI dos Correios, em setembro passado, ele recebeu uma ameaça velada de Heráclito Fortes. O senador disse que a especialidade da Kroll, a empresa contratada por Dantas,

era localizar contas no exterior e que a verdade viria à tona um dia.

A certa altura do encontro na casa de Heráclito Fortes, o deputado Cardozo perguntou a Dantas: "Se não foi você, então quem fez esse dossiê?" Dantas não lhe deu resposta objetiva, passando a detalhar a guerra comercial em torno das empresas de telefonia, dos interesses comerciais envolvidos e dos processos judiciais que correm nos Estados Unidos — uma tergiversação típica do banqueiro.

Thomaz Bastos encerrou a conversa dizendo que a Polícia Federal investigaria a fundo a elaboração e a divulgação do dossiê e puniria todos os culpados. "Quero mostrar que tudo seja investigado para provar que sou inocente", afirmou Dantas. Por volta das 10 e meia da noite, Thomaz Bastos alegou cansaço, chamou os dois deputados petistas e foi embora. No carro de Sigmaringa Seixas, assim que deixaram a casa, o ministro perguntou: "Alguém acreditou em alguma palavra do que ele disse?" Os dois responderam que não. Na quinta-feira, após uma reunião de coordenação política do governo, Thomaz Bastos abordou o presidente Lula, relatou o encontro e disse que Dantas lhe enviaria uma carta. "O k... vou esperar a carta", teria respondido o presidente. Assim se encerra a versão oficial do encontro sigiloso no qual, dizem as testemunhas, não houve acordo nem trégua.

Os sinais do acordo, porém, não de moraram a aparecer. O mais evidente foi a derrubada da convocação de Dantas para depor na CPI dos Bingos do Senado. No dia seguinte ao encontro de Dantas com Thomaz Bastos (17 de maio), a CPI adiou a reunião que discutiria a convocação do banqueiro. O primeiro sinal. Na semana passada, após a divulgação do encontro, a CPI voltou ao tema. Na terça-feira, para surpresa nem tão geral, a base governista conseguiu derrotar por 6 votos a 5 o requerimento que previa a convocação. O resultado foi duplo, pois a oposição e maioria na comissão e consegue aprovar tudo o que quer. Quando tem dúvida se conseguirá aprovar algum requerimento, a bancada oposicionista costuma bloquear as votações para evitar a derrota. No caso de Daniel Dantas, porém, a oposição deixou a proposta ser votada mesmo com dois de seus senadores ausentes: Augusto Botelho, do PDT, e Mozarildo Cavalcanti, do PTB. No dia seguinte, quarta-feira, a oposição aprovou um requerimento para Dantas prestar esclarecimentos na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 7 de junho. A sessão foi tranqüila e a con-

vocação, aprovada por acordo. A comissão não tem poder para convocar Dantas a depor, mas apenas para convidá-lo — e convite aceita quem quer. Se aceitar, o banqueiro deverá mentir, é claro, dizendo que o dossiê com as supostas contas não foi entregue a VEJA por ele, mas por outras pessoas. É o que vem fazendo nas conversas informais. Resta saber se a PF, chefiada por Paulo Lacerda e comandada por Thomaz Bastos, investigará de verdade o banqueiro.

O senador Heráclito Fortes diz que, ao fim da reunião, todos os visitantes se despediram e foram embora. O encontro sigiloso, porém, não terminou. Assim, segundo uma fonte próxima por VEJA, ele começou a esclarecer o tratado, convocando Dantas para depois. Depois da saída de Thomaz Bastos, o senador Heráclito Fortes e Dantas conversaram brevemente, o banqueiro andava de um lado para outro da sala. A certa altura, de dedo em riste, fez aquela ameaça que vale a pena repetir aqui: "Eu não afundo só. Se eu descer, levo o PFL, o PSDB e o PT juntos". E, antes de deixar a residência do senador no Lago Sul, o banqueiro, ao se despedir, ainda disse: "Espero que cumpram o que foi tratado". Segundo uma outra fonte de VEJA, o trato entre Dantas e Thomaz Bastos foi bem explícito: para garantir que não fosse convocado pela CPI, o banqueiro disse ao ministro que segurasse os parlamentares petistas da comissão, porque dos da oposição ele "cuidava". Aliás, anda fácil "cuidar" da oposição. Há três semanas, o senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas, denunciou a tentativa de achaque a Dantas feita por De Júbilo Soares. Depois de VEJA revelar que as relações entre o banqueiro e o governo eram mais complexas, muito mais complexas, Virgílio sumiu do mapa. Por que será? Dantas sabe.

Thomaz Bastos pode ser muitas coisas, menos ingênuo como certos profissionais do "velhíssimo jornalismo". Seja no mínimo inverossímil a versão de que o ministro pegou dois deputados petistas pelo braço e os levou ao encontro de um desafio do governo somente para receber uma carta — e um desmentido no qual não acreditou. Ele tem plena consciência do

que representa um encontro como esse com Dantas, às escondidas. Ou deveria representar. Mas o Brasil vive um tempo sombrio, em que a ética e a moral são dia-

namente sufocadas por interesses políticos e políticos interesses. Quando se inaugurar o quadro a óleo de Marcos Thomaz Bastos na galeria dos ex-ministros da

Justiça, ele estará mancando pela dívida por defensor da justiça como manda a Constituição ou mero advogado de poderosos pagos com a mão na cambisla? ■

DEFESAS HETERODOXAS DO MINISTRO-ADVOGADO

É natural que ministros da Justiça participem da linha de defesa de seus respectivos governos no debate político. A Constituição os obriga a defender a ordem jurídica e as garantias constitucionais. Os sete casos ao lado mostram que Márcio Thomaz Bastos, auxiliado por sua equipe, abusou de seu poder constitucional ao atuar como advogado criminalista do governo Lula em casos de corrupção e outros crimes

O CAIXA DOIS

Bastos foi um dos arquitetos da operação na qual Delúbio Soares e Marcos Valério, em versões combinadas previamente, disseram que os **56 milhões de reais** movimentados nas contas do carequinha não foram usados para subornar parlamentares. Segundo essa versão, o dinheiro serviu para pagar dívidas de campanhas de partidos aliados não registradas na Justiça Eleitoral. Assim, a acusação de mensalão virava um delito menor: o caixa dois eleitoral.

FRANCENILDO 1

Em março, o caseiro Francenildo Costa, que afirmou ter visto o então ministro Antonio Palocci na mansão da República de Ribeirão Preto, teve seu sigilo bancário criminosamente violado pelo governo. Dois homens de confiança de Bastos, Daniel Goldberg e Cláudio Alencar, negociaram com Palocci o uso da Polícia Federal para perseguir Francenildo, a vítima

FRANCENILDO 2

Durante o episódio da quebra de sigilo do caseiro, Bastos reuniu-se secretamente com Antonio Palocci, Jorge Mattoso (então presidente da Caixa Econômica Federal) e Arnaldo Maiheiros. Os quatro debateram formas de esconder a autoria do crime livrando Palocci e Mattoso da responsabilidade

ESQUADRÃO DE ADVOGADOS

Enquanto a Polícia Federal — da qual Bastos é chefe — começava a investigar o mensalão, o ministro da Justiça consumiu horas de trabalho para escalar uma superequipe de advogados para os acusados. Alguns deles, como Delúbio Soares e Silvio Pereira, foram defendidos pelo mesmo criminalista, Arnaldo Maiheiros, amigo de Bastos e co-autor da versão do caixa dois eleitoral para explicar o mensalão

HENRIQUE MEIRELLES

Bastos foi acionado pelo presidente Lula para transformar supostos crimes praticados pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em meras irregularidades fiscais. Meirelles era acusado de sonegação e evasão de divisas. O presidente do BC gostou tanto que largou seu advogado para contratar Maiheiros, o amigo de Bastos

OPERAÇÃO DANTAS

Bastos reuniu-se secretamente com Daniel Dantas na semana em que o banqueiro era acusado pelo governo (e pelo próprio Bastos) de divulgar contas "falsas" de petistas em paraísos fiscais. A versão do ministro para a reunião: foi um encontro "impessoal". Detalhe: Dantas é investigado pela PF, da qual o ministro é chefe

LULINHA

O ministro ajudou o presidente Lula a rever o contrato da Telemar com a empresa de Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, e montar uma versão defensável para o investimento de **5 milhões de reais** que a companhia fez para tomar-se sócia do negócio de games do filho do presidente

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia me conceder a palavra, pela Liderança do PT?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Ex^a a palavra, pela Liderança do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fiz o aparte ao Senador Arthur Virgílio, mas não poderia deixar de reiterar algumas questões que, ao longo destes três anos e meio, muitas vezes, me trouxeram a esta tribuna, que é um posicionamento muito claro com relação à maneira de operar e os fortes indícios que pairam sobre os procedimentos empresariais do Sr. Daniel Dantas. Não foi uma nem foram duas vezes que assomamos à tribuna para colocar, de forma franca, e até diria, em vários momentos, recomendados por algumas pessoas para que tivéssemos um pouco de cuidado ao tratar do assunto, tendo em vista que a maneira de operar do Sr. Daniel Dantas tinha fortes indícios de ser aquela que, acredito, estamos em via de comprovar, que é achacando, chantageando, grampeando, fazendo todo o monitoramento de quem quer que seja, desde a mais alta autoridade do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. Ou seja, quem atravessou, ao longo da sua vida empresarial, os seus interesses. A maneira como operou suas empresas e a atuação no Banco Opportunity, que, indiscutivelmente, tem sido uma das principais guerras comerciais do último período.

Ao longo de todo esse período, nas inúmeras vezes em que vim à tribuna ou em atuação nas Comissões e nas CPLs, sempre me pautei no convencimento de que há muita coisa mal explicada, fatos de muita gravidade que se arrastam há muitos anos e que, infelizmente, não tivemos ainda a devida apuração ou o aprofundamento da apuração para que o papel do Sr. Daniel Dantas possa ser configurado a ponto de ele responder criminalmente pelos atos cujos indícios são fortíssimos, de atuação ilícita, ilegal, no País e fora dele.

Por essa razão, quando fiz o aparte ao Senador Arthur Virgílio, fiz questão de reiterar que, ao longo de todo este período, se recebi algum conselho no sentido de tomar cuidado porque os procedimentos do Sr. Daniel Dantas, como tudo levava a crer, eram procedimentos de monitoramento, achaque e investigação ilícita, em nenhum momento, recebi qualquer pedido no sentido de que não aprofundasse, não evoluísse.

E digo, como já disse várias vezes, e repito, que o que me pautou – e tive, inclusive, a oportunidade de dizer a um dos jornalistas da **Carta Capital** que redigiram matéria, neste final de semana, a meu ver, com ponderações extremamente interessantes no sentido de que possamos dar continuidade na apreciação das

atividades do Sr. Daniel Dantas –, foi a certeza absoluta de que mesmo que o Sr. Daniel Dantas tivesse tentado, e eu acredito que ele tentou, se aproximar, que ele buscou cooptar, tentou fazer valer os seus interesses no Governo atual como operou e fez nos Governos anteriores, que o Sr. Daniel Dantas não foi bem sucedido, não obteve favorecimento. Aquilo que ele mais queria, que era continuar no controle da Brasil Telecom, sendo alguém que não havia colocado praticamente nada de dinheiro, mas por conta de acordos previamente firmados no processo de privatização das empresas estatais de telecomunicação, acabaram lhe dando essa coisa altamente conveniente e estranha pela qual, sem colocar praticamente nada de dinheiro, ele era o gestor. O Banco Opportunity era o gestor da Brasil Telecom, em um dos acordos mais esdrúxulos, que inclusive lhe dava o direito, se destituído fosse da condição de gestor – havia um item no acordo, o famoso guarda-chuva, **umbrella**, que está em debate em processo nos Estados Unidos –, permitindo-lhe que, mesmo destituído pelos seus pares, pelos demais componentes da Brasil Telecom, ele poderia ficar mais cinco anos gerindo a empresa.

É, portanto, algo estranho, absurdo, e ninguém consegue me explicar como tal coisa pode ser aprovada e colocada em acordo, a não ser de forma que contenha indícios de ilícitos.

Portanto, se o Sr. Daniel Dantas tentou, e eu tenho o convencimento de que deve ter tentado, ele não foi bem-sucedido.

Ele não foi favorecido. Mesmo que vários órgãos de imprensa dêem a entender que houve queda de braço dentro de personalidades do Governo, o resultado não foi de favorecimento, o resultado não favoreceu o Sr. Daniel Dantas. Por isso, ele está absolutamente a descoberto neste momento, atirando para todos os lados para ver como tenta se safar.

Outros procedimentos do Governo Federal me dão esse convencimento. Porque não houve refresco. Toda a investigação dos grampos, dos procedimentos ilícitos de se investigar o Presidente da República, o Ministro Luiz Gushiken, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Vidigal – e tive inclusive a oportunidade de aqui fazer várias leituras a esse respeito –, a juíza do Rio de Janeiro, que foi também afrontada, ameaçada, para não emitir liminares que pudessem trazer prejuízo aos interesses do Sr. Daniel Dantas. Tudo isso me convence de que a Operação Chacal, desenvolvida pela Polícia Federal e que prontamente colocou sob a sua guarda os computadores e toda documentação, foi muito importante na linha de investigação dos atos do Sr. Daniel Dantas e da forma como ele deu seguimento a todo esse procedimento sucessivo na tentativa de encontrar algo que o beneficiasse.

A nossa assessoria estava agora nos lembrando que o nome do Sr. Daniel Dantas foi citado pela primeira vez, na CPI dos Correios, no depoimento da Sr^a Karina Somaggio sobre o Sr. Marcos Valério. Ela dizia que era muito importante trazê-lo para CPI dos Correios a participação do Sr. Daniel Dantas nos episódios envolvendo o Sr. Marcos Valério. Na agenda da Sr^a Karina Somaggio aparecia o nome do Sr. Carlos Rotenburgo e os interesses do Sr. Daniel Dantas naquela agenda. E quem abordou essa questão(?) foi exatamente o Deputado Eduardo Cardozo. Foi a primeira vez que o nome do Sr. Daniel Dantas apareceu, de forma contundente, no sentido de que precisávamos identificar a participação, o envolvimento, o interesse do Sr. Daniel Dantas permeando toda aquela situação. E assim foi nos requerimentos, nos pedidos de quebra de sigilo, de investigação, todos patrocinados pela Bancada do PT ou da Base Governista.

Portanto, se houve interesse em afrouxar ou fazer vista grossa aos procedimentos, tenho certeza de que todas as investigações, sejam as feitas pela Polícia Federal, sejam as patrocinadas e solicitadas pela Bancada do PT e do Governo na CPI dos Correios, não teria efetivamente evoluído ou, pelo menos, teríamos recebido algum recado.

Nenhum recado recebemos nem tivemos a oportunidade de desenvolver.

O caso da Kroll chama-me muito a atenção. Acho que todos nós temos que estar muito atentos para a evolução da investigação, agora que a Kroll finalmente entrega as 21 caixas, e no do papel que desempenhou, nada mais nada menos, que um ex-agente da CIA. Um ex-agente da CIA foi quem alocou toda a estrutura e condições de investigações, patrocinadas pela Brasil-Telecom à época, sob os interesses e ordens do Sr. Daniel Dantas, contra o Citibank.

O papel do Sr. Frank Holder, da CIA, nos procedimentos de investigação do alto escalão do Executivo e do Judiciário brasileiro não é qualquer coisa, não é coisa de menor importância, e, portanto, acho que deve merecer de todos nós atenção. Por isso, quando a Bancada do PT, em voto em separado, exigiu que tudo aquilo que permeava as relações do esquema do Sr. Marcos Valério com o Sr. Daniel Dantas – de relações comerciais, diretas ou indiretas, com suas empresas, de todos os interesses e proximidade do Sr. Daniel Dantas com o Sr. Marcos Valério – foi pelo convencimento de que este é um assunto merecedor de profunda investigação. Neste momento, acreditamos que duas instâncias estão envolvidas e são adequadas para aprofundar as investigações: a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.

Na Polícia Federal, pela Operação Chacal, que agora, finalmente, recebe os documentos da Kroll. São vinte e uma caixas com os documentos de tudo – não sei se é tudo, mas esperamos que seja – o que eles processaram, desde de grampos a interceptação de *e-mails*, como enxeridos que foram na vida pessoal, seguindo pessoas e personalidades. Ou seja, tudo o que produziram em termos de documentos e processaram por meio de investigação ilegal precisa ter o devido aprofundamento na continuidade das investigações pela Polícia Federal, inclusive no inquérito aberto para investigação dessa famosa lista, que cheira – como vários aqui disseram, até mesmo personalidades da própria Oposição – a um novo *Dossiê Cayman*.

Para nós, é muito importante também acompanhar, monitorar as investigações do próprio Ministério Público Federal com os documentos que acabaram finalmente, depois de muita controvérsia, sendo incluídos no relatório da própria CPMI dos Correios.

Volto a afirmar que o julgamento, nos Estados Unidos, da controvérsia entre o Citibank e o Opportunity neste momento é de grande interesse do Sr. Daniel Dantas. Que ele não seja capaz de transformar o Congresso Nacional em um palco para consolidar, a qualquer custo, essa versão que ele apresenta, até mesmo com ameaças – que nem veladas são, mas escancaradas – aos políticos, dizendo que tem condição de levar não sei quem e não sei mais quem não sei para onde.

Que ele não concretize um sonho: deixar de ser réu naquele processo e passar a ser vítima.

Por isso, para nós, toda a discussão de trazer o Sr. Daniel Dantas ao Congresso Nacional tem que considerar com que objetivo isso vai se processar, porque não é por falta de investigação. Muito ao contrário, acho que não existe alguém envolvido em tantos processos investigatórios, todos eles de gravidade imensa, como o Sr. Daniel Dantas; investigações envolvendo a Operação Chacal, a questão entre o Banco Opportunity e o Citibank, nos Estados Unidos, aqui na Polícia Federal, pelo procedimento de listas com insinuações, ilações sem qualquer base de veracidade, no Ministério Público Federal, com relação à continuidade das investigações da CPI dos Correios. Portanto, não falta investigação sobre o Sr. Daniel Dantas. Precisamos agora, de uma vez por todas, deter os expedientes que possam servir aos interesses dele.

Com relação aos procedimentos das autoridades, assinalo que tenho opinião semelhante à do Senador Tião Viana. Entendo que o Ministro Márcio Thomas Bastos deveria ter conversado publicamente no Ministério, até porque já sabemos(?) que o Sr. Daniel Dantas também foi recebido em Palácio, em governos anteriores, pelo Presidente da República. É sempre muito

complexo explicar isso para a opinião pública, dados os interesses escusos dessa figura.

Para nós é sempre bastante difícil – como acho que deve ter sido, não estava no Congresso anteriormente, quando, segundo informações, foi recebido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso – explicar por que essa figura precisa ser recebida pelas autoridades. Essa pessoa – Sr. Daniel Dantas – precisa de uma vez por todas ter a investigação de seus atos concluída para que responda na Justiça se, e há fortes indícios, seus procedimentos ficarem configurados.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por me permitir avançar alguns minutos do meu tempo.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Líder José Agripino, do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria fazer um registro e uma comparação. O primeiro trata da vitória do Sr. Alvaro Uribe, que ganhou a eleição com 62% dos votos, sendo reeleito Presidente da Colômbia.

A Colômbia, Senador Antonio Carlos Magalhães, do Cartel de Medellín, do Cartel de Cali, das Farc, do ex-Presidente

Andrés Pastrana, que tentou um acordo com as Farc – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia –, não conseguiu, não levou à frente, terminou desmoralizado. O Sr. Alvaro Uribe, que fez uma campanha prometendo ao povo transformar a Colômbia num país de respeito, o fez no exercício do mandato, sem acordo. Ele isolou 10 mil guerrilheiros das Farc, tirou-os do território onde antes imperavam, assaltavam, extorquiam, chantageavam, e trouxe o país para a paz, para a tranquilidade; possibilitou novos investimentos, e a Colômbia hoje é um país que voltou a crescer. Tudo por conta de um candidato a presidente que prometeu, cumpriu e devolveu à Colômbia uma coisa fundamental chamada segurança.

Que inveja, Senador Antonio Carlos Magalhães, que inveja! Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a conhece esse projeto Segurança Pública para o Brasil, do Instituto Cidadania, Fundação Djalma Guimarães? O Instituto Cidadania, com endereço à Rua Pouso Alegre, 21, Ipiranga, preparou uma série de documentos e compromissos do PT, assinados pessoalmente pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência. Projeto de Segurança Pública, promoção do Instituto de Cidadania, coordenação geral. A coordenação geral desse projeto de segurança é do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Há aqui umas pérolas que eu gostaria de citar até a propósito da vitória do Sr. Uribe. O Sr. Uribe ganhou a eleição porque cumpriu a palavra e erradicou o narcotráfico, a insegurança, o banditismo, os assassinatos, os seqüestros, os carros blindados da Colômbia, de Bogotá. Ele tem cara de cidadão comum; não tem cara de truculento nem de valentão. É um cidadão comum. Apenas ele tem palavra.

Ele ganhou uma eleição e matou as Farc. Encostou as Farc na fronteira de Venezuela, de Equador e etc., e devolveu à Colômbia a condição de crescimento econômico muito maior do que o do Brasil no ano que passou. Ele é um sul-americano que contou com os recursos e com os elementos de um país sul-americano, terceiro-mundista, chamado Colômbia e conseguiu erradicar a insegurança na Colômbia.

Muito bem. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, na Carta aos Brasileiros, um projeto de segurança composto por vários itens. Quero chamar a atenção para dois desses itens que são muitos, quase todos não cumpridos. E essa é a razão pela qual lamentamos o que aconteceu em São Paulo.

Senador Antonio Carlos Magalhães, está escrito neste documento aqui: determinar que os recursos do Fundo Penitenciário (Funpen) não sejam contingenciados e impor condições específicas e rigorosas na liberação de verbas.

O Funpen tem, no ano de 2006, contingenciados R\$280 milhões. Liberaram um troquinho qualquer.

O Estado de São Paulo é o maior prejudicado no Fundo Nacional Penitenciário.

Uribe tomou e cumpriu o compromisso com coragem, determinação, vontade política e, por isso, teve 62% dos votos da Colômbia e foi reeleito. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, como sempre, como de hábito, toma o compromisso, escreve-o e não o cumpre. Peço a reflexão do povo brasileiro. Está escrito neste documento que ele prometeu estimular e não contingenciar os recursos do Fundo Penitenciário.

O Sr. Marcola, que pintou e bordou no País e nos indignou, está em um presídio de segurança máxima com superlotação porque não foram feitos outros presídios, pois o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva contingenciou R\$280 milhões, contrariando o que escreveu. O dinheiro está votado e aprovado no Orçamento. E ele, Lula, contingenciou e fica deitando falação. Na hora da baderna, vem oferecer quatro mil homens do Exército para ajudar na segurança de São Paulo. Por que ele não liberou o dinheiro que se comprometeu, como candidato, a liberar para o Fundo Penitenciário? Por que quer governar com *marketing*? Faça como Uribe, que tomou compromisso, cumpriu-o e, por isso, se reelegeu com 62% dos votos. Não venha agora, como vem, da boca para fora.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, está abordando um tema importante que é a falta de palavra do Presidente da República e o contingenciamento de verbas quando necessário. Vim às pressas para falar sobre isso hoje.

Mas há um erro nosso. As informações sobre esses compromissos ou discurso de V. Ex^a deveriam chegar a todo o Brasil. Mas não temos essa capacidade. O PSDB e o PFL precisam se organizar para fazer isso. Essas informações devem estar junto ao povo; o povo precisa saber quem é Lula. O povo não sabe quem é Lula, daí por que o resultado das pesquisas são inacreditáveis. Sugiro a V. Ex^a, como Líder do Partido, que ao menos o nosso Partido faça chegar ao povo, aos vereadores, ao povo em geral, sobretudo ao nosso Nordeste, esses compromissos tomados e não cumpridos. Ou então o discurso de V. Ex^a, nessa parte. Não é preciso dizer muito ao homem do interior, é preciso dizer o necessário, como V. Ex^a está dizendo agora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Creio que precisamos chegar a um ponto. Um sul-americano chamado Uribe, Presidente da Colômbia, que é um país muito menor do que o Brasil, fez compromissos, cumpriu e foi reeleito com 62% dos votos. Honrou a sua palavra e cumpriu o seu compromisso. Resolveu o maior problema da Colômbia. A Colômbia era o país do narcotráfico, dos esquemas de Medellín, do Cartel de Medellín, do Cartel de Cali. Não existe mais isso.

O Senhor Lula fez compromissos por meio de uma Carta aos Brasileiros. Depois que acontece a catástrofe de São Paulo – com quatro, cinco dias de ônibus incendiados, de presídios em rebelião, de confusão em toda parte, no Mato Grosso do Sul, no Paraná, em São Paulo –, vem Sua Excelência oferecer quatro mil soldados do Exército, quando ele contingenciou R\$280 milhões, contrariando o que ele escreveu. Ele tomou o compromisso claro, claríssimo.

Sistema Penitenciário – é o Item 1.6:

Determinar que os recursos do Fundo Penitenciário (FUNPEN) não sejam contingenciados e impor condições específicas e rigorosas da liberação de verbas federais para os sistemas penitenciários.

Escreve isso e faz a coisa completamente diferente. Diferente do que Uribe fez. Uribe teve 62% dos votos. O povo do Brasil precisa observar a qualidade do Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, a qualidade do governo e a qualidade da palavra, dos compromissos. Estamos falando do dia-a-dia, das angústias do povo brasileiro; estamos falando de quali-

dade do governante. E aqui não estou cometendo nenhum desatino; estou lendo o documento assinado e escrito por Lula, que não foi cumprido, e se produziu a tragédia de São Paulo.

Presidente Eduardo Siqueira Campos, quer ver outra pérola do documento?

Proteção à testemunha:

Criar o Sistema Nacional de Proteção às Testemunhas, integrado pelos Programas Estaduais e pelo Programa Federal.

Sabe o que aconteceu com o Programa de Proteção às Testemunhas, quando o Sr. Francenildo foi lá? Lembra de Francenildo, o caseiro, que teve as contas bancárias, o seu sigilo bancário quebrado? Lula diz aqui: criar o Sistema Nacional de Proteção às Testemunhas. Quando o caseiro foi lá pedir a proteção do Serviço de Proteção às Testemunhas, a primeira coisa que pegaram lá foi o cartão dele da Caixa Econômica Federal. Com esse cartão, entrou aquela escalada de pessoas envolvidas: Palocci, Márcio Thomaz Bastos, Jorge Mattoso, assessores, que acabaram quebrando o sigilo bancário de Francenildo, para colocá-lo como um vilão e não como um cidadão brasileiro pobre e modesto que foi esmagado pelo poder do Governo! É assim que se fortalece o serviço de proteção à testemunha, invadindo a privacidade de um brasileiro comum e pobrezinho chamado Francenildo!? Ele escreve isso, mas na hora de agir... Na verdade, o que ele escreveu é o que ele fez com o Francenildo. É essa a qualidade do Governo Lula. É minha obrigação, como Líder de partido, trazer esses elementos à consideração do povo brasileiro.

Senador Antonio Carlos Magalhães, vou me esgoelar, vou falar, porque ando na rua, e as pessoas me cobram, dizendo: “Senador, não pare nunca, solte a sua língua, continue como o senhor sempre foi, proteja a sociedade organizada do Brasil”.

A outra pérola é a qualidade de Governo. Está no Jornal **Folha de S. Paulo** de hoje: há um milhão de acampados. Um milhão de acampados é a marca recorde do Governo Lula. Há um milhão de acampados, sem crédito, com a terra entregue, sem atividade produtiva. No fim do Governo passado, eram 60 mil famílias e hoje são 230 mil famílias, que estão recebendo um pedaço de terra e, com certeza, o Bolsa-Família. Porém, aquilo que deveria ser e que era compromisso dele a reforma agrária, com a orientação para que, com um pedaço de terra, a família fizesse sua vida, nada! É o Governo do *marketing*, da propaganda, da enganação. E contra isso é que nós nos insurgimos.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, acho que o brasileiro vai, durante a campanha eleitoral, fazer a reflexão detida. Os dados vão ser oferecidos, para que cada brasileiro possa fazer sua reflexão correta, porque, quando votar, vai votar em

si próprio, no futuro de sua família. Que esse exemplo de Álvaro Uribe seja confrontado com o exemplo do que Lula fez com os recursos do Funpen – Fundo Penitenciário Nacional. Que o exemplo daqueles que cumprem a palavra seja cotejado com o daqueles que não cumprem a palavra, a fim de que o Brasil possa construir o futuro que merece, o futuro de Governo competente e de Presidente que fale verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL baiano.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queridos Senadores presentes, que, embora não sejam muitos, são valorosos, segunda-feira é um dia ruim, mas hoje está péssimo e é por isto que Lula ataca o Congresso: as pessoas não vêm sempre à tribuna dizer o que nós dizemos.

Hoje, Sr. Presidente, volto a falar com o Presidente do Senado para saber se a pauta está ou não trancada e até quando, porque não aceito acordo nenhum, enquanto não for resolvido esse problema dos R\$890 milhões, de que falei aqui na quarta-feira. Impedi a sessão na quarta-feira por causa disso. Agora, a imprensa, **A Folha de S.Paulo** traz a público.

O cinismo é total. Fazem a medida provisória e gastam o dinheiro antes de a medida chegar à Câmara ou ao Senado. E ainda há quem pense que medida provisória deve ser recebida pela Mesa. Não, porque a Constituição está sendo burlada, pois esse não é o espírito do dispositivo constitucional. Essa ladroagem não é urgente, nem relevante. É urgente e relevante para os ladrões, mas não para o povo brasileiro.

Por isso, estou aqui hoje, Sr. Presidente, com a indignação que é própria daqueles que estão vendo tudo o que acontece neste País, e ainda o povo iludido. Eles só querem roubar. O Sr. Procurador da República cumpre o seu dever e manda 40 indiciamentos. Mas, quando começarão a ser julgados esses indiciados, Sr. Presidente? Quando? Eu pergunto se esses malandros que roubaram, que foram denunciados, vão poder registrar-se como candidatos para roubar outra vez? Se continuar do modo como está, o Governo vai continuar roubando. Se eles roubassem e depois parassem, dizendo: “De hoje em diante, vamos ser sérios”... Mas isso não é do feitio do Governo, muito menos do Presidente Lula.

O Presidente Lula, que nunca tinha visto tanto dinheiro, quando chegou à Presidência da República e viu milhões e milhões, achou que tinha de distribuir milhões e milhões com seus amigos. Claro que também não são só os seus amigos. Os inocentes acreditam que ele seja inocente, os ingênuos também, mas quem conhece a vida do Brasil sabe que não.

O que acontece com o Senador José Agripino acontece comigo também. Percorri, entre sexta e sábado, nove municípios baianos e em todos eles o povo dizia: “Nós estamos toda a tarde ouvindo a TV Senado. Não queremos mais ouvir outra coisa até o senhor chegar à tribuna para dizer as verdades, que estamos sendo roubados”. De maneira que sou estimulado pelo povo da minha terra a continuar essa luta. E esta luta, Sr. Presidente, não se faz com acordos aqui no Senado ou na Câmara. Vamos reunir nossas Bancadas e dizer ao Presidente Renan Calheiros que, ou ele toma uma posição... Pouco importa que ele tenha candidato ou não tenha candidato, não é da minha conta saber o que ele faz no seu Partido. Mas é da minha conta, sim, saber que aqui não se vota roubalheira com o consentimento da Mesa do Senado! A Mesa do Senado tem de ver o que é urgente e relevante! O que não for urgente e relevante a Mesa do Senado, pela Constituição, pode não receber! Recebe porque quer e vota porque quer! Conseqüentemente, se a Mesa da Câmara está desmoralizada, a do Senado não vai ficar! Não vai ficar porque o Presidente, até aqui, tem agido com absoluta correção e porque nós temos na Mesa quem advirta o Presidente. São os seus auxiliares mais diretos, que são sérios e não entram nessas falcaturas do Governo.

O Dr. Aldo Rebelo – ele vai dizer até que recebeu um título na Bahia; é um título antigo – foi uma decepção para mim. Eu tinha por ele o maior respeito. Hoje, eu procuro ter, mas não consigo.

É uma coisa triste, Sr. Presidente! Tudo acontece naquela Câmara e tudo se resolve com absolvição: vamos absolver os colegas ladrões! Vamos fazer que isso continue assim; o que nos interessa é pegar uma graninha.

É assim que está se agindo. Essa coisa não pode continuar.

Eu sei que, amanhã, eu vou ser xingadíssimo lá na outra Casa por este discurso, se ainda não for hoje. Pouco importa. Cumpro o meu dever; eles não cumprem o deles. Cumpram lá para poderem reclamar daqui! E não reclamam daqui porque aqui tem sido ainda, apesar dos pesares, uma Casa que está procurando se respeitar – apesar dos pesares! Não vou dizer que sempre foi assim, Sr. Presidente. Não era assim. Tem piorado bastante.

V. Ex^a, que é da Mesa – e acabei de fazer um elogio a sua figura para o seu Estado –, deve sentir que alguma coisa diferente está acontecendo no Congresso Nacional, maculando a vida de nós todos, que estamos nesse bolo porque somos políticos.

O que dizer do Lula? É isto: eu sei que ele rouba, mas ele é amigo da gente, ele é pobre como eu e tal – diz. Ele era pobre, hoje não. As denúncias que saem sobre a sua família e sobre ele, o luxo em que ele vive

demonstra, de modo claro e insofismável, que o Presidente da República não é um pobre. Foi pobre, não gostou de ser pobre, mudou de ares, mudou de vida e, agora, pode se colocar na “elite branca” do Governador Cláudio Lembo, que inventou essa expressão, esquecendo-se dele mesmo.

Por ser ele do meu Partido, não vou silenciar e achar que foi certo ele dizer que foi a “elite branca”, ele que foi por tanto tempo do Banco Itaú, homem ligado ao excelente homem publico, com quem não aprendeu muito, Olavo Setúbal. Daí estar dando certas entrevistas desastrosas, inclusive em relação ao nosso Partido, onde ele quer fazer divisões, onde ele cria um mito de uma pessoa e coloca os outros numa situação mais abaixo, só porque Lula fez um elogio a ele. Veja a pobreza de cabeça! Lula faz o elogio, ele acredita.

Basta Lula elogiar para estar errado! Então, ele não vê isso?! Ele não vê esta manchete do **Correio Braziliense**, que diz: “Lula aumenta em 65% os gastos do Governo”.

É uma matéria de duas páginas: “Torneiras abertas para a campanha. A reeleição está bem pavimentada”. “Lula turbina a própria campanha, autorizando mais despesas este ano do que Fernando Henrique fez por Serra em 2002”. “Emendas parlamentares recebem quatro vezes mais recursos e os aliados de Lula são os beneficiados”.

Está tudo aqui na imprensa. Mas, jornais como este – que é um bom jornal, como a **Folha** – não chegam ao interior do Estado, não chegam às populações pobres, que não têm direito a comprar jornal porque não têm recursos. Mas, o rádio, que é pago por Lula em vários programas, esse chega, Sr. Presidente. E é isso que se está criando para o Brasil essa situação caótica, essa situação de desrespeito, até mesmo de perda da soberania nacional.

Os bolivianos – pobres bolivianos! – avançam na Petrobrás, e o Presidente põe tapete vermelho para Evo Morales. E a coisa repercute três dias e, depois, ninguém mais fala nisso. A Petrobras não vai pagar nada, quem vai pagar é o contribuinte, e nós ficamos numa situação cada vez mais triste.

Sr. Presidente, acho que este Senado ainda pode ter um papel importante na República. Cabe a nós, que estamos aqui e que vamos ficar, e cabe aos novos que virão fazer desta Casa uma fortaleza contra qualquer Presidente que queira desmoralizá-la ou desmoralizar o Brasil, furtando como se furta.

Sr. Presidente, eu sei que V. Ex^a pensa como eu – talvez as circunstâncias políticas não lhe permitam dizer o que eu digo. Mas eu fico triste com algumas pessoas de certo nível defenderem este Governo corrupto, este Governo que está com a marca, a cicatriz da corrupção. Cada dia busca um aliado. Por convencimento? Não! Por compra. Por convencimento não

consegue, mas por compra consegue. E, infelizmente, eu vejo muitos no Congresso Nacional.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que nós vamos lutar.

Há um grupo disposto a lutar, tanto no PSD como no PFL, até no PMDB, pronto para reagir a esta situação de desgoverno do País, esta situação em que os brasileiros, a cada dia, ficam mais pobres e os seus dirigentes, mais ricos. Aí, sim, é que está a elite branca: a dos que roubam. Nós, graças a Deus, até porque somos baianos, não temos o problema da etnia, nós convivemos com todas as raças. Meu orgulho é ser muito querido no meu Estado, sobretudo por aqueles que alguns chamam de cor, mas que, na realidade, são homens de bem, sérios, brancos de verdade na sua vida e que não suportam a sujeira deste Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003**, de autoria do Senador Aelton Freitas, que *dispõe sobre o Sistema de Consórcios*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006** (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 350/06/PS-GSE

Brasília, 24 de maio de 2006

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.703, de 2004, do Senado Federal (PLS 149/04), o qual “Institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 149, de 2004.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Luiz Pontes, Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, João Batista Motta e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num denso e analítico relatório a agência de classificação de risco *Moody's* destaca que o nível de despesas públicas no Brasil é bem superior à média daqueles países com mesmo *rating*, entre eles Peru, Colômbia, Costa Rica, Bulgária, Egito, Romênia e Vietnã. Um exemplo da gritante dessa disparidade pode ser mensurado na seguinte informação, disponibilizada pelo referido relatório. Enquanto o gasto das três esferas brasileiras de Governo beira 40% do Produto Interno Bruto, as demais nações emergentes registram 28%. Esse patamar ainda é consideravelmente alto se comparado àqueles exibidos pelos países asiáticos. A Coreia, por exemplo, gasta por volta de 23% e a Tailândia 18%.

Nesse contexto, Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar a nossa preocupação com as agruras vividas pelo setor têxtil e de confecção de nosso País. Nesta segunda-feira, as mais expressivas lideranças empresariais do setor em epígrafe entregam ao Presidente Lula, em Brasília, um documento explicitando as principais reivindicações para melhorar a competitividade do produto brasileiro no exterior e no mercado doméstico.

O setor está literalmente asfixiado pela excessiva carga tributária e a verdadeira “enxurrada” de importações ilegais, principalmente dos produtos chineses.

A indústria têxtil e de confecções vivencia uma de suas mais graves crises. O cenário é desalentador. A grande totalidade das empresas do setor adiou planos de investimentos, diminuiu a produção e passou a demitir, direcionando investimentos para o exterior. O testemunho do presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT – Josué Gomes da Silva, é esclarecedor. Segundo o Presidente da Abit, o setor é responsável por aproximadamente 1,65

milhões de empregos diretos no País. Desse total, 70% são postos de trabalho ocupados por mulheres.

Um dado relevante e que deveria ser levado pelo Governo está traduzido no ritmo das exportações da cadeia têxtil. Em abril, por exemplo, as vendas externas caíram para US\$158 milhões, ante US\$195 milhões em março. No primeiro quadrimestre, as exportações de roupa acumulam queda de 14,3%, em relação a igual período de 2005, enquanto as importações cresceram 44,8%.

Como destaca o presidente do Sindivest/ Sindi-roupas – entidade representativa do setor de vestuário e confecções: “o Brasil está vendendo matéria prima e comprando produto acabado no exterior”.

Eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que o setor é responsável pela geração de emprego de quase 2 milhões de pessoas e responde por 17,5% da produção brasileira.

É mais do que oportuno apoiar a negociação de acordos bilaterais de comércio com os principais mercados têxteis do mundo, notadamente União Européia e Estados Unidos, entre outras medidas exigidas pelo setor.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito à matéria intitulada “5 lições para derrubar o juro e crescer mais”, publicada pela revista **Veja**, de 24 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Giuliano Gandalini, destaca o lançamento do livro “*Mercado de Capitais e Dívida Pública*”, que contou com a participação de economistas que criaram o real e ajudaram a debelar a inflação. Apesar das várias discordâncias entre os economistas, o livro destaca um ponto em comum: o de que “o atual modelo e seu tripé de sustentação – controle dos gastos públicos, regime de metas de inflação e câmbio flutuante – precisam ser mantidos. Por quê? Seu abandono traria incertezas, os juros subiriam e projetos voltariam a ser engavetados”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

5 LIÇÕES PARA DERRUBAR O JURO E CRESCER MAIS

Time de economistas que criou o real e ajudou a debelar a inflação mostra em livro como reduzir o custo do dinheiro e atrair novos investimentos

Giuliano Guandalini

1 ESTABILIDADE ACIMA DE TUDO

O livro *Mercado de Capitais e Dívida Pública* (Contra Capa: 404 páginas; 52 reais), que chega às livrarias nesta semana, compila as distorções brasileiras, relata seus efeitos perversos e propõe saídas para que o país consiga normalizar o sistema financeiro, derrubar os juros e engrenar uma nova fase de crescimento. Se a estabilidade representou um avanço, há ainda muito a fazer. Organizado pelos economistas Edmar Bacha e Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, o livro resultou do embate acadêmico de alguns dos mais brilhantes economistas do país — entre eles, André Lara Resende e Pêrsio Arida, criadores do real, ao lado de Bacha, e os ex-presidentes do Banco Central Afonso Celso Pastore e Gustavo Franco. Os artigos refletem uma infatigável série de discussões ocorridas ao longo do ano passado, na Casa das Garças, residência projetada por Oscar Niemeyer na década de 50.

Ali, há três anos, funciona o Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe), a poucos metros da PUC-Rio, de onde saíram seus fundadores. Ainda que os autores sejam alinhados ideologicamente — essencialmente liberais —, não foram poucas as discordâncias. Mas, se há um consenso, é que o atual modelo e seu tripé de sustentação — controle dos gastos públicos, regime de metas de inflação e câmbio flutuante — precisam ser mantidos. Por quê? Seu abandono traria incertezas, os juros subiriam e projetos voltariam a ser engavetados.

2 REDUÇÃO DA DÍVIDA

No prefácio do livro, o ex-presidente do BC Armínio Fraga sentencia: “A principal distorção da atual cena econômico-financeira do Brasil é o altíssimo nível das taxas de juros”. Isso se deve, entre outros motivos, ao ainda elevado risco de investir no país. Para minorar esse problema, o governo terá de cortar gastos e reduzir o endividamento. O ajuste das contas controlaria a inflação e diminuiria a necessi-

dade de financiamento do governo, abrindo espaço para juros menores. Outro ponto fundamental seria uma legislação que desse autonomia operacional ao BC, porque reduziria o temor de um repique inflacionário. “Em todos os países que deram independência ao banco central os juros caíram”, afirma Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC.

3 TRIBUTAÇÃO MAIS SIMPLES

Que os impostos subiram nos últimos anos não é novidade. Nem que a tributação elevada representa um dos maiores empecilhos ao crescimento. Mas, no sistema financeiro, o efeito foi especialmente de distorção e de perversidade. Na ânsia de arrecadar, o governo criou uma enormidade de tributos que incidem sobre as transações financeiras — a CPMF é o mais famoso deles. A carga tributária no setor financeiro dobrou entre 1995 e 2004. Resultado? O financiamento para empresas

e consumidores ficou mais caro. O irônico é que isso acabou atingindo o potencial de arrecadação a longo prazo, porque inibiu o aumento do crédito na economia. “O imposto deveria ser cobrado sobre o lucro da operação, como ocorre nos Estados Unidos, e não em cima de cada transação”, propõe Bacha. O efeito seria o aumento do crédito a um custo menor.

4 O MERCADO VICIADO

Durante as crises dos últimos vinte anos, os países em desenvolvimento tiveram a confiabilidade colocada em xeque. Os credores exigiram juros mais elevados para emprestar dinheiro a esses países. A moeda de alguns ficou tão desacreditada que a única saída foi a dolarização. O Brasil escapou desse caso extremo. Mas, para atravessar as crises, a equipe econô-

mica criou um artifício: começou a emitir títulos de curtíssimo prazo, cujas taxas de retorno são ajustadas diariamente, conforme as alterações decididas pelo BC. São as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), que oferecem pouco risco ao investidor. Metade da dívida brasileira é composta desses papéis. Esses títulos, porém, minam a eficácia da política monetária, que precisa ser mais dura — com juros mais altos — para controlar a inflação. Normalmente, os países avançados emitem títulos de longo prazo, com taxas prefixadas. Isso deixa a economia menos vulnerável a choques. Como eliminar as LFTs? Esse foi um dos temas mais controversos nos debates da Casa das Garças. A maioria crê numa redução lenta, conforme o país ganhe credibilidade. Outros dizem que o mercado ficou viciado nesses papéis, e o governo precisará adotar medidas para desestimular a compra deles.

5 NOVA CULTURA DO POUPADOR

A cultura dos poupadores terá de mudar. Calejados com as perdas no período de alta inflação, os brasileiros se acostumaram a fazer aplicações de curto prazo, com possibilidade de resgate diário. Esse imediatismo impossibilita que a poupança nacional financie projetos de longo prazo, fundamentais ao desenvolvimento. Nos países avançados são comuns os fundos em que os recursos só podem ser resgatados após um ano. Como mudar isso? Aí as discussões pegaram fogo. Para Gustavo Franco, os atuais fundos de investimento são extremamente lucrativos para os bancos, que resistirão a mudanças. Por isso o governo precisa torná-los mais arriscados e menos rentáveis. Os menos céticos crêem que o alongamento virá naturalmente, com a queda dos juros e a redução do risco Brasil. Diz Ilan Goldfajn, ex-BC: “Será uma transição gradual.” ■

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna na tarde de hoje para solicitar que seja encaminhada aos Anais do Senado Federal a matéria intitulada “A guerra nos porões”, publicada na revista **Veja**, de 17 de maio do corrente.

A matéria comenta as declarações do banqueiro Daniel Dantas, que diz ter sofrido perseguição do Governo Lula por rejeitar pedidos de propina de “dezenas de milhões de dólares” feitos por petistas em 2002 e 2003.

Sr. Presidente, solicito mais uma vez que a matéria acima citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A GUERRA NOS PORÕES

O banqueiro Daniel Dantas tem uma lista com contas em paraísos fiscais que seriam do presidente Lula e do resto da cúpula do PT

Marcio Aith

O banqueiro Daniel Dantas está prestes a abrir um capítulo explosivo na investigação sobre os métodos da "organização criminosa" que se instalou no governo e o estrago causado por ela ao país. Seu nome voltou ao foco na quarta-feira passada, durante o depoimento de Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, à CPI dos Bingos. Na sessão, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) revelou o teor de um documento no qual o banco Opportunity, controlado por Dantas, diz ter sofrido perseguição do governo Lula por rejeitar pedidos de propina de "dezenas de milhões de dólares," feitos por petistas em 2002 e 2003. A carta, escrita por advogados de Dantas e entregue à Justiça de Nova York, onde o banqueiro é processado pelo Citigroup por fraude e negligência, é só o começo de uma novela que, a julgar pela biografia de Dantas, não se resume a uma simples tentativa frustrada de achaque.

Para defender-se das pressões que garante ter sofrido do PT nos últimos três anos e meio, Dantas acumulou toda sorte de informações que pôde coletar sobre seus algozes. A mais explosiva é uma relação de cardeais petistas que mantinham dinheiro escondido em paraísos fiscais. Entre eles estão o presidente Lula, os ex-ministros José Dirceu (Casa Civil), Antonio Palocci (Fazenda), Luiz Gushiken (Secom), o atual titular da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e o senador Romeu Tuma (PFL-SP). A lista é fruto de um trabalho de investigação feito pelo americano Frank Holder, ex-diretor da agência internacional de espionagem Kroll. Ela apresenta uma série de números de contas, seus titulares, os nomes dos bancos e os saldos referentes ao primeiro trimestre de 2004. Holder disse ter comprova-

do a existência das contas por meio de depósitos. Além disso, Dantas compilou metodicamente não só os pedidos de propina como também as contratações e os pagamentos efetivamente feitos para tentar aplacar as investidas do atual governo sobre seus interesses. Se pelo menos uma parte desse material for verdadeira, o governo Lula estará a caminho da desintegração. Isso, é claro, se o Brasil ainda mantiver as aspirações a se tornar um país sério. Se o material for fruto de falsificação, Dantas vai afundar-se ainda mais na confusão policial na qual se meteu desde que contratou a Kroll para montar dossiês de seus adversários dentro do governo. Em entrevista ao colunista Diogo Mainardi (veja na pág. 45), o banqueiro dá uma idéia do que tem em mãos. Seu arsenal é maior.

VEJA teve acesso à lista das supostas contas dos petistas em setembro de 2005, com o conhecimento de Dantas. De posse dela, a revista deu início a um exaustivo trabalho de apuração. A reportagem encontrou-se com Frank Holder uma vez em Zurique, na Suíça, e outras duas vezes em Buenos Aires. Holder tem uma longa história no mundo da investigação. Oficial de inteligência da Força Aérea dos Estados Unidos, ele transferiu-se para a seção de assuntos latino-americanos da CIA no começo dos anos 90. Nessa condição serviu na Embaixada dos EUA em Buenos Aires até desligar-se, em meados dos anos 90, para fundar a empresa Holder Associates, adquirida em 1998 pela Kroll, da qual se tornou diretor. Em 2003 e 2004, como dirigente da Kroll, supervisionou o trabalho feito para a Brasil Telecom. Foi nesse período que conheceu Dantas e saiu-se com a lista das supostas contas dos petistas em paraísos fiscais.

Inicialmente, Holder explicou a VEJA que a lista fo-

O SIGILO DO COMPADRE

Daniel Dantas pagou 1 milhão de reais ao advogado Roberto Teixeira, padrinho de um dos filhos de Lula. Teixeira não explica qual serviço prestou para Dantas, alegando que assinou uma "cláusula de sigilo" com o banqueiro

ASSÉDIO AO PRIMEIRO-FILHO

Dantas se esforçou para agradar a Fábio Luis Lula da Silva e a seus sócios da Gamecorp. Patrocinou o programa de TV do grupo com 100 000 reais mensais e bancou despesas de uma viagem da trupe à Coreia do Sul e ao Japão

**PUBLICITÁRIO
LULISTA**

Em 2004, Dantas contratou a Matisse para realizar "estudos estratégicos" depois de saber que o dono da agência era Paulo de Tarso Santos, que atende o governo federal e foi marqueteiro das campanhas de Lula em 1989 e 1994

HONORÁRIO MILIONÁRIO

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, levou uma sinecura. Conhecido por "abrir os caminhos" que levam a José Dirceu, ele recebeu 8 milhões de reais para "assessorar" Daniel Dantas

O ESPECIALISTA

Marcos Valério detinha as milionárias contas publicitárias da Telemig Celular e da Amazônia Celular. Mas também prestava outro serviço a Dantas: levava ao banqueiro recados de Delúbio Soares, o homem forte do caixa dois petista

Name: Tuma, Romeu

Bank: [REDACTED]

Account no: [REDACTED]

Cash: €1,109,056.51

Name: Lacerda, Paulo

Bank: [REDACTED]

Account no: [REDACTED]

Cash: €1,121,002.09

Name: Bastos, Márcio

Bank: [REDACTED]

Account no: [REDACTED]

Cash: \$1,477,551.66

Name: Gushiken, Luiz

Bank: [REDACTED]

Account no: [REDACTED]

Cash: €902,105.08

Name: Da Silva, Luiz Inaci

Bank: [REDACTED]

Account no: [REDACTED]

Cash: \$38,552.23

Name: Dirceu, Jose

Bank: [REDACTED]

Account no: [REDACTED]

Cash: \$36,255.36

Name: Palocci, Jr. Antonio

Bank: [REDACTED]

Account n°: [REDACTED]

Cash: \$2,126,805.00

**A LISTA COM AS SUPOSTAS
CONTAS SECRETAS**

Na lista produzida por Holder e Manzano, para uso de Daniel Dantas, o presidente e outras autoridades aparecem como detentores de dinheiro em paraísos fiscais. VEJA usou de todos os seus meios para comprovar a veracidade dos dados. Não foi possível chegar a nenhuma conclusão — positiva ou negativa

ra obtida pela Kroll no curso da investigação de outro escândalo: o da quebra, no Brasil e na Itália, da companhia de laticínios Parmalat. Segundo ele, foram recuperados, nessa investigação, documentos que comprovavam detalhes do pagamento de propina da Parmalat a autoridades dos dois países. Desdobrados, esses dados teriam, por tabela, batido na rede de corrupção pessoal do governo do PT. Em dois encontros com a reportagem de VEJA, autoridades judiciais em Milão, encarregadas do caso Parmalat, afirmaram desconhecer essa conexão. Confrontado com a negativa italiana, Holder então mudou sua versão. Passou a dizer que as contas foram rastreadas por hackers pagos pelo ex-ministro argentino José Luis Manzano, símbolo da corrupção do governo Carlos Menem. Hoje dono do terceiro maior grupo de comunicações da Argentina, Manzano é freqüentemente acusado, em seu país, de manter uma equipe de investigadores privados para chantagear inimigos. Em conversa com VEJA, em Buenos Aires, Manzano confirmou ter entregue "algumas contas de brasileiros" a Holder, como um favor pessoal, e autorizou seus funcionários a fornecer novos papéis que comprovariam como as contas dos petistas foram hackeadas. Nesses papéis, os saldos eram bem maiores do que os que constavam na lista original e um novo nome surgiu: o de Duda Mendonça

Por todos os meios legais, VEJA tentou confirmar a veracidade do material entregue por Manzano. Submetido a uma perícia contratada pela revista, o material apresentou inúmeras inconsistências, mas nenhuma suficientemente forte para eliminar completamente a possibilidade de os papéis conterem dados verídicos. Diante de tal indefinição, e tendo em vista que o nome de Dantas voltou a aparecer na CPI, VEJA decidiu quebrar o acordo feito com o banqueiro do Opportunity e Manzano. O compromisso inicial era preservar o nome de ambos, caso se pudesse comprovar a veracidade das contas. Nada mais justo: a revelação seria um serviço prestado ao Brasil, uma vez que levaria grandes nomes da República a ter de explicar a origem do dinheiro depositado no exterior. Revelar agora que Dantas — e, por tabela, Manzano — está por trás de uma lista em que o presidente Lula aparece como dono de uma conta num paraíso fiscal viabilizará, acredita VEJA, que investigações oficiais sejam abertas. Ao mesmo tempo, isso impedirá que o banqueiro do Opportunity venha a utilizar os dados como instrumento de chan-

tagem em que o maior prejudicado, ao final, seriam o país e suas instituições. No quadro da página ao lado, o elenco das contas foi reproduzido, com os números e nomes dos bancos propositalmente apagados. A revista só os cederá mediante requisição legal.

Dantas alega estar apenas defendendo-se de pressões e achaques dos petistas que queriam tirá-lo do comando da Brasil Telecom. Ainda que existam fortes evidências nesse sentido, o banqueiro não cabe na fantasia de vítima. Principalmente quando se sabe que usou dinheiro para acercar-se de pessoas próximas do presidente Lula e de José Dirceu. Dantas tentou seduzir Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e seus sócios da Gamecorp. Antes de o grupo ser vendido à Telemar, o banqueiro pagava a Lulinha e sua trupe 100 000 reais mensais, para que fornecessem conteúdo para o portal de internet da Brasil Telecom. Por último, ofereceu uma bolada para tornar-se sócio da Gamecorp. No fim, *game over* para Dantas: Lulinha preferiu os agrados da rival Telemar. Dantas deu também 1 milhão de reais ao advogado Roberto Teixeira, padrinho de um dos filhos de Lula. Até hoje, ninguém explicou o que o compadre fez para merecer tanto dinheiro. Teixeira se limita a dizer que foi em troca de um serviço “sigiloso”. O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, também mereceu atenção especial. Amicíssimo do deputado cassado por corrupção José Dirceu, ele foi contratado por Dantas a peso de ouro. Levou 8 milhões de reais para “assessorar” o banqueiro. Com isso, Dirceu, que foi ministro-chefe da Casa Civil de Lula, tornou-se mais sensível aos pleitos do Opportunity. Tem mais. Dantas deu a Marcos Valério as contas publicitárias da Telemig Celular e da Amazônia Celular, num total de 130 milhões de reais. Além de fazer anúncios para Dantas, o carequinha levava ao banqueiro as propostas não republicanas de Delúbio Soares. Em 2004, o banqueiro colocou na sua folha de pagamentos a agência Matisse, de propriedade de Paulo de Tarso Santos, petista histórico e marqueteiro das campanhas de Lula em 1989 e

1994. A Matisse foi contratada para “reposicionar” a marca da Brasil Telecom. Mas o que fez mesmo foi ajudar a “reposicionar” Dantas frente ao governo petista.

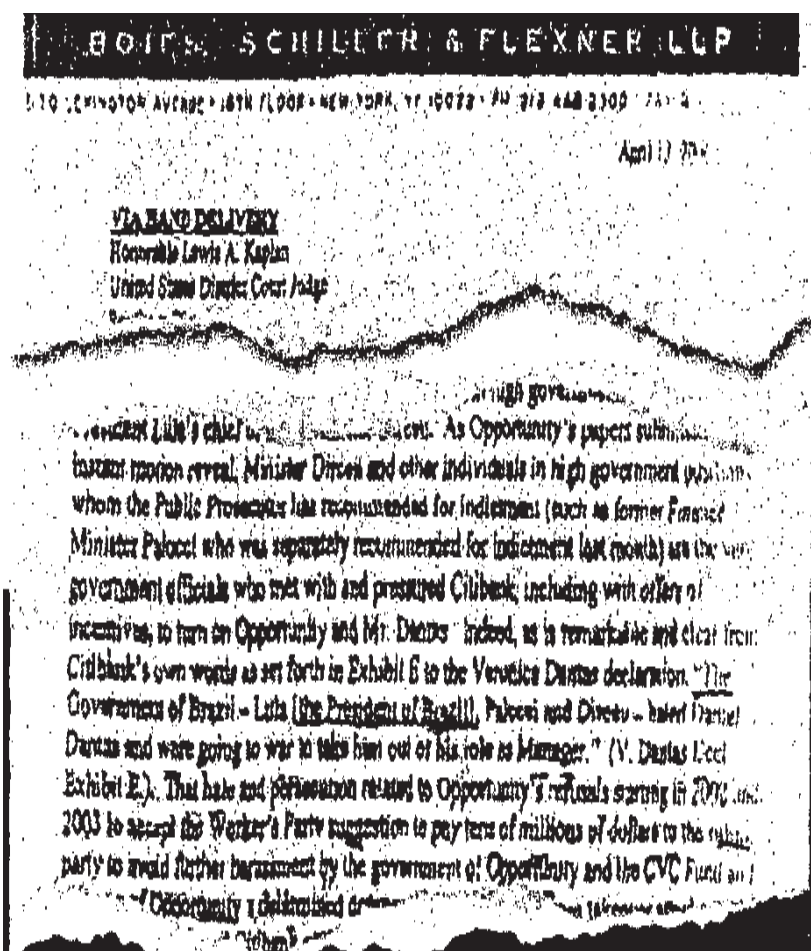
Dantas é assim: rápido e precavido. Tão precavido que começou a reunir seu arsenal anti-PT ainda em novembro de 2002, logo após a vitória de Lula no segundo turno das eleições. Dantas foi, então, procurado pelo megainvestidor Naji Nahas. Dele recebeu um alerta: uma vez no poder, o PT romperia o acordo de acionistas que permitia a Dantas gerir a empresa de telefonia Brasil Telecom com dinheiro de fundos e pensão de estatais. Nahas também contou que o próprio Lula decidira arcar o Opportunity do comando da Brasil Telecom e entregá-lo à Telemar, de Carlos Jereissati. O investidor relatou pormenores de uma reunião do conselho da Telemar na qual se discutiram detalhes de um acordo firmado entre Jereissati e a cúpula do Partido dos Trabalhadores. Na ocasião também teria sido negociado um esquema de nomeações e ajuda financeira a campanhas eleitorais. Munido dessas informações, Dantas as resumiu num texto, que mandou criptografar. A versão codificada foi publicada na edição de 22 de outubro de 2002 do jornal *Estado de Minas*. Há dúvidas sobre a relevância do papel, mas Dantas anda com uma cópia dele no bolso. Cabe agora ao próprio banqueiro quebrar o seu “Código Da Vinci” pessoal.

No ano passado, Dantas foi defenestrado do comando da Brasil Telecom pelo Citigroup, que agora o acusá na Justiça americana por fraude e negligência. Ele diz ser vítima de uma conspiração entre o governo petista, que o achacou, e o banco americano, que o perseguiria a pedido do próprio presidente Lula. Foi essa briga judicial que produziu o documento lido pelo senador Arthur Virgílio na CPI dos Bingos. Outros milhares de e-mails e documentos serão divulgados em breve. Vários deles relatam encontros entre o presidente Lula e a direção do Citigroup. Outros detalham pedidos de propina feitos

pelo PT a Dantas. Se quiser realmente esclarecer os fatos, o dono do Opportunity poderia contar publicamente o que pagou e o que deixou de pagar aos petistas.

Uma dica: ele poderia revelar, por exemplo, quantos encontros teve com o ex-presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, e o que foi discutido em cada um deles. Já se sabia que Guimarães operou como uma espécie de genérico de Delúbio durante a campanha presidencial de 2002. O que não se sabia, e Dantas certamente pode comprovar, é que Ivan continuou operando na clandestinidade em 2003 e em 2004, já no governo, achacando empresas e empresários. Ivan procurou Dantas em setembro de 2004. Queria falar sobre a investigação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Opportunity. Dias depois, a comissão julgaria um processo contra o banco, acusado de burlar regras do Banco Central ao admitir brasileiros num fundo de investimento das Ilhas Cayman. O Opportunity poderia ser inabilitado pela CVM, mas acabou recebendo uma pena leve. Esse Ivan é mesmo terrível.

Outra dica: Dantas poderia contar às CPIs como Yon Moreira da Silva, ex-diretor de Negócios Corporativos da Brasil Telecom, lhe apresentou a idéia de comprar parte da Gamecorp, a empresa de Lulinha. Aliás, o próprio Yon pode colaborar com as investigações. Depois que as circunstâncias vergonhosas do caso Gamecorp foram denunciadas por VEJA, o ex-diretor da Brasil Telecom declarou que a Telemar fizera um bom negócio e pagara um preço justo para tornar-se sócia do filho do presidente. O que Yon não conta é que essa declaração lhe foi implorada pelo próprio Palácio do Planalto — mais especificamente pelo então ministro Jaques Wagner, que, falando em nome do presidente Lula, pediu a Dantas que o ajudasse a preservar o filho do presidente. Como se vê, o obscuro Dantas daria uma ótima contribuição ao país se saísse de uma vez das sombras. Coragem, Dantas! ■



"(...) O ministro Dirceu e outros indivíduos em altos cargos no governo (...) são as mesmas autoridades que se reuniram com o Citibank e pressionaram o banco (...) para atacar o Opportunity e o senhor Dantas. De fato, como fica claro e evidente pelas próprias palavras do Citibank constantes na prova E da declaração de Verônica Dantas, 'o governo do Brasil - Lula, Palocci e Dirceu - odiava Dantas'. Esse ódio se relacionava à recusa do Opportunity, a partir de 2002 e 2003, de aceitar a sugestão do PT para pagar dezenas de milhões de dólares ao partido para evitar novos assédios ao Opportunity e ao Fundo CVC"



UMA MALA SEM FUNDO

Segundo ofício que os advogados de Dantas mandaram à Justiça de Nova York, o PT pressionou o Citigroup a romper acordo com o banqueiro e tentou extorquir o Opportunity em "dezenas de milhões de dólares"

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Banditismo e Podridão”, publicada pela revista **Veja**, de 24 de maio do corrente.

A matéria destaca que “Ao atacar **Veja**, Lula usou adjetivos que seriam mais indicados para qualificar o seu governo”. A revista mostra que “desde 2005, quando **Veja** revelou o escândalo da corrupção nos Correios, Lula, seus ministros e aliados se esforçaram para negar todas as revelações feitas pela revista. Foi assim com o valerioduto, a empresa de Lulinha, os sacadores do

mensalão, os dólares de Cuba, a quebra do sigilo do caseiro, e por aí vai”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BANDITISMO E PODRIDÃO

Ao atacar VEJA, Lula usou adjetivos que seriam mais indicados para qualificar o seu governo

Na semana passada, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desferiu contra **VEJA** o pior ataque já feito por uma autoridade pública a um órgão de imprensa desde a redemocratização do país. Ao comentar a reportagem da revista sobre o arsenal de informações contra o governo estocado pelo banqueiro Daniel Dantas, Lula atacou o mensageiro e não a mensagem. O presidente disse que: 1) **VEJA** atingira “o limite da podridão”; 2) o autor do texto era “bandido, mau-caráter, malfetor, mentiroso”; e 3) na redação da revista não havia ninguém com “10% da dignidade” dele próprio — como se dignidade pudesse ser medida em porcentagem, assim como as propinas dos petistas. Em seguida, Lula afirmou que não havia lido a reportagem contra a qual vociferara. Típico.

Desde 2005, quando **VEJA** revelou o escândalo da corrupção nos Correios, Lula, seus ministros e aliados se esforçaram para negar todas as revelações feitas pela revista. Foi assim com o valerioduto, a empresa de Lulinha, os sacadores do mensalão, os dólares de Cuba, a quebra do sigilo do caseiro, e por aí vai. Nestas páginas, **VEJA** apresenta uma lista dos principais escândalos da era Lula — escândalos que só vieram à tona graças ao trabalho da imprensa. Chama atenção o fato de que, quando eles eclodiram, o presidente jamais utilizou contra seus protagonistas — estes, sim, malfetores — os termos empregados em relação à reportagem exemplar de **VEJA**. Mas os fatos estão aí, ainda que Lula tente igno-

rá-los. Se ele quiser estender-se sobre “banditismo” e “podridão”, é preciso que olhe para seu próprio governo.

CORRUPÇÃO NOS CORREIOS

O banditismo: em maio de 2005, **VEJA** publicou reportagem sobre **Maurício Marinho**, um funcionário dos Correios flagrado em vídeo embolsando propina de 3.000 reais. A revista informou que Marinho fazia parte de uma rede de corrupção que arrecadava recursos para o PTB, de Roberto Jefferson, com o aval do PT. Outros órgãos federais, como o IRB, também estavam no esquema.

A podridão: o ex-ministro José Dirceu classificou a reportagem como “golpismo das elites”, afirmou que o governo Lula “não rouba nem deixa roubar” e garantiu que a corrupção nos Correios era “um caso isolado”. O PT tentou impedir o Congresso de investigar o caso. **O desfecho:** funcionários das empresas confirmaram as denúncias. Todos os diretores dos Correios e do IRB foram afastados.

VALERIODUTO

O banditismo: em junho de 2005, **VEJA** informou que **Marcos Valério** havia montado um grande esquema de lavagem de dinheiro a pedido do PT. Segundo a reportagem, Valério distribuía dinheiro a políticos de vários partidos para garantir apoio a Lula no Congresso. No mês seguinte, a revista mostrou que Valério e os petistas José Genoino e Delúbio Soares haviam firmado contratos milionários de empréstimos nos bancos Rural e BNCG.

A podridão: antes de **VEJA** publicar cópias de contratos assinados por Valério, Genoino e Delúbio, os três retutaram as afirmações da revista. Valério afirmou que todas as acusações eram mentirosas. Delúbio garantiu que nunca havia transgredido os “limites da ética política”. Genoino disse “nunca ter assinado” nenhum empréstimo.

O desfecho: a análise da contabilidade de Valério comprovou todas as denúncias e revelou a existência do mensalão, esquema descrito por Roberto Jefferson em entrevista à *Folha de S. Paulo*.

LULINHA E A GAMECORP

O banditismo: **Fábio Luis da Silva**, filho do presidente Lula, montou uma empresa no segundo ano do governo do pai, a Gamecorp. Logo em seguida, ficou sócio da gigante *Telema* e levou 5 milhões de reais no negócio. A operação não foi comunicada à Comissão de Valores Mobiliários, como deter-

mina a lei. A história foi revelada na edição de **VEJA** de 13 de julho de 2005.

A podridão: o presidente Lula se recusou a investigar o caso. Em um discurso indignado, disse ser alvo de um “golpe baixo” da imprensa destinada a “invadir sua vida privada”.

O desfecho: a reportagem de **VEJA** foi inteiramente confirmada, mas o governo não tomou

nenhuma providência sobre o caso.

DINHEIRO NA CUECA

O banditismo: em julho de 2005, José Adalberto Vieira da Silva foi preso no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com 100.000 dólares e 200.000 reais escondidos na cueca. Ele era assessor do deputado cearense José Nobre Guimarães, irmão de José Genoíno, ex-presidente do PT.

A podridão: Adalberto tentou dizer que o dinheiro havia sido obtido com a venda de "legumes e verduras". Genoíno não se manifestou sobre o caso. Guimarães foi poupado de dar explicações. Sua única punição foi ser expulso da executiva do partido no Ceará.

O desfecho: apesar de ter sido apanhado em flagrante, José Adalberto teve a prisão relaxada logo em seguida. Ninguém foi preso nem punido pelo episódio.

CASO BOB MARQUES

O banditismo: em 3 de agosto de 2005, VEJA trazia uma informação que afetava diretamente o ex-ministro José Dirceu. A CPI dos Correios havia encontrado uma autorização de saque no valerioduto no valor de 50.000 reais em nome de Roberto Marques, conhecido como Bob, secretário particular de Dirceu.

A podridão: José Dirceu disse que quem aparecia na lista era um homônimo do seu secretário. O ex-ministro se esforçou para esconder o nome de Bob Marques porque sabia que a autorização de saque em nome de seu assessor era a prova cabal de sua ligação com o dinheiro sujo do valerioduto.

O desfecho: apesar de tentar ocultar suas relações com Marcos Valério, Dirceu foi cassado pela Câmara em novembro do ano passado e não poderá se candidatar a nenhum cargo público até 2015.

PALOCCHI E OS LOBISTAS

O banditismo: no fim de agosto, a revista informou que Antônio Palocci, então

ministro da Fazenda, mantinha perigosas relações com um grupo de lobistas. Na semana seguinte, revelou que eles se encontravam em uma luxuosa mansão no Lago Sul de Brasília.

A podridão: Antônio Palocci convocou uma entrevista coletiva naquele fim de semana para refutar todas as afirmações da revista. Também disse que não se encontrava com os lobistas e que, se tivesse ido à tal casa, deixaria seu cargo no governo.

O desfecho: Palocci foi desmentido por Rogério Buratti, seu ex-assessor, e por Francenildo Costa, o caseiro da mansão.

OS DÓLARES CUBANOS

O banditismo: Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci, transportou dólares vindos de Cuba em um jatinho particular no ano de 2002. Poletto levou o dinheiro de Brasília para um escritório do PT em São Paulo. VEJA revelou os bastidores do transporte de dinheiro em novembro de 2005.

A podridão: o PT pressionou Poletto a desmentir o conteúdo da reportagem durante seu depoimento à CPI dos Bingos. Ele negou ter dado as informações a VEJA e alegou até que, se havia dito alguma coisa, era porque estava alcoolizado.

O desfecho: Poletto saiu da CPI desmoralizado, pois sua entrevista havia sido gravada. E ele estava sóbrio.

MARKETING BANDIDO

O banditismo: em janeiro deste ano, VEJA revelou que Duda Mendonça, ex-marqueteiro de

Lula, que já havia admitido ter recebido dinheiro do caixa dois petista nas Bahamas, também tinha outra conta secreta em Miami e estava envolvido com remessas ilegais de dinheiro para o exterior, desvio de verbas de órgãos públicos, sonegação de impostos e crimes eleitorais.

A podridão: Duda atacou duramente a revista em notas publicadas nos maiores jornais do país. Lula, apesar das revelações, permitiu que Duda continuasse sendo o titular da milionária conta publicitária da Petrobras.

O desfecho: as outras contas de Duda no exterior vieram à tona e ele foi citado pela Procuradoria Geral da República como um dos quarenta membros da "organização criminoso" petista.

O SIGILO DO CASEIRO

O banditismo: em abril, VEJA publicou reportagem em que revelava que o ministro Antônio Palocci havia sido o mandante da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

A podridão: o governo tentou montar uma farsa para preservar a imagem de Palocci diante da opinião pública. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ajudou na tentativa de criar uma versão que eximisse Palocci de responsabilidade.

O desfecho: o ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso confessou ter recebido ordem de Palocci para quebrar o sigilo do caseiro. O ministro foi demitido.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ele voltou – e com estrondo”, publicada pela revista *Época*, de 15 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Matheus Leitão, questiona: “A súbita e barulhenta reaparição de Silvio Pereira pode atrapalhar a caminhada de Lula rumo ao segundo mandato?”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ele voltou – e com estrondo

A súbita e barulhenta reaparição de Silvio Pereira pode atrapalhar a caminhada de Lula rumo ao segundo mandato?

MATHEUS LEITÃO

O escândalo do mensalão foi comparado várias vezes ao caso Collor pelas coincidências entre os dois esquemas. O empresário Marcos Valério de Souza, tesoureiro do caixa do Partido dos Trabalhadores, foi chamado de PC Farias do PT. Assassinado há dez anos, PC, ou Paulo César Farias, era tesoureiro e amigo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Nos dois casos, há dinheiro escondido no exterior, corrupção em empresas públicas e impunidade, até agora, para os suspeitos de corrupção privada. Na semana passada, surgiu mais uma semelhança. Num entrevista ao jornal *O Globo*, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira afirmou que o valerioduto almejava arrecadar R\$ 1 bilhão – dinheiro que sairia de negócios com o governo para financiar o projeto eleitoral do PT. A meta do esquema de PC Farias também era atingir US\$ 1 bilhão. A diferença é apenas a moeda.

Na entrevista à repórter Soraya Aggege, Silvino, como é conhecido, fez várias afirmações bombásticas. Uma delas: “Quando estourou o escândalo, nós nos encontramos com ele. Marcos Valério disse três coisas: ‘Olha, tenho três opções. Entregar todo mundo e derrubar a República, ficar quieto e acabar como PC Farias, ou o melhor termo’. Foi isso”. Disse também que

De acordo com Silvino, a meta do esquema do mensalão era arrecadar R\$ 1 bilhão para o PT

a idéia era levantar dinheiro abrindo as portas do governo e do Banco Central aos donos dos bancos Econômico, Mercantil de Pernambuco – que estão quebrados – e Opportunity.

Feita na casa de Silvio Pereira, em São Paulo, a

entrevista levou dois dias. No segundo, ao ser confrontado com as declarações que dera na véspera, Silvio pediu que a entrevista não fosse publicada. Disse que gente poderosa poderia matá-lo e teve uma crise nervosa. Jogou uma mesa no chão, quebrou objetos e machucou a mão. A repercussão da entrevista provocou a reconvocação de Silvio Pereira para a CPI dos Bingos – ele tentou evitá-la apresentando um laudo médico ao Supremo Tribunal Federal e um atestado de que sofria de “estresse pós-traumático”. Não deu certo. Obrigado a comparecer à CPI dos Bingos na quarta-feira, Silvino deu um depoimento patético, em que não desmentiu a entrevista, mas tentou recuar em suas afirmações. “Do que falei, não sei mais o que é fantasia, o que criei na minha cabeça”, disse. O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moares (PFL-PB) afirmou depois: “A amnésia do Silvino depende muito da pergunta que é feita e do interesse dele de responder”.

Sociólogo de 44 anos, casado e pai de uma filha, Silvio Pereira fez carreira na burocracia interna do partido desde os anos 80. Dentro do PT, era uma figura folclórica. Como costuma trocar palavrões, confundir nomes e inventar trocadilhos, ganhou o apelido de *Martão* numa alusão a personagem Magda, a moirana burra do programa *Sai de Baixo*, que era exibido aos domingos pela TV Globo. De burro, Silvio não tem nada. Cresceu dentro do PT num ambiente de disputa extremamente acirrada entre as várias correntes internas. Quando Lula chegou à Presidência, Silvio pediu um cargo no governo. Em vez disso, foi designado para comandar o partido com o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-presidente José Genoino.

Como secretário-geral do PT, Silvio Pereira passou a negociar cargos com partidos da base aliada logo após a eleição de Lula. Ele ficou enfraquecido – como todo o primeiro time do governo Lula e do PT – depois de ser acusado pelo deputado cassado Roberto Jefferson de comandar as nomeações do governo e de ser apontado como “gerente do mensalão”. Mais tarde descobriu-se que Silvino havia sido presenteado com um jipe Land Rover, avaliado em R\$ 74 mil, da empresa GDK, supostamente em troca de favores ao governo.

Até que ponto a reaparição de Silvio Pereira na cena política pode atrapalhar os planos de segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva? Na entrevista ao *Globo*, ele citou, sibilinamente, Lula. Disse que quem mandava no partido eram Lula, o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do

partido José Genoino e o senador Aloizio Mercadante. Silvino se colocou num papel secundário diante desse quarteto. Estaria ele insinuando que Lula tinha ciência do mensalão? Caso a resposta fosse sim, poderia significar, para a oposição, uma mais que bem-vinda

oportunidade de ataque num cenário de franco favoritismo de Lula. Mas não deconcer da semana essa hipótese foi perdendo força. Mesmo assim, a estratégia da oposição no Congresso será tentar manter o assunto em pauta e a temperatura política elevada. Nesta terça-feira, a CPI dos Bingos votará a convocação do publicitário Marcos Valério e a quebra de sigilo tele-

“Do que falei, não sei mais o que é fantasia, o que criei na minha cabeça e o que é ficção”, disse Silvino

fônico e bancário do ex-ministro José Dirceu, do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e do próprio Silvio Pereira.

Lula tentou demonstrar distância do episódio e continuou a fazer seu périplo eleitoral como se nada tivesse ocorrido. Na mesma semana

em que veio à tona a entrevista de Silvino, o PT deu um lance importante no tabuleiro da reeleição. Definiu o nome do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, como candidato ao governo de São Paulo. Mercadante foi escolhido depois de derrotar

numa prévia interna a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy.

Para os planos de Lula, a escolha de Mercadante como candidato pode ter um impacto positivo muito maior que o eventual estrago provocado pelos destemperos de Silvinho. É certo que,

no xadrez eleitoral, Mercadante tem pouca chance de derrotar o ex-prefeito José Serra na disputa pelo governo paulista. Na última pesquisa do Ibope, Serra tinha 55% das intenções de voto, contra 8% de Mercadante. Mas o candidato petista pode, ao disputar o governo, também atrair votos para a candidatura de Lula à Presidência.

Ao fazer isso, ele combate o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin em seu principal reduto eleitoral. No mês passado, Lula já conseguiu reduzir pela metade a vantagem que o ex-governador Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à Presidência, tem em São Paulo ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Delúbio pediu dinheiro ao Opportunity, diz ex-sócio”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de 16 de maio do corrente.

Em sua matéria, a jornalista Janaína Leite informa que o empresário Carlos Rodenburg, ex-sócio do Opportunity confirmou as declarações do banqueiro Daniel Dantas de que teria recebido em 2003 de Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, um pedido para contribuir com o partido. O pedido foi feito quatro meses depois do PT assumir o Governo.

Rodenburg também disse que o empresário Marcos Valério estava presente no encontro.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada na íntegra como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT SOB SUSPEITA

Opportunity denuncia tentativa de extorsão

Verônica, irmã de Daniel Dantas, prestou depoimento à Justiça de NY

João Domingos
Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), entregou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ringos documento que apresenta a versão de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou extorquir “dezenas de milhões de dólares” do grupo Opportunity, comandado pelo banqueiro Daniel Dantas. É a cópia de ofício enviado em 13 de abril ao juiz Lewis A. Kaplan, da corte distrital de Nova York, pelo escritório de advocacia Boies, Schiller & Flexner, contratado pelo Opportunity para defender seus interesses nos Estados Unidos.

O documento foi entregue durante o depoimento do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, o Silvinho, à CPI. Ele foi intimado a depor depois que o jornal *O Globo* publicou, no domingo, entrevista em que disse que o plano do publicitário Marcos Valério e dos petistas era ganhar dinheiro com operações com os Bancos Oppor-

tunity, Econômico e Mercantil de Pernambuco.

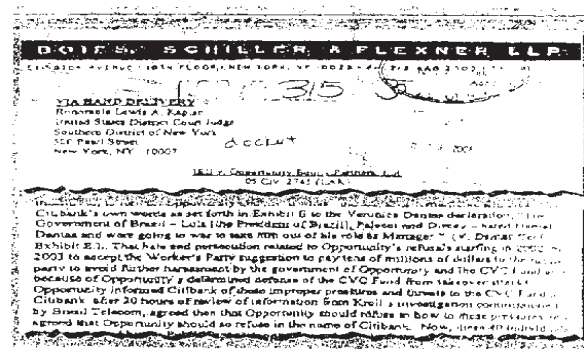
Assinado pelo advogado Philip C. Korolukos, o ofício enviado ao juiz afirma que o Opportunity atraiu a ira do PT ao se recusar, em 2002 e 2003, a fazer doações legais ao PT para evitar que o governo criasse embaraços a seus negócios. O documento reproduz trecho de depoimento dado à Justiça americana pela irmã de Dantas, Verônica, executiva do Opportunity.

REQUERIMENTO – Arthur Virgílio apresentou à CPI dos Ringos requerimento para que os sócios da Brasil Telecom enviem à comissão os papéis do processo que corre em Nova York referentes a interfe-

Ofício inclui trecho de depoimento dado à Justiça americana pela irmã de Dantas

rências de integrantes do governo.

“Aém do Opportunity, são sócios na companhia telefônica o-



fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Prevvi) e o banco americano Citibank. Esses dois sócios se ajeitaram para conseguir afastar Dantas do comando da Brasil Telecom.

Na entrevista que motivou sua convocação para depor na CPI dos Ringos, Silvinho não deu detalhes, mas afirmou que Marcos Valério e os petistas planejaram levantar recursos

com operações que envolviam demandas do Opportunity, Econômico e Mercantil de Pernambuco, além de pendências na área de agropecuária.

DISPUTAS

O ex-secretário-geral do PT disse ainda que havia uma divergência entre o partido e o Opportunity, motivada por disputas que envolviam o Prevvi. ■

Pano de fundo é briga pelo controle da Brasil Telecom

Documento faz parte de processo no qual se enfrentam Dantas e o grupo do Citibank com fundos de pensão

Irany Tereza

O documento apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB) durante a audiência de Sílvia Perreira e parte do volumoso processo que tramita na Corte de Nova York, no qual brigam, de um lado, o Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, e, de outro, o americano Citibank e os fundos de pensão de estatais Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobrás) e Funcef (Caixa Econômica Federal). No centro da disputa, a gestão da Brasil Telecom, a terceira maior operadora de telefonia fixa do País.

Oficialmente, a direção do grupo Opportunity informa que "não se pronuncia sobre o assunto". Nos bastidores, porém, sabe-se que a versão de que Daniel Dantas teria sido procurado por um integrante da cúpula do PT, durante a campanha presidencial de 2002, é confirmada por ele em conver-

sas com amigos. Mas o valor da "doação compulsória" varia de acordo com cada versão.

Os advogados de Opportunity passaram à Corte de Nova York a informação numa tentativa de sensibilizar o juiz Lewis Kaplan para que ele autorizasse o retorno do grupo ao controle da Brasil Telecom ou a venda de participação acionária, que Dantas buscou passar à Telecom Itália numa transação de 460 milhões de euros. O juiz, que no ano passado deu ganho de causa ao Citibank e afastou o Opportunity da gestão dos negócios, acusando explicitamente Dantas de má-fé, vem negando sucessivos recursos do grupo, que, no Brasil, conseguiu liminar que o levaria de volta ao controle da operadora de telefonia, não fosse o obstáculo norte-americano.

Dantas está convencido de que é alvo de vingança do PT. A briga do banco com os fundos de pensão, no entanto, começou três anos antes da eleição

de Lula e ganhou o noticiário no primeiro semestre de 2000, quando a briga entre os sócios já acumulava mais de 50 ações na Justiça. A disputa ruidosa envolveu espionagem empresarial, denúncias de corrupção, suborno e traição.

Mas o Opportunity - que participou do processo de privatização das empresas de telefo-

Apenas quando o grupo americano passou para o lado dos fundos, há cerca de um ano e meio, num acordo financeiro absolutamente desvantajoso para os fundos, o grupo de Dantas foi afastado. Se não conseguirem um bom investidor para a Brasil Telecom até 2007, os fundos comprarão a participação do Citibank por R\$ 1,3 bilhão, mais correção, a despeito de restrições legais.

Fortes ligadas ao Opportunity acusavam os fundos de agirem de acordo com o que determinava o então secretário de Comunicação do Governo, Luiz Gushiken. O ministro foi afastado no meio do escândalo que abalou o governo, quando se revelou que uma empresa da qual era sócio, especializada em previdência, ganhara diversos contratos de serviços para os fundos de pensão.

Das seis empresas originalmente controladas pelo CVC Opportunity, Daniel Dantas conseguiu tornar-se controlador apenas da empresa Santos Brasil, o maior terminal de contêineres no País, que opera no Porto de Santos. Ele continua dividindo com a Andrade Gutierrez o controle da Sanepar, companhia de saneamento do Paraná, mas o gestor da empresa é um contratado dos fundos de pensão. No mais, Dantas perdeu, em efeito domino, a participação na Telemig, na Amazônia Celular e no Metro do Rio. ■

Em conversas com amigos, banqueiro confirmou ter sido procurado pelo PT

nia só como gestor de recursos e participação estimada em 13% na Brasil Telecom - conseguiu se manter no controle do fundo CVC, responsável pela administração das empresas, por força de acordo de acionistas firmado na época da privatização e, principalmente, por continuar tendo como aliado o Citibank.

O ESTADO DE S. PAULO

STF nega pedido para não comparecer à CPI

Defesa alegava que ex-secretário do PT está deprimido

Mariângela Gallucci

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello rejeitou ontem um pedido dos advogados do ex-secretário do PT Silvinho Pereira, o Silvinho, para que ele fosse desobrigado de comparecer ao depoimento marcado para hoje na CPI dos Bingos. Os advogados de Silvinho argumentaram que ele está abalado e até pensa em suicídio, mas Marco Aurélio alegou razões técnicas para negar a solicitação.

O problema ocorreu porque o requerimento da defesa de Silvinho foi vinculado a outro pedido de habeas-corpus apresentado ao Supremo em novembro,

quando Silvinho depôs pela primeira vez na CPI. Na ocasião, Marco Aurélio expediu liminar para que o ex-secretário do PT tivesse o direito de não responder a perguntas que pudessem comprometer sua defesa.

Desta vez, o ministro do STF considerou que era preciso apresentar um pedido desvinculado do primeiro. A defesa anexou um laudo médico que informa que Silvinho está com depressão. "Constatamos que ele se encontrava absolutamente descompensado emocional-

mente, com humor lábil, propendendo para o pólo depressivo, com ideações de menos valia, como de auto-extermínio", sustenta o laudo, expedido segunda-feira em Taubaté (SP).

Os médicos que assinam o documento são Ricardo Bitten court, Nepomuceno e Charles Louis Kirajy, da Clínica Saint Germain. Depois de examinarem Silvinho, os dois concluíram que ele passava por "estado de stress pós-traumático, depressão moderada grave e distímia". No documento, os médicos afirmaram que Silvinho estava "descompensado emocionalmente" e sugeriram a sua internação.

Eles afirmaram que o ex-secretário do PT começou a ser tratado com "antidepressivos inibidores seletivos de recaptação de serotonina, ansiolíticos e neurolepticos atípicos para controlar a fúria aguda". Os médicos dizem ainda que são contra-indica-

das "quaisquer situações que retratadamente essa condição atual de estresse".

Para tentar suspender o depoimento, os advogados argumentaram, além do problema de saúde, que a intimação pela CPI foi feita em período inferior a 48 horas.

Um pedido alternativo, também rejeitado por Marco Aurélio, era que o Supremo esclarecesse aos integrantes da CPI que os questionamentos devem se ater ao objeto da investigação: os bingos. Eles queriam que Silvinho tivesse o direito de se recusar a responder perguntas que pudessem incriminá-lo direta ou indiretamente e que ficasse a seu critério a opção de permanecer calado. ■

MP e PF também ouvirão ex-petista

Silvinho foi intimado a prestar depoimento ainda nesta semana

MARIÂNGELA

Além de ter sido chamado para falar na CPI dos Bingos, o ex-secretário-geral do PT Silvinho Pereira terá de prestar depoimento nesta semana ao Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal.

Procuradores da República no Distrito Federal intimaram Silvinho a depor em quatro procedimentos abertos pelo MPF para apurar irregularidades em licitações e contratos dos Correios envolvendo empresas como SMPB, Novadata, Consórcio Alpha e HHP.

O depoimento foi marcado

para as 8 horas de amanhã. Segundo a assessoria de comunicação do MPF, se ele não comparecer, não está descartada a possibilidade de condução coercitiva. Os procuradores decidiram ouvir o ex-secretário do PT após a publicação de uma entrevista sua no jornal *O Globo* no último domingo.

Na reportagem, Silvinho disse que a intenção do publicitário Marcos Valério era faturar R\$ 1 bilhão no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também afirmou que cumpria ordens do presidente, do ex-ministro José Dirceu (Casa Civil), do senador Aloysio Mercadante

e do ex-presidente do PT José Genoina.

A Polícia Federal intimou Silvinho para saber em que condições ele indicava pessoas da confiança do governo para cargos em empresas estatais. O objetivo é estabelecer se essas indicações passavam pela arrecadação de dinheiro de recursos junto a empresas fornecedoras de serviços para as estatais.

O depoimento, que deverá acontecer amanhã ou na sexta, caso retarde o interrogatório do Ministério Público, será anexado ao inquérito dos Correios, empresa que

recebeu indicações de Silvinho, segundo o próprio ex-secretário-geral petista.

A PF também quer saber se o ex-dirigente do PT possui informações que ajudem a fechar provas do envolvimento de autoridades do governo ou de representantes dos partidos aliados nas irregularidades que foram praticadas nos Correios.

A polícia não descarta a hipótese de desmembrar o inquérito da estatal e abrir investigações específicas para empresas envolvidas no escândalo. ■ MARIÂNGELA GALLUCCI e VANNILDO MENDES

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também desejo registrar o editorial intitulado “Fronteiras confusas”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 23 de maio deste ano.

O editorial destaca que, em mais um exemplo de confusão entre Estado, governo e partido, a administração petista está promovendo uma explosão de sindicalizações entre trabalhadores rurais, o que beneficia principalmente a CUT, central que mantém vínculos históricos com o PT.

Sr. Presidente, requiro que o editorial acima citado igualmente seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fronteiras confusas

EM MAIS um exemplo de confusão entre Estado, governo e partido, a administração petista está promovendo uma explosão de sindicalizações entre trabalhadores rurais que beneficia principalmente a CUT, central sindical que mantém vínculos históricos com o PT.

As verbas do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foram multiplicadas por cinco na atual gestão e, para ter direito aos empréstimos fortemente subsidiados, é preciso provar a condição de trabalhador rural. O governo oferece dois modos de fazê-lo. Um é obter certidão emitida por uma Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Só que essas empresas, dos governos estaduais, pouco atuam. O outro caminho é obter a declaração de um sindicato.

O resultado dessa combinação é duplamente favorável ao governo. De um lado, o aumento das sindicalizações fortalece a

CUT. Dos 3.490 sindicatos hoje filiados à central, 1.272 (36%) já são de agricultores. De outro, um contingente crescente de trabalhadores rurais está sendo beneficiado com verbas que poderão chegar a R\$ 10 bilhões neste ano, o que tende a favorecer o governo nas eleições. A título de comparação, o orçamento do Bolsa-Família, vedete eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é de R\$ 8,7 bilhões neste ano.

É natural que trabalhadores se organizem em sindicatos e que a agricultura familiar receba apoio estatal. O que é lamentável, porém, é verificar que o modelo de financiar essa atividade beneficia os governantes de turno e seus amigos.

Num sindicalismo saudável, centrais crescem quando conseguem promover melhores negociações e oferecer melhores serviços a seus filiados. No sindicalismo petista, a CUT cresce servindo de intermediária na liberação de verbas públicas.

O SR JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Opportunity denuncia tentativa de extorsão”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 11 de maio deste ano.

O artigo destaca que durante a reunião da CPI dos Bingos o Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), entregou um documento que apresenta a versão de que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou extorquir dezenas de milhões de dólares do grupo Opportunity através do banqueiro Daniel Dantas. O documento é uma cópia do ofício que foi enviado em 13 de abril para o juiz Lewis A. Kaplan, da corte distrital de Nova York, pelo escritório Bois, Schiller & Flexner, contratado pelo Opportunity para defender seus interesses nos Estados Unidos.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto que trago à tribuna é a matéria intitulada “STF nega pedido para não comparecer à CPI”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 10 de maio do corrente.

A matéria destaca que a defesa do ex-secretário geral do PT Silvío Pereira tentou impedir que ele comparecesse à CPI dos Bingos alegando que o ex-secretário do PT está deprimido.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT SOB SUSPEITA

Opportunity denuncia tentativa de extorsão

Verônica, irmã de Daniel Dantas, prestou depoimento à Justiça de NY

João Domingos
Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

Olíder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), entregou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos documento que apresenta a versão de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou extorquir “dezenas de milhões de dólares” do grupo Opportunity, comandado pelo banqueiro Daniel Dantas. É a cópia de ofício enviado em 13 de abril ao juiz Lewis A. Kaplan, da corte distrital de Nova York, pelo escritório de advocacia Bois, Schiller & Flexner, contratado pelo Opportunity para defender seus interesses nos Estados Unidos.

O documento foi entregue durante o depoimento do ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira, o Silvinho, à CPI. Ele foi intimado a depor depois que o jornal **O Globo** publicou, no domingo, entrevista em que disse que o plano do publicitário Marcos Valério e dos petistas era ganhar dinheiro com operações com os Bancos Oppor-

tunity, Econômico e Mercantil de Pernambuco.

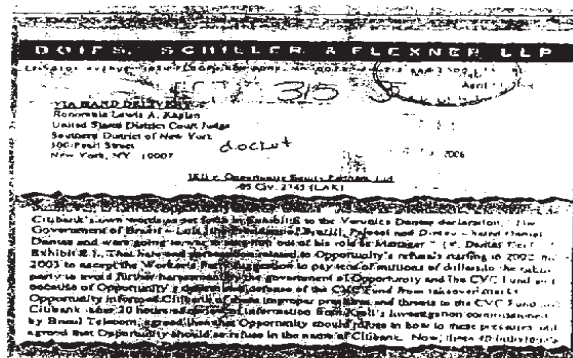
Assinado pelo advogado Philip C. Korologos, o ofício enviado ao juiz afirma que o Opportunity atraiu a ira do PT ao se recusar, em 2002 e 2003, a fazer doações ilegais ao PT para evitar que o governo criasse embaraços a seus negócios. O documento reproduz trecho de depoimento dado à Justiça americana pela irmã de Dantas, Verônica, executiva do Opportunity.

REQUERIMENTO – Arthur Virgílio apresentou à CPI dos Bingos requerimento para que os sócios da Brasil Telecom enviem à comissão os papéis do processo que corre em Nova York referentes a interfe-

Ofício inclui trecho de depoimento dado à Justiça americana pela irmã de Dantas

rências de integrantes do governo.

Além do Opportunity, são sócios na companhia telefônica o



fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) e o banco americano Citibank. Esses dois sócios se aliaram para conseguir afastar Dantas do comando da Brasil Telecom.

Na entrevista que motivou sua convocação para depor na CPI dos Bingos, Silvinho não deu detalhes, mas afirmou que Marcos Valério e os petistas planejavam levantar recursos

com operações que envolveriam demandas do Opportunity, Econômico e Mercantil de Pernambuco, além de pendências na área de agropecuária.

DISPÚTAS

O ex-secretário-geral do PT disse ainda que havia uma divergência entre o partido e o Opportunity, motivada por disputas que envolviam o Previ. ■

Pano de fundo é briga pelo controle da Brasil Telecom

Documento faz parte de processo no qual se enfrentam Dantas e o grupo do Citibank com fundos de pensão

Irany Tereza

Um documento apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-RJ) durante a audiência de Silvano Pereira é parte do volumoso processo que tramita na Corte de Nova York, no qual brigam, de um lado, o Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, e, de outro, o americano Citibank e os fundos de pensão de estatais Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobrás) e Funcef (Caixa Econômica Federal). No centro da disputa, a gestão da Brasil Telecom, a terceira maior operadora de telefonia fixa do País.

Oficialmente, a direção do grupo Opportunity informa que "não se pronuncia sobre o assunto". Nos bastidores, porém, sabe-se que a versão de que Daniel Dantas teria sido procurado por um integrante da cúpula do PT, durante a campanha presidencial de 2002, é confirmada por ele em conver-

sas com amigos. Mas o valor da "doação compulsória" varia de acordo com cada versão.

Os advogados do Opportunity passaram à Corte de Nova York a informação numa tentativa de sensibilizar o juiz Lewis Kaplan para que ele autorizasse o retorno do grupo ao controle da Brasil Telecom ou a venda de participação acionária, que Dantas buscou passar à Telecom Itália numa transação de 460 milhões de euros. O juiz, que no ano passado deu ganho de causa ao Citibank e afastou o Opportunity da gestão dos negócios, acusando explicitamente Dantas de má-fé, vem negando sucessivos recursos do grupo, que, no Brasil, conseguiu liminar que o levaria de volta ao controle da operadora de telefonia, não fosse o obstáculo norte-americano.

Dantas está convencido de que é alvo de vingança do PT. A briga do banco com os fundos de pensão, no entanto, começou três anos antes da eleição

de Lula e ganhou o noticiário no primeiro semestre de 2000, quando a briga entre os sócios já acumulava mais de 50 ações na Justiça. A disputa ruidosa envolveu espionagem empresarial, denúncias de corrupção, suborno e traição.

Mas o Opportunity - que participou do processo de privatização das empresas de telefo-

Em conversas com amigos, banqueiro confirmou ter sido procurado pelo PT

nia só como gestor de recursos e participação estimada em 1% na Brasil Telecom - conseguia se manter no controle do fundo CVC, responsável pela administração das empresas, por força de acordo de acionistas firmado na época da privatização e, principalmente, por continuar tendo como aliado o Citibank

Apenas quando o grupo americano passou para o lado dos fundos, há cerca de um ano e meio, num acordo financeiro absolutamente desvantajoso para os fundos, o grupo de Dantas foi afastado. Se não conseguirem um bom investidor para a Brasil Telecom até 2007, os fundos comprarão a participação do Citibank por R\$ 1,3 bilhão, mais correção, a despeito de restrições legais.

Fontes ligadas ao Opportunity acusavam os fundos de agirem de acordo com o que determinava o então secretário de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken. O ministro foi afastado no meio do escândalo que abalou o governo, quando se revelou que uma empresa da qual era sócio, especializada em previdência, ganhara diversos contratos de serviços para os fundos de pensão.

Das seis empresas originalmente controladas pelo CVC Opportunity, Daniel Dantas conseguiu tornar-se controlador apenas da empresa Santos Brasil, o maior terminal de contêineres do País, que opera no Porto de Santos. Ele continua dividindo com a Andrade Gutierrez o controle da Sanepar, companhia de saneamento do Paraná, mas o gestor da empresa é um contratado dos fundos de pensão. No mais, Dantas perdeu, em efeito-dominó, a participação na Telemig, na Amazônia Celular e no Metrô do Rio. ■

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o estudo “Segurança Alimentar”, realizado pelo IBGE sob encomenda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujos resultados foram divulgados no último dia 17 de maio. O referido estudo apresenta como novidade uma nova metodologia que permitiu identificar e contar o número de pessoas em diferentes estágios de risco alimentar.

Nesse contexto, faço o registro da matéria intitulada “IBGE diz que 14 milhões de brasileiros passam fome”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 18 de maio do corrente. Segundo a matéria, “A promessa de garantir três refeições diárias a todos os

brasileiros, várias vezes repetida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está longe de ser realizada”. O estudo revelou que mais de 3,3 milhões de famílias em todo país convivem de forma rotineira com o pesadelo da fome.

Sr. Presidente, por oportuno, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RETRATOS DO BRASIL

IBGE diz que 14 milhões de brasileiros passam fome

São 7,7% da população em situação de insegurança alimentar grave, de acordo com levantamento feito a pedido de ministério

Robson Pereira
ap

A promessa de garantir três refeições diárias a todos os brasileiros, várias vezes repetida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está longe de se tornar realidade. A comprovação da distância entre intenção e realidade foi divulgada ontem pelo IBGE. Estudo inédito revelou que mais de 3,3 milhões de famílias em todo o País convivem de forma rotineira com o peso da fome. Ao todo, 14 milhões de brasileiros, número equivalente a 7,7% da população, vivem no que o instituto chama de ambiente de insegurança alimentar grave. Em outras palavras, passam fome. Deixam de comer por absoluta falta de dinheiro para comprar alimentos.

O estudo, chamado Segurança Alimentar, foi realizado por encomenda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A principal novidade está na metodologia usada, que permitiu, pela primeira vez, identificar e contar o número de pessoas em diferentes estágios de risco alimentar. O novo método entra de vez as estimativas anteriores usadas com alarde, mas sem respaldo técnico.

O estudo identifica não apenas aqueles que passam fome, mas também os que convivem com a preocupação de eventual falta futura de comida. Essas pessoas são consideradas em estado de insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Existem 18 milhões de residências nessa situação. Nelas, moram 72 milhões de brasileiros, quase 40% da população do País. Nos dois últimos degraus, estão cerca de 40 milhões de pessoas (22% da população total), que enfrentavam à época da pesquisa (último trimestre de 2004) "limitação de acesso quantitativo a alimentos básicos".

Para a pesquisadora da Unicamp Ana Maria Segal, pioneira no uso do método, em um estudo restrito à região de Campinas o novo método da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

(EIA) configura um quadro de restrição na quantidade de alimentos que pode ou não caracterizar uma situação de fome, condição que ela considera "bastante provável", principalmente entre os adultos. "Mas na insegurança grave, o quadro é mesmo de fome, independentemente da presença ou não de crianças no domicílio", afirma.

Os Estados do Norte e do Nordeste, mais uma vez, lideram a tragédia estatística: mais da metade da população dessas regiões moram em domicílios onde a quantidade de alimentos disponíveis é insuficiente para garantir a sobrevivência em condições mínimas de dignidade. O Maranhão, com 18% dos domicílios em situação de insegurança alimentar grave, lidera o ranking da fome, seguido de perto por Roraima (15,8%) e Paraíba (15,1%).

Santa Catarina, com 2%, São Paulo, com 3,4%, além de Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe, todos com 3,7%, compõem o bloco dos cinco Estados que apresentam a menor proporção de domicílios onde a fome é mais do que uma ameaça.

Para o secretário de Avaliação e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rômulo Paes de Sousa, "não há surpresas" em relação ao perfil da desigualdade brasileira. "Há décadas sabemos quem são, mas só agora, com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, ficamos sabendo quantos são e o quanto eles estão em situação desfavorável."

Apesar de destacar a importância do estudo, Souza ressaltou que a escala "é a fotografia" de um momento. "Naquela época, existiam 5,7 milhões de domicílios cadastrados no Bolsa Família, que hoje já atende a 9,1 milhões de famílias." A expectativa do governo, diz ele, é que em dezembro o programa atinja 11 milhões de domicílios, o que representa o universo estimado para as famílias com renda per capita domiciliar de até R\$ 120 por mês.

REPASSES
Duas em cada três famílias em

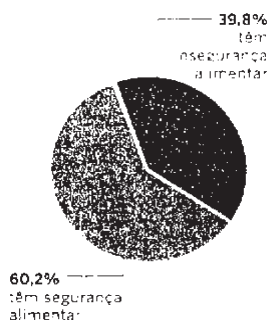
PESQUISA

Os números

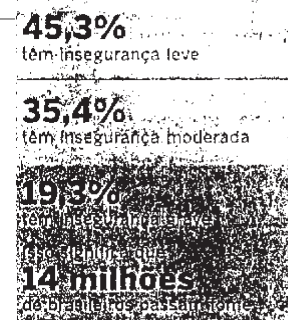
Levantamento feito pelo IBGE foi realizado no último trimestre de 2004

O que diz o estômago dos brasileiros

Entre os 182 milhões de brasileiros:



De 72 milhões de pessoas em insegurança alimentar:

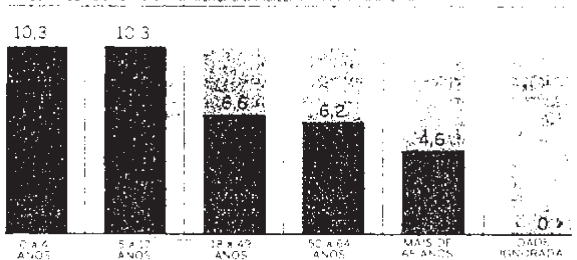


Quem passa fome

Crianças e jovens

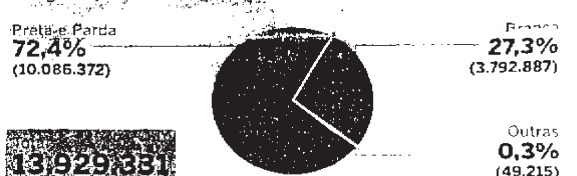
A insegurança alimentar grave por faixa etária

PORCENTAGEM DO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA PARA A FAIXA ETÁRIA



Pretos e pardos

Insegurança alimentar grave por cor ou raça



O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para solicitar que seja inserido nos Anais da Casa o artigo intitulado “Até quando, sabemos; mas até onde?”, de autoria do presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 16 de maio do corrente.

O Senador Bornhausen, em seu artigo trata das próximas eleições de outubro e destaca que “á medida que o processo eleitoral se desenvolver a opinião

pública tomará consciência de que Lula e a parcela corrupta do PT já foram longe demais em matéria de desastres políticos, econômicos e sociais”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Até quando, sabemos; mas até onde?

JORGE BORNHAUSEN

*Prometiam fazer-me
retirar a afirmação de
que este país se verá livre
do PT por muito tempo.
Pois reafirmo a aposta*

“**Ô** BORNHAUSEN/ estou aqui/ a nossa raça/ tu vai ter que engolir.” “Tu vai”, assim mesmo —trocando a concordância para parecer espontâneo e popular, quando, na verdade, era uma peça de marketing ensaiada, falsa como é a maior parte do PT—, um coro de militantes desafiou-me no encontro nacional petista. Prometiam fazer-me retirar a afirmação de que este país, a partir de janeiro, se verá livre do petismo por muito tempo. Pois me apresento voluntariamente para reafirmar a aposta.

Estou sinceramente convencido de que o povo brasileiro tem vergonha e não esquecerá os tempos de corrupção, mentira, cinismo, incompetência, populismo e chantagem do governo Lula. Um quadro que, ao ser revelado, há dois anos, com o “caso Waldomiro Diniz”, já parecia escabroso e que se supera a cada dia.

Quando se imaginava que havia atingido o ápice, com a explícita traição dos interesses nacionais na crise Brasil-Bolívia, surgem as declarações de Silvio Pereira, que secretariava a conspiração petista com Marcos Valério. Ou seja, além de imolar o país, por meio da evidente cumplicidade dos petistas com o tresloucado venezuelano Chávez, “muy amigo” preferencial da atual política externa brasileira, temos a indicação de que Lula, pessoalmente, participou de decisões ilegais.

Não sou profeta, até assumo muitos erros de previsão. Muitas vezes confiei em generosas inspirações quixotescas. Esqueci que a insensatez tende a premiar os mais astutos. Agora, porém, insisto na certeza de que, em janeiro de 2007, acabará o pesadelo petista.

Com o fim do governo Lula —sua corrupção acintosa, a falsidade ideológica, a mentira, até o crime político—, este país respirará. Poderá fazer opções verdadeiramente democráticas, sejam partidárias, ideológicas, programáticas, administrativas, livres do suborno, chantagens de instituições como o men-

salão, valeriodutos, “dinheiro não contabilizado” com que se tenta truncar a verdade eleitoral, subverter a fidelidade partidária, desmoralizar as instituições.

A pajelança do PT a Lula em que o coro do “tu vai” tentava me agredir era, em si mesma, uma farsa grotesca. Ou seja, uma evidente manifestação eleitoral, enquanto o próprio candidato —para enganar a quem, à Justiça Eleitoral?—, como vem fazendo acintosamente, usando dinheiro e próprios do governo numa campanha cara e desigual, repetia que ainda não tinha decidido concorrer à reeleição... Patética ironia, Lula dizer que não é candidato! Presidente da República é que ele não é, porque não trabalha, não governa, delega para incompetentes e só aparece para fazer discursos vazios e demagógicos ou para entregar os interesses nacionais aos seus parceiros Chávez, Morales e cia.

Como se não bastassem as tristes revelações de cada dia, na semana passada viu-se o uso eleitoral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que aplicou num único município de Ceará tanto quanto em todo Estado do Piauí, para beneficiar um aliado do governo, conforme denúncia do Ministério Público. Fazer política com verbas da seca é coisa que parecia ter ficado no passado, mas está aí. Não é denúncia vazia. Daí a apreensão geral.

Lula e o segmento corrupto do PT desmoralizaram tudo neste país. Acenaram com um sindicalismo democrático —que devia sepultar o peleguismo estadonovista, como eles mesmos diziam— e criaram uma nova classe de

burocratas que esvaziava as salas dos trabalhadores; garantiram que o país teria uma nova política externa, e transformaram o Itamaraty em centro de reeducação marxista. Prometeram uma nova política econômica e fizeram o Brasil perder o grande boom da economia mundial, que cresce a uma média de 7%, 8% ao ano, enquanto não vamos além dos 2,5%.

Comprometeram-se com mecanismos de política social —como o Fome Zero— e apenas recauchutaram, com pitadas de corrupção e paternalismo, o Bolsa-Escola, o vale-gás e outros mecanismos que já existiam e funcionavam sem roubo ou desvios... O Bolsa-Família é uma apropriação indébita, apenas uma marca de fantasia, com drenos para facilitar desvios de dinheiro público, com cartões distribuídos por cabos eleitorais, utilizando formas competentes de distribuição de renda que já existiam. Se o Bolsa-Família fosse um produto comercial e industrial, Lula já estaria condenado na Justiça por pirataria, apropriação de marcas, idéias e direito autoral de terceiros.

Por tudo isso, e à medida que o processo eleitoral se desenvolver —na verdade, hoje, apenas Lula, a pretexto de divulgar atos presidenciais, faz propaganda eleitoral com marketing estruturado—, a opinião pública tomará consciência de que Lula e a parcela corrupta do PT já foram longe demais em matéria de desastres políticos, econômicos e sociais. Daí a minha certeza de que não haverá reeleição. Sabemos, portanto, que a impostura termina em 31 de dezembro. Improperavelmente. A questão é saber até onde, nesses próximos meses, até 31 de dezembro, Lula e o PT nos levarão. Qual será o limite de tantos desvios éticos, corrupção e erros? Felizmente já sabemos até quando os aturaremos. Mas até onde chegarão?

Jorge Konder Bornhausen, 68, senador pelo PFL-SC, é o presidente nacional do partido. Foi governador de Santa Catarina (1979-82), ministro da Educação (governo Sarney) e da Secretaria de Governo da Presidência da República (governo Collor).

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Amorim: ‘Estranhamos muito’”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 12 de maio do corrente.

A matéria destaca que, sem manifestação do Presidente Lula, coube ao Ministro das Relações Exteriores responder às acusações bolivianas de que a Petrobras não paga imposto e tem contratos ilegais com o País. A matéria deixa claro como a postura do Presidente Lula, que se apequenou em relação à grandeza do cargo que ocupa, aliada à tibieza da re-

ação inicial do Governo, custaram caro à autoridade do Governo brasileiro.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sem pronunciamento do presidente Lula, coube ao ministro das Relações Exteriores responder às acusações bolivianas de que a Petrobras não paga imposto e tem contratos ilegais com o país

Amorim: “Estranhamos muito”

DA REDAÇÃO

“Lamentamos e estranhamos muito.” Foi com esta frase que o ministro das relações exteriores, Celso Amorim, reagiu às declarações do presidente boliviano, Evo Morales, de que os contratos da Petrobras na Bolívia são ilegais e de que não haverá pagamento de indenização. Segundo Amorim, ele respondeu ao governo boliviano a pedido do presidente Lula, que não se pronunciou publicamente ontem. Questionado se suas declarações não eram muito moderadas na comparação com o tom usado por Morales, o ministro respondeu: “Nossa estratégia é tentar resolver essa questão, mas estranhamos muito o que ocorreu. Se você quiser traduzir isso para indignação não estará equivocado”.

Amorim negou a suspeita levantada por Morales de que assessores do Palácio do Planalto teriam bloqueado o contato dele com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para antecipar os termos do decreto que nacionalizou o setor do gás. Todas as informações que temos não confirmam isso”, afirmou. “Fizemos todos os intentos possíveis para se dialogar com a Bolívia.”

O ministro afirmou ainda que as declarações de Morales contrastam com o acertado em uerto Iguazú (na Argentina), a semana passada. “O governo

do presidente Lula não deixará de defender os interesses brasileiros legítimos”, afirmou, para depois esclarecer que O desejo do Brasil de resolver a questão não pode ser confundido com moderação. Segundo o chanceler, o presidente Lula poderá falar com Morales durante a reunião em Viena.

Sobre as declarações de Morales de que os contratos de empresas petrolíferas na Bolívia são ilegais e que as petroleiras não pagam impostos, são contrabandistas, Amorim disse: “Prefiro crer que ele não estivesse se referindo à Petrobras. E salientou que o governo brasileiro “tem convicção” de que a Petrobras age de forma legal. “A Petrobras é um orgulho para o nosso país, da mesma maneira como é a Seleção Brasileira, e será defendida. A Petrobras sempre se pautou pela norma legal. A estatal compra diariamente 27 milhões de metros cúbicos de gás da Bolívia.

Estranheza

As estipulias do presidente Evo Morales em Viena deixaram confuso o ministro brasileiro de Minas e Energia, Silas Rondeau, que retornou ontem de uma reunião com seu colega da Bolívia, o ministro de Hidrocarbonetos Andrés Soliz Rada.

“Lamento e estranho as declarações do presidente da Bolívia. Há uma grande discordância entre o que está escrito e o que vem sendo falado”, afirmou Rondeau. Segundo ele, as palavras de Morales não combinam com o resultado da reunião que ele teve com Rada. “É uma situação que não ajuda, não constrói. Saí de lá (da reunião na Bolívia) entendendo que estamos tratando do assunto no lugar certo”, completou o ministro.

Política correta

O ministro de Relações Institucionais e coordenador político do governo, Tarso Genro, disse que não se surpreendeu com as declarações de Morales e não acredita que sua intenção seja romper as relações com o Brasil. “A Bolívia depende muito mais de uma relação contratual conosco do que o Brasil com a Bolívia. O que os países têm que achar é uma aproximação dos pontos de interesse para que a relação continue com vantagem para o Brasil e para a Bolívia.”

PETROBRAS REAGE

A Petrobras se diz indignada com as acusações do governo boliviano de que a companhia tenha operado de forma ilegal naquele país. Em nota, a estatal informa que sempre atuou estritamente dentro da lei em todos os países onde opera ou operou e que sua presença na Bolívia é decorrente de acordos bilaterais entre os governos dos dois países.

VISÃO DO CORREIO

Postura inaceitável

Ao ignorar, na semana passada, a necessidade de reagir à altura da intempestiva decisão de Evo Morales de nacionalizar na marra as refinarias da Petrobras em território boliviano, o presidente Lula apequenou-se em relação à grandeza do cargo que ocupa. Pior: acionou uma bomba de efeito retardado que foi explodir em Viena.

A tibieza da reação inicial custou caro à autoridade do governante brasileiro. Foi a senha para a nova afronta de Morales, que ultrapassou todos os limites da razoabilidade ao ofender a Petrobras e o Brasil. Obteve novamente como resposta um incompreensível e inaceitável silêncio.

A toda ação corresponde uma reação, com a mesma intensidade, mesma direção e sentidos contrários. Este é o enunciado da Terceira Lei de Newton, um dos pilares da Física, ensinada logo cedo nas escolas. Infelizmente, o presidente Lula deve ter faltado a essa aula.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Delegado quer Waldomiro na cadeia”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 16 de maio do corrente.

A matéria destaca que a Delegacia de Combate às Ações do crime Organizado (DRACO), do Rio, solicitou a prisão preventiva do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência, Waldomiro Diniz. Waldomiro que foi um dos principais assessores do então ministro da Casa Civil e hoje Deputado cassado José Dirceu, foi exonerado do Governo federal pela acusação

de ter pedido propina ao empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 16/05/2006 Página: _____

Delegado quer Waldomiro na cadeia

Dois anos e três meses depois de ser exonerado do governo federal pela acusação de ter pedido propina ao empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência Waldomiro Diniz terá a sua prisão preventiva solicitada pela Delegacia de Combate às Ações do Crime Organizado (Draco) do Rio. No governo, Waldomiro foi um dos principais assessores do então ministro da Casa Civil e hoje deputado cassado José Dirceu (PT-SP).

Waldomiro, que já tinha sido acusado formalmente por corrupção passiva, agora será indiciado por formação de quadrilha, enriquecimento ilícito e falsidade ideológica, entre outros crimes. O relatório final do inquérito será encaminhado hoje pelo delegado Milton Olivier para a 23ª Promotoria de Investigação Criminal do Ministério Estadual.

No inquérito, Cachoeira, já indiciado por corrupção ativa,

será acusado pelos crimes de formação de quadrilha e falsidade ideológica. Além dos dois, outras oito pessoas serão indiciadas, incluindo o ex-deputado Bispo Rodrigues, que está preso em Cuiabá (MT), acusado de desviar

dinheiro público destinado à compra de ambulâncias. Cachoeira e Rodrigues também terão a prisão preventiva requerida.

Concorrências

A polícia apurou a gestão de Waldomiro na presidência da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj). Ele será acusado de beneficiar o empresário de jogos manipulando concorrências para que a empresa Combralog, de Carlinhos Cachoeira, ganhasse a licitação para explorar jogos eletrônicos on line no estado.

Usando também o que foi apurado pela comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Rio, o relatório a ser encaminhado ao promotor Homero das Neves Freitas Filho concluirá que Diniz usou de sua influência com o presi-

dente da Associação de Bingos do estado, José Renato Granado Ferreira, para que Cachoeira fornecesse as máquinas de jogos eletrônicos aos bingos.

No entendimento do delegado, o empresário goiano conseguiu colocar suas máquinas eletrônicas de jogos no Rio de Janeiro com a ajuda de Waldomiro.

O advogado de Waldomiro, Luis Guilherme Vieira, lembrou ontem que não existe respaldo legal para o pedido de prisão preventiva que, inclusive, já tinha sido sugerida pela CPI da Alerj ao Ministério Público Estadual. Lembrou também que seu cliente nunca deixou de comparecer, pessoalmente, onde foi convocado. Waldomiro afirmou que está à disposição da Justiça. “Continuo, como sempre estive, à disposição da Justiça, pois a ela cabe e caberá o julgamento dos meus atos. Nunca me furtarei ou furtarei de comparecer em qualquer instância onde for convocado. Cumprirei com seriedade e respeito as decisões proferidas”, diz em nota.

BISPO COMPLICADO

Preso na Operação Sanguessuga, acusado de receber verba pública destinada à compra de ambulâncias, o ex-deputado Bispo Rodrigues (RJ) será acusado em mais um processo judicial. Ele renunciou ao mandato depois que Roberto Jefferson (PTB-RJ) o apontou como beneficiado pelo mensalão. No relatório do delegado Milton Olivier, o ex-líder do PL será acusado de formação de quadrilha, corrupção passiva e apropriação indébita, entre outros crimes. Pelo inquérito, ele recebeu dinheiro desviado da Loterj, além de ter ficado com parte dos salários de assessores que empregou na autarquia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às quatorze horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Luiz Otávio**
Prazo final: 15-6-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, DE 2006

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim
Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autar-

quias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228 - 1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador **Gilberto Mestrinho**
Prazo final: 23-6-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de

dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador **Edison Lobão**

Prazo final: 4-7-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 16, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Fernando Bezerra**

Prazo final: 4-7-2006

6

SUBSTITUTIVO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis

com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de

alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 14, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José

Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 174, DE 2000**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 7, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre

crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25**REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 9 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO)²	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

² Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS